



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO E HOTELARIA**

LUANNA RAMOS LULA

**NAS DUNAS DE TIETA, O CONHECIMENTO
SOCIOAMBIENTAL E A GESTÃO TURÍSTICA**

SALVADOR

2010

LUANNA RAMOS LULA

**NAS DUNAS DE TIETA, O CONHECIMENTO
SOCIOAMBIENTAL E A GESTÃO TURÍSTICA**

**Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Turismo e Hotelaria,
Departamento de Ciências Humanas da
UNEB, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel Turismo e
Hotelaria.**

**Orientadora: Prof^a. Ana Maria Ferreira
Menezes**

SALVADOR

2010

LUANNA RAMOS LULA

**NAS DUNAS DE TIETA, O CONHECIMENTO
SOCIOAMBIENTAL E A GESTÃO TURÍSTICA**

**Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Turismo e Hotelaria,
Departamento de Ciências Humanas da
UNEB, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel Turismo e
Hotelaria, à banca examinadora.**

**Aprovada em 13 de agosto de 2010 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes
professores:**

Prof. Ana Maria Ferreira Menezes

Doutora em Administração Pública
Orientadora da Monografia e Presidente da Banca Examinadora
Universidade do estado da Bahia - UNEB

Prof. Carolina Marinho de Macêdo Santos
Mestra em Gestão Integrada das Organizações

Prof. Francisca De Paula Santos Da Silva
Pós-doutora em Educação

AGRADECIMENTOS

Pelas dificuldades enfrentadas e SEMPRE superadas, primeiramente agradeço a DEUS que constantemente esteve a guiar meus passos; a Minha MAMETY, pois sem ela nada disso seria possível; e ao meu Pai que de onde estiver sempre olha por mim.

A família Hot & Tur por fazer parte desta jornada – MUITO OBRIGADA - com vocês posso dizer que cresci, briguei, sorri, e principalmente, aprendi.

Aos meus amigos Jaguaquarenses que mesmo distantes acompanharam e apoiaram mais esta etapa. Gerlan e Marilu obrigada por existirem na minha vida.

As AMIGAS LINDAS – Liziane, Marília, Viviane e Lorraine - por fazerem esta trajetória muito mais fácil e FELIZ, é também de vocês esta vitória.

A BAHIATURSA, nas pessoas de Luciana, Mag, Carol, Zitomir, Renata, Irene e Ana que sempre estiveram dispostos a auxiliar-me no que fosse necessário, e a Silvana que com todo carinho e presteza disponibilizou-me seu computador para dar continuidade à pesquisa sem o qual muitos dos trabalhos realizados não seriam possíveis.

A professora Ana Menezes, por acreditar na minha capacidade e junto comigo concluir esta etapa, sua calma e competência só enriqueceram meus estudos.

A todos os entrevistados pelo tempo disponibilizado e atenção, sem os quais este trabalho estaria incompleto.

E por fim, agradeço a professora Ariadna Bandeira, a quem dedico este trabalho, por comigo iniciá-lo e ser a grande responsável por sua construção. Foi a senhora quem me mostrou o quanto vale a pena pensar. Espero um dia deter um pouco de sua genialidade.

RESUMO

Sinônimo de poder, o conhecimento ao longo dos anos vem sendo manipulado para centralizar-se nas mãos de poucos. Compreendido como uma alta afirmação advinda da percepção dos valores culturais e ambientais existentes em seu entorno, o conhecimento socioambiental tende a proporcionar nas pessoas o desejo de atuar juntamente com os demais setores da sociedade, de modo a produzir ao mesmo tempo o crescimento econômico, a preservação espacial e cultural, assim como um resgate da identidade local. Veículo essencial ao desenvolvimento da humanidade, o meio ambiente caracteriza-se como ferramenta fundamental ao desenvolvimento do Turismo, no entanto, tal atividade na maioria dos casos acaba por proporcionar uma descaracterização do ambiente o que com o tempo gera a própria estagnação da atividade turística, fenômeno comumente identificado como a dualidade do setor turístico, e reversível e/ou contido apenas através do desenvolvimento sustentável. Disposto a estudar o conhecimento socioambiental como catalisador das gestões participativas no desenvolvimento do turismo sustentável, o estudo de caso a seguir busca na espacialidade de Mangue Seco, obter subterfúgios necessários a sua constatação, o que ocorre por meio de pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, assim como faz uso da pesquisa bibliográfica, documental e estudo de campo o qual se realiza através da aplicação de entrevistas aos gestores locais e aos representantes de entidades atuantes na localidade em prol do desenvolvimento socioambiental, e de formulários a população de Mangue Seco. Uma análise conceitual e prática o trabalho busca constantemente intercalar tais vertentes de modo a facilitar a compreensão do assunto abordado. Agrega, enfim, a conclusão que demonstra a inexistência do conhecimento socioambiental em Mangue Seco e a vulnerabilidade presente nos moradores locais advinda da falta de tal conhecimento.

Palavras-chave: Conhecimento socioambiental, turismo sustentável, gestão participativa, Mangue Seco.

ABSTRACT

Synonymous with power, knowledge over the years has been manipulated to centralize in the hands of a few. Understood as an assertion coming from the high awareness of environmental and cultural values that exist in their environment, the socio-environmental knowledge tends to provide people with the desire to work together with other sectors of society to produce the same time economic growth, preservation space and cultural, as well as a recovery of local identity. Essential vehicle for the development of mankind the environment is characterized as a fundamental tool for the development of tourism, however this activity in most cases turns out to provide a distortion of the environment which over time generates its own stagnation of tourism, a phenomenon commonly identified as the duality of the tourism sector and reversible and / or contained only through sustainable development. Willing to study the socio-environmental knowledge as a catalyst for participatory management in the development of sustainable tourism, the case study then search in the spatiality of Mangue Seco subterfuge necessary to obtain its finding, which occurs through exploratory, descriptive and explanatory, so how to make use of the research literature, documentary and field study which is conducted through the application of interviews with local managers and representatives of entities operating in the locality in favor of environmental development, and forms the population of Mangue Seco. A conceptual analysis and practical work constantly seeks interim such aspects in order to facilitate understanding of the subject. Adds, finally, the conclusion that demonstrates the lack of knowledge in socio Mangue Seco, and the vulnerability present in the locals coming from the lack of such knowledge.

Keywords: Knowledge socio-environmental, sustainable tourism, participatory management, Mangue Seco.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	MAPA DO ZONEAMENTO TURÍSTICO DA BAHIA.....	18
Figura 2	OS FUNDAMENTOS DO CONHECIMENTO.....	21
Figura 3	MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA.....	47
Figura 4	LOCALIZAÇÃO DO RESORT.....	62
Figura 5	MAPA MUNICIPAL DE JANDAÍRA.....	72
Fluxograma 1	A COMPREENSÃO DO CONHECIMENTO SOCIOAMBIENTAL.....	23
Fluxograma 2	A EVOLUÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE DO HOMEM AO LONGO DA HISTÓRIA.....	23
Fluxograma 3	PROGRESSO DO PENSAMENTO TURÍSTICO.....	28
Quadro 1	ESTÁGIOS DA DESILUSÃO SOCIAL PROVOCADA PELO TURISMO SOBRE A COMUNIDADE RECEPTORA.....	31
Quadro 2	DIVISÃO ESPACIAL DO COSTA AZUL RESORT E CONDOMÍNIO.....	65
Quadro 3	OS BENEFICIÁRIOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM MANGUE SECO.....	102
Mapa 1	LOCALIZAÇÃO, LIMITES E ACESSOS À JANDAÍRA.....	48

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1	PLACA DE SINALIZAÇÃO DA APA MANGUE SECO LOCALIZADA NO DISTRITO DE COQUEIROS.....	56
Foto 2	O PROJETO TAMAR NAS PRAIAS DE MANGUE SECO.....	58
Foto 3	TARTARUGA MARINHA ENCONTRADA NA PRAIA DE MANGUE SECO.....	60
Foto 4	PROJETO TAMAR EM AÇÃO NAS PRAIAS DE MANGUE SECO.....	60
Foto 5	REUNIÃO PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO RESORT.....	67
Foto 6	FAIXA CONVIDANDO A POPULAÇÃO LOCAL PARA A REUNIÃO PÚBLICA DO RESORT.....	68
Foto 7	FACHADA DA IGREJA DO BOM JESUS DOS NAVEGANTES EM MANGUE SECO.....	73
Foto 8	PARTE INTERNA DA IGREJA DO BOM JESUS DOS NAVEGANTES EM MANGUE SECO.....	73
Foto 9	PESCADOR AS MARGENS DO RIO REAL.....	74
Foto 10	CHÃO DE AREIA.....	75
Foto 11	FONTE DE ÁGUA QUE ABASTECE O DISTRITO.....	78
Foto 12	POSTO DE SAÚDE EM MANGUE SECO.....	79
Foto 13	ESCOLA MUNICIPAL GARCIA D'ÁVILA.....	81
Foto 14	POSTO POLICIAL EM MANGUE SECO.....	83
Foto 15	A CHEGADA DOS TURISTAS EM MANGUE SECO E AS EMBARCAÇÕES.....	87
Foto 16	OS BUGREIROS AGUARDANDO A CHEGADA DOS TURISTAS.....	88
Foto 17	O COMÉRCIO LOCAL DIRECIONADO AOS TURISTAS.....	88

Foto 18	ARTESANATOS VENDIDOS EM MANGUE SECO.....	93
Foto 19	BELEZAS NATURAIS DA TERRA DE TIETA.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	AVALIANDO JUNTO A POPULAÇÃO SEU CONHECIMENTO A RESPEITO DA EXISTÊNCIA DAS APAs.....	57
Gráfico 2	A IMPORTÂNCIA DAS APAs PARA MANGUE SECO.....	57
Gráfico 3	FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO CONSULTADA NOS FORMULÁRIOS/ENTREVISTAS.....	70
Gráfico 4	NATURALIDADE DA COMUNIDADE CONTACTADA.....	70
Gráfico 5	CONHECENDO A POPULAÇÃO POR MEIO DAS SUAS PROFISSÕES.....	71
Gráfico 6	A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS LOCAIS.....	74
Gráfico 7	RESPONSABILIDADE POR MANTER AS RUAS INASFALTADAS OU CALÇADAS.....	75
Gráfico 8	O SISTEMA DE ESGOTO EM MANGUE SECO.....	76
Gráfico 9	OS RESPONSÁVEIS PELA REDE DE ESGOTO.....	77
Gráfico 10	COLETA DE LIXO LOCAL.....	77
Gráfico 11	A COLETA DE LIXO E SEUS RESPONSÁVEIS.....	78
Gráfico 12	AVALIANDO O SISTEMA DE SAÚDE.....	80
Gráfico 13	O SISTEMA DE SAÚDE E SEUS RESPONSÁVEIS.....	80
Gráfico 14	AVALIANDO O SISTEMA EDUCACIONAL DE MANGUE SECO.....	82
Gráfico 15	OS RESPONSÁVEIS PELA EDUCAÇÃO LOCAL.....	83
Gráfico 16	A SEGURANÇA PÚBLICA SOBRE OS OLHOS DA POPULAÇÃO LOCAL.....	84
Gráfico 17	A FALTA DE SEGURANÇA E SEUS RESPONSÁVEIS.....	84
Gráfico 18	O SISTEMA DE TRANSPORTE EM MANGUE SECO.....	86

Gráfico 19	OS VERDADEIROS RESPONSÁVEIS PELO SISTEMA DE TRANSPORTE LOCAL.....	86
Gráfico 20	COMÉRCIO TURÍSTICO EM MANGUE SECO.....	89
Gráfico 21	O COMÉRCIO TURÍSTICO E SEUS RESPONSÁVEIS.....	89
Gráfico 22	COMÉRCIO GERAL DE MANGUE SECO.....	90
Gráfico 23	ANÁLISE DOS RESPONSÁVEIS PELO COMÉRCIO GERAL DE MANGUE SECO.....	90
Gráfico 24	O ECOSSISTEMA EM MANGUE SECO.....	91
Gráfico 25	OS RESPONSÁVEIS PELO ECOSSISTEMA LOCAL.....	92
Gráfico 26	A CULTURA EM MANGUE SECO.....	92
Gráfico 27	OS RESPONSÁVEIS PELA CULTURA EM MANGUE SECO.....	93
Gráfico 28	A RELEVÂNCIA DO TURISMO PARA MANGUE SECO.....	96
Gráfico 29	FATORES NEGATIVOS DO TURISMO EM MANGUE SECO.....	97
Gráfico 30	A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....	98
Gráfico 31	A PRESERVAÇÃO CULTURAL.....	98
Gráfico 32	FATORES POSITIVOS DO TURISMO.....	99
Gráfico 33	VALORES ADVINDOS E/OU REFORÇADOS PELO TURISMO EM MANGUE SECO.....	100
Gráfico 34	A COMPREENSÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.....	102
Gráfico 35	AÇÕES POPULARES QUE MELHORAM A LOCALIDADE.....	103
Gráfico 36	ENTENDENDO A FALTA DE INTERESSE POPULAR EM ATUAR CONJUNTAMENTE AOS GESTORES LOCAIS.....	104

SUMÁRIO

1 UM PRIMEIRO OLHAR: a introdução.....	13
2 POR ENTRE AS DUNAS: uma análise teórica.....	20
2.1 DO GERAL AO SOCIOAMBIENTAL: a concepção do conhecimento....	20
2.2 MEIO AMBIENTE: rico, frágil e turístico.....	23
2.3 TURISMO: entre a depreciação e a sustentabilidade.....	26
2.4 AÇÕES SUSTENTÁVEIS, UMA RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E COMUNIDADE.....	30
2.5 ENTRE O TURISMO E A POLÍTICA, UMA GESTÃO PARTICIPATIVA.....	36
2.5.1 A política baiana e federal de turismo e sua relação dialética com a gestão participativa.....	39
3 A COMPREENSÃO DO PARAÍSO: na passagem por Jandaíra à apresentação de Mangue Seco.....	47
3.1 O MUNICÍPIO DE JANDAÍRA.....	47
3.1.1 Fatores de ordem social.....	49
3.1.1.1 Saúde pública.....	49
3.1.1.2 Abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo.....	49
3.1.1.3 Economia.....	50
3.1.1.4 Lazer.....	50
3.1.1.5 Educação.....	51
3.1.2 Lei Orgânica Municipal.....	52
3.1.3 Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal.....	53
3.2 ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	55
3.2.1 APA Mangue Seco.....	55
3.2.2 APA Litoral Norte.....	56
3.3 PROJETOS AMBIENTAIS E OUTRAS FORMAS DE DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO LOCAL.....	58
3.3.1 Projeto TAMAR.....	58
3.3.2 Costa Azul Bahia Golf Resort e Condomínio Invisa.....	61
3.3.2.1 Reunião pública e oficina preparatória para audiência pública.....	66
4 DA COMUNIDADE AO PESQUISADOR A PERCEPÇÃO DE MANGUE SECO.....	69
4.1 CHEGANDO AS DUNAS: limites e acesso.....	71
4.2 CONHECENDO A HISTÓRIA.....	72
4.3 PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS	74
4.4 SANEAMENTO BÁSICO.....	76

4.5 SISTEMA DE SAÚDE.....	79
4.6 EDUCAÇÃO.....	81
4.7 SEGURANÇA PÚBLICA.....	83
4.8 SISTEMA DE TRANSPORTE.....	85
4.9 ECONOMIA.....	87
4.10 RECURSOS AMBIENTAIS E CULTURAIS.....	91
4.11 GRUPOS E ASSOCIAÇÕES LOCAIS.....	94
4.12 DA PARTICIPAÇÃO POPULAR A SUA OMISSÃO: Mangue Seco, um paraíso turístico.....	95
5 FINALIZANDO O PASSEIO: a conclusão.....	105
REFERÊNCIAS.....	108
APÊNDICE A - Formulário para a população de Mangue Seco.....	113
APÊNDICE B – Entrevista para os gestores locais.....	117
APÊNDICE C – Entrevista para o responsável pelo Projeto TAMAR.....	119
APÊNDICE D – Entrevista para o responsável pelo empreendimento hoteleiro (INVISA).....	121

1 UM PRIMEIRO OLHAR: a introdução

Pensar é compreender a realidade e dela fazer uso, é o reconhecimento do entorno e de suas possibilidades, por isso é quando o homem passa a pensar, que este se diferencia dos animais e modifica o espaço físico a seu benefício. É por meio do pensamento que o homem ganha destaque entre os animais e passa a dominá-los, assim como a natureza, de modo a obter vantagens com tais dominações. Desta forma pensar um dos caminhos ao conhecimento, é deter poder.

Advindo do ato de pensar o conhecimento é uma arma nas mãos de quem o possui e por isso mesmo sempre foi prioridade aos detentores do poder sua restrição aos de mesma classe social e seu afastamento dos demais membros da sociedade por meio de mitos, armas e opressão. Segundo Cárdua (1994) quanto mais ausente ao processo de criação das leis, e quanto maior o desconhecimento do sentido dos direitos políticos e civis, assim como a carência do conhecimento das relações entre os direitos, mais a população sofrerá com a violação dos seus direitos sociais e econômicos, pois a falta do conhecimento coloca as pessoas em vulnerabilidade perante as ações públicas ineficientes e repressivas.

É por meio do conhecimento, ou da razão, que a pessoa, o “ser social”, detém os recursos necessários para defender e exigir que seus direitos sejam respeitados e cumpridos, podendo o conhecimento deste modo ser considerado um valor social e reflexo da democracia, o que salienta Lewin quando apresenta a seguinte afirmação

[...] a crença na razão como valor social não é, em nenhum sentido, universal, mas é ela mesma um resultado de um ambiente social específico.
Crer na razão é crer na democracia, porque ela dá aos parceiros que raciocinam o estatuto de igualdade. Não é, portanto, nenhum acidente que foi somente com a ascensão da democracia na época das revoluções francesas e americana que a deusa da “razão” foi entronada na sociedade moderna. (1938 apud SPINK, 1994, p.112 - 113)

Deste modo a formação do “ser social” ocorre através da junção entre os reflexos da história e da cultura de seus antepassados, e conseqüentemente, de sua própria história e da influência das necessidades do presente que emergem do cotidiano vivido. A construção da pessoa cidadã é o resultado obtido com a relação passado e presente, processos individuais e grupais que refletem na história de toda a sociedade. “O homem, por seu berço, por seu passado

mais longínquo, é herança que o destina ao futuro. Por isso, quem está no *seu tempo*, está na fidelidade ao berço de seu nascimento, na herança do passado de sua gente, de seus heróis, de seu povo”. (BUZZI, 2002, p.76).

Segundo Buzzi (2002, p.82) existem três formas de elaborar o conhecimento: a intuição sensível, a memória e a experiência. A primeira como o próprio nome retrata é o conhecimento que se obtém através das sensações, dos órgãos sensoriais, que levam a compreensão da realidade. Para o autor “a intuição é o ato de apresentação ou de percepção da realidade”. A memória leva ao conhecimento na medida em que preserva as sensações obtidas na intuição sensível, não sendo necessário nem ao menos a vivência repetida das situações para proporcionar tal aprendizado. Enquanto constituinte do conhecimento, a experiência resume o absorvido por meio da intuição sensível e da memória de modo a possibilitar novos conhecimentos como o desenvolvimento da arte e das ciências que por sua vez, pode ensinar a produzir, a agir e/ou a compreender. Ainda segundo Buzzi (2002, p.112) “Mais do que um progresso na compreensão da experiência humana, as ciências expressam a vontade do homem de ampliar seu poder sobre a natureza e sobre a própria condição humana”; é o desejo humano de cada vez mais intervir no meio ambiente, o que segundo as autoras Ferretti e Lotz (2002), relaciona, além do natural, as dimensões sociocultural e econômica.

Ao longo dos anos as intervenções do homem no meio ambiente verem provocando manifestações de conscientização sobre os problemas ambientais, e tais manifestações apresentam-se como resultado do conhecimento socioambiental obtido com o passar do tempo, e em consequência das experiências já vivida.

Uma atividade que essencialmente relaciona-se ao meio ambiente, em toda sua composição física e social, o turismo ao ser compreendido exclusivamente em atividade econômica tende a provocar a degradação ambiental e sociocultural da comunidade onde inserido pensamento retificado por Ignarra (1999, p. 125) ao citar que “turismo é uma atividade econômica que tem no território, na paisagem, no patrimônio natural e cultural suas principais matérias-primas”, e solidificado através de Jafari que compreender o turismo como “o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área receptora” (apud BENI, 1998, p. 38).

Segundo Hall

[..] o turismo é importante não só por seu tamanho em termo de pessoas que viajam, número de empregados ou quanto dinheiro leva até um certo destino; mas devido ao enorme impacto que exerce na vida das pessoas e nos locais em que elas vivem, e devido à forma pela qual é significativamente influenciado pelo mundo que o rodeia.([1999?], p.17)

Diante destas constatações, o turismo sobre a perspectiva sustentável - a qual de forma simplória pode-se compreender como sendo o consumo momentâneo dos recursos existentes, proporcionando um desenvolvimento local, e atrelado ao cuidado com a manutenção de tais recursos para as futuras gerações - apresenta-se como recurso para manter ao mesmo tempo os benefícios econômicos desta atividade e a preservação espacial e cultural de uma localidade.

Um dos pensamentos mais aceitos sobre a perspectiva sustentável do turismo parece ser a idéia de que “o turismo só pode ser sustentável se a comunidade local estiver envolvida em seu planejamento e em sua administração” (SWARBROOKE, 2000, p. 49). Segundo o relatório sobre Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, voltado à discussão da atuação comunitária (1993 apud KLIKSBERG, 2005, p.95) “[...] uma participação maior da população não é mais uma vaga ideologia baseada nos bons anseios de uns poucos idealistas. Converteu-se em um imperativo – uma condição de sobrevivência”. No entanto para que haja esta participação popular é necessário que a mesma seja detentora de um conhecimento socioambiental - uma visão verdadeira e completa de sua relação com o meio ambiente e cultural, seus direitos e deveres – obtido, em grande parte, através da educação ambiental, da participação popular em ONGs, fóruns, dentre outros fatores. Sendo as questões socioambientais compreendidas como

[...] aquelas que estão na interface entre as instituições humanas e os recursos naturais, ou seja, homens e ecossistemas. Resultam dessas relações o que se pode denominar de qualidade ambiental e qualidade de vida abrangendo questões amplas como coleta de lixo, calçamento, redes de água, luz e esgoto dentre outros elementos. (HOGAN; VIEIRA, 1995, p. 15 apud SILVA et. al., 2007, p.11).

O estudo sobre a apropriação do conhecimento socioambiental pela comunidade de Santa Cruz da Bela Vista (Mangue Seco) distrito de Jandaíra, na Bahia, e sua repercussão na gestão local do turismo sustentável, é uma oportunidade de compreender a ação catalisadora que

o conhecimento socioambiental detém sobre a participação popular na administração pública turística de modo a proporcionar um desenvolvimento sustentável.

Segundo Badaró (2005) a participação surge como forma de aperfeiçoamento do sistema democrático e é neste contexto que fica nítida a necessidade da integração da comunidade no desenvolvimento do turismo. As comunidades, como salienta Machado (2005), têm muito a aperfeiçoar, enriquecer e contribuir, o que acaba por agregar valor aos projetos públicos. Ainda segundo este autor, existe uma inteligência coletiva, um saber comunitário que pode e deve ser acessado.

A participação popular na gestão pública tem início através dos movimentos sociais que historicamente, segundo Alonso (1994, p.77), “aparece num primeiro momento relacionado aos movimentos reformistas dos séculos XVIII e XIX na Europa; depois da segunda guerra mundial nos Estados Unidos, e na década de 60 no Brasil, com movimento do setor nacionalista”. Ainda segundo este auto, é a partir da década de 70 que as classes populares a partir das discussões sobre as condições de vida dos moradores, propicia o incremento de formas democráticas de participação de base e a formação de lideranças locais.

É por meio das demandas sociais - saúde, educação, transporte, moradia - que o Brasil inicia os movimentos sociais como forma de reafirmar ou estabelecer sua identidade social, uma produção coletiva,

[...] a partir da postulação de condições dignas de existência, colocando em evidência um novo plano de conflitos: a ampliação dos direitos do cidadão reconhecidos pelo Estado, e a reivindicação de autonomia, pleiteando aumento de seus direitos e contestando a forma de atendimento do Estado que busca o controle da população. (ALONSO, 1994, p.77)

Para Spink (1994) o Estado é uma construção da sociedade e por isso deve ser coletivo, sendo a soma das interações entre seus representantes e os demais atores sociais. O Estado não deve vislumbrar o controle da sociedade, este deve ser por ela dirigido e em benefício desta existir, no entanto para que isso ocorra à sociedade deve de modo direto atuar juntamente ao Estado, e é por meio da gestão participativa que tal atuação torna-se possível.

No entanto, apesar de muito se discutir sobre a importância do envolvimento social na ação pública como forma de melhor desenvolver uma localidade, pouco, efetivamente, identifica-se esta atuação e seus resultados; sendo este o principal motivo que respalda a

importância da execução de tal estudo. Através do mesmo, busca compreender até que ponto a apropriação do conhecimento socioambiental pela comunidade de Mangue Seco repercute na gestão turística desta localidade; acredita-se que o conhecimento socioambiental, por meio do envolvimento popular em associações, ONGs, fóruns e debates, propicia à população condições de atuar junto aos gestores locais, em prol do desenvolvimento de um turismo voltado à preservação dos recursos naturais e culturais, através de ações como a criação de áreas de proteção ambiental, a inserção do sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos, o auxílio à manutenção das iniciativas culturais existentes e o controle indireto da capacidade de carga do espaço, dentre outras.

Porém, a inexistência do conhecimento socioambiental mantém a população vulnerável às ações públicas desenvolvidas tanto para a comunidade quanto para o turismo local, como a construção de empreendimentos hoteleiros em ecossistemas frágeis, a inexistência de saneamento básico, segurança e sistema de saúde, necessários tanto para uso local quanto turístico, dentre outras; ações estas que se refletem em desigualdade social, insegurança e até exclusão da comunidade junto à atividade turística vigente.

O projeto é detentor de relevante interesse para o setor acadêmico à medida que objetiva (por meio de uma abordagem inusitada, que tende a fomentar novos questionamentos e estudos junto a alunos, professores e pesquisadores de áreas como: turismo, políticas públicas, sociologia e educação, dentre outras) analisar a apropriação do conhecimento socioambiental no distrito de Mangue Seco e seu reflexo na gestão turística desta localidade, e desta maneira aprofundar noções a respeito do conhecimento socioambiental e sua apropriação pela comunidade, assim como a interação desta com a ação pública turística; propondo-se ainda de modo indireto a:

- a) apresentar a relação entre o conhecimento socioambiental, a gestão participativa e o turismo, para a realização do desenvolvimento sustentável;
- b) caracterizar o distrito de Santa Cruz da Bela Vista, e sua apropriação do conhecimento socioambiental;
- c) avaliar os reflexos do conhecimento socioambiental na gestão turística de Mangue Seco considerando o envolvimento da população local.

Objeto do estudo, o distrito de Santa Cruz da Bela Vista (Mangue Seco) está localizado na Região Nordeste do Estado da Bahia e faz parte da Região Turística Costa dos

Coqueiros. Detentor de inúmeras riquezas naturais, o distrito possui sua apropriação para o estudo em questão respaldada, sob a perspectiva política, através da posição de destaque que ocupa no segmento turístico correspondente, sol e praia¹; na ação governamental desenvolvida sobre este espaço, ação esta que ocorre desde a definição pelo Estado, na década de 90, das zonas turísticas como forma de segmentar, ocupar territórios, qualificar e investir nas regiões turísticas; e principalmente no posicionamento da comunidade ali presente, o que pode ser visualizado na figura 1 localizada abaixo.



Figura 1: MAPA DO ZONEAMENTO TURÍSTICO DA BAHIA.

Fonte: Bahia, [entre 2006 e 2009].

Modificação: Lula, 2010

Os métodos científicos são uma padronização cujo intuito é a obtenção de um conhecimento científico, de maneira objetiva e precisa, visando o controle das informações. O uso destes métodos no projeto monográfico faz-se necessário à medida que estes tendem a

¹ A atividade turística foi segmentada para melhor identificar os motivos que levam ao seu acontecimento, dentre os quais se pode constatar: o turismo cultural, como o próprio nome retrata o que motiva a viagem é o conhecimento da cultura e/ou vivenciar uma interação cultural; o turismo religioso, cujo propósito é a busca por conforto espiritual em locais religiosos; e o turismo de sol e praia, o qual ocorre em Manguê Seco, e tem como motivação a busca pela praia como fonte de lazer e descontração.

nortear sua elaboração, estabelecer procedimentos para o levantamento dos dados e auxiliar na escolha dos meios de coleta das informações necessárias à apresentação.

Segundo Gil (2002) as pesquisas podem ser classificadas com base em seus objetivos (exploratórias, descritivas e explicativas) e nos procedimentos técnicos utilizados (bibliográfica, documental, *ex-post facto*, dentre outras), desta forma, o estudo em questão pode ser classificado quanto ao seu objeto como sendo uma pesquisa exploratória (já que busca descrições qualitativas, faz uso de levantamento bibliográfico, documental e desempenha entrevistas e formulários), descritiva (tendo em vista que o estudo propõe-se a efetuar um levantamento das opiniões e atitudes das comunidades), e também explicativa (à medida que busca identificar o conhecimento socioambiental como fator que determina e/ou contribui para a atuação pública das localidades).

No que tange a classificação com base nos procedimentos técnicos utilizados para o estudo, o projeto pode ser caracterizado, ainda segundo Gil (2002) como: pesquisa bibliográfica (através de fontes secundárias - livros, revistas, jornais, publicações avulsas e teses), documental (em fonte primária através de documentos federais e municipais) e estudo de campo, por meio da aplicação de entrevistas – despadronizadas ou não estruturadas, na modalidade entrevista focalizada, com a presença de um roteiro de tópicos e o entrevistador tem liberdade de adaptação - realizadas com os representantes do setor público e do Projeto TAMAR; e de formulários, direcionados à população local, maior de 18 anos, presentes nas ruas do distrito no intervalo de dias e horas da sua realização, sem que houvesse qualquer seleção relacionada às características ou perfis dos entrevistados junto à comunidade.

Por fim, o estudo encontra-se dividido em três partes, que retratam um passeio ao longo do distrito baiano, cujo objetivo é a busca pela melhor forma de apresentá-lo de modo a facilitar a compreensão do mesmo, são elas: por entre as dunas, na qual o leitor obtém uma visão ampla e aprofundada dos assuntos a serem abordado ao longo do estudo por meio de seus conceitos; a compreensão do paraíso, que traz uma visão geral do município de Jandaíra de modo a iniciar a discussão sobre o distrito estudado, desde informações documentais à visão obtida em campo; e da comunidade ao pesquisador, que aborda detalhadamente a estrutura de Mangue Seco, assim como sua relevância turística e a participação popular em seu desenvolvimento. Finalizando o passeio, a conclusão, que aborda as considerações finais do estudo.

2 POR ENTRE AS DUNAS: uma análise teórica

Da necessidade de apresentação do aprofundamento teórica como respaldo ao estudo em questão, o qual se encontra voltado à compreensão do conhecimento socioambiental como agente catalisador de ações populares em relação direta à gestão turística e ao desenvolvimento sustentável, busca-se apresentar de modo esclarecedor as concepções norteadoras à pesquisa, entre as quais se encontra o conhecimento socioambiental, o meio ambiente, o turismo, as ações sustentáveis e as ações participativas, dentre outras.

2.1 DO GERAL AO SOCIOAMBIENTAL: a concepção do conhecimento

Fonte de poder, desde a antiguidade o conhecimento tende a despertar interesse no homem seja em busca de sua obtenção ou de sua compreensão. Os primeiros a pensarem o conhecimento foram os gregos que desde Parmênides de Eléia, final do século VI a.C., com sua análise da verdade e da opinião; à Aristóteles e sua teoria da observação na qual a ciência baseia-se na experiência; buscaram compreender a realidade e seus fenômenos.

Sobre concepções filosóficas ou científicas, a existência do conhecimento tem como premissa o estabelecimento de relações entre os diversos fenômenos da realidade, ou como é mais divulgado, trata-se da vinculação entre sujeito e objeto, o conhecedor e o que se quer conhecer. No entanto o método utilizado para obter a compreensão destas relações é que diferencia tais concepções.

Vocábulo proveniente do latim, o conhecimento, ou *co-gnoscere*², fomentou o surgimento de diferentes correntes filosóficas com o intuito de apresentar seus fundamentos por meio das diversas perspectivas de interpretação, dentre as quais, segundo Cotrim ([ca.1986]), destacam-se: o empirismo, o racionalismo, o realismo crítico e o materialismo dialético. Neste contexto, enquanto o empirismo concebe a existência do conhecimento por meio das percepções

² Palavra formada etimologicamente pela preposição “co” e a palavra “gnoscere” que significam respectivamente as palavras “junto” e “nascimento”, o conhecimento neste contexto representa-se como “nascer junto”, o que caracteriza o momento da compreensão do homem de si mesmo e do meio a sua volta.

sensoriais, diretamente relacionadas aos cinco sentidos humanos; e o racionalismo defende a razão e princípios lógicos como fonte de tal conhecimento; é por meio dos ideais defendidos no realismo crítico e no materialismo dialético que o conhecimento apresenta-se em toda sua complexidade, onde o mesmo demonstra-se como uma relação dialética entre a experiência e a lógica, um complementar ao outro e ambos respaldados pela história, cultura, religião, pelo cotidiano e ainda pela ciência que como formas do conhecimento, atuam como seus indutores e propulsores, algo didaticamente ilustrado na figura 2, o que segundo Kneller ([ca. 1986], p.57) “a sua maneira própria, cada uma delas familiariza-nos com uma parte da realidade”.

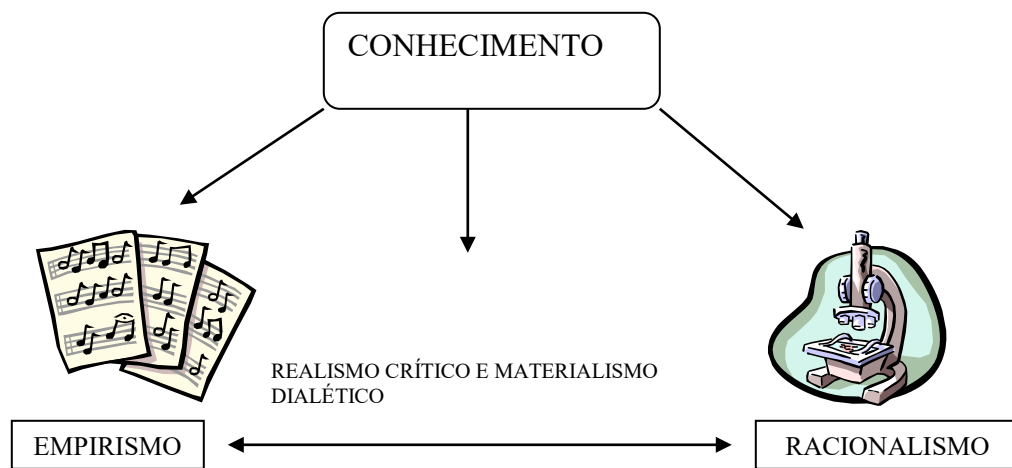


Figura 2: OS FUNDAMENTOS DO CONHECIMENTO
Elaboração própria.

Compreendido como a busca do homem para entender o mundo em todos os seus aspectos e através desta compreensão efetuar sua dominação sobre o mesmo, o conhecimento torna-se uma arma para a sociedade na medida em que a coloca em contato com suas reais possibilidades de melhoria; e por meio de sua difusão instiga a busca da superação de sua condição de oprimido. É neste contexto que a Escola, uma das fontes do conhecimento, e um ato político, ao longo dos anos tem sido utilizada pela classe detentora do poder como forma de cercear o desenvolvimento, nas classes menos favorecidas, do verdadeiro conhecimento, rico em criticidade e propulsor de ações sociais, destinando a estas, apenas um conhecimento engessado e limitado com base na tradição humanista do idealismo e do tecnológico que segundo Godotti (1979) valoriza o diálogo como forma de esconder a luta de classes, as disparidades sócio-

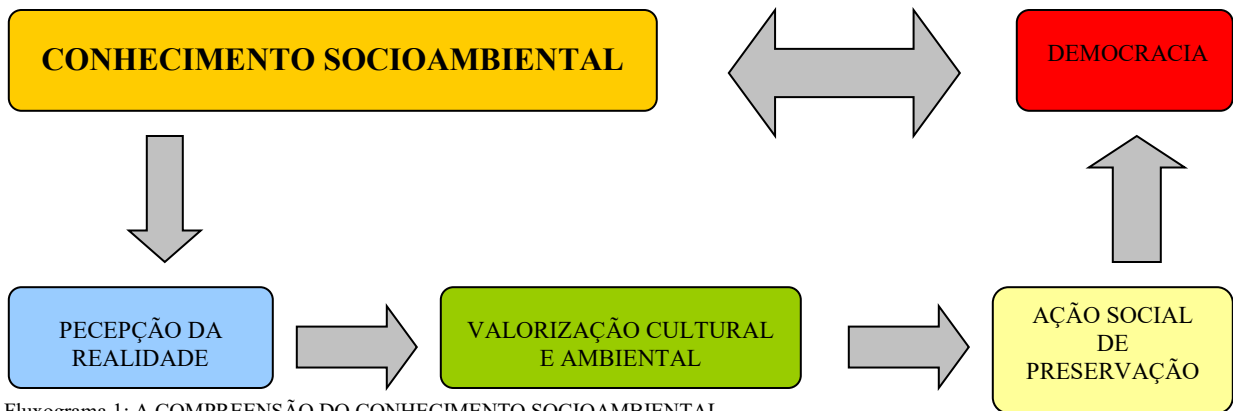
econômicas, o antagonismo e os interesses escusos da classe dominante. Ainda segundo este autor,

[...] nossa educação é sustentada por esses dois tipos de humanismo que, embora se combatam entre si, são ambos conservadores: *o humanismo idealista*, de um lado, lutando por uma educação pietista cujo ideal educativo conduziria ao obscurantismo da Idade Média, freqüentemente encabeçado pela escola particular e religiosa; por outro lado, *o humanismo tecnológico*, reduzindo toda educação a um arsenal de metodologias e de instrumentos de aprendizagem, despolitizando a grande massa da população, mais frequentemente professado pelas escolas oficiais e burocráticas. Um se perde na contemplação dos ideais de uma sociedade “humana”, “acima” da luta de classes; outro elimina todo ideal, substituindo-o pela ciência técnica. (GODOTTI, 1979, p. 10).

O que tende a evitar o surgimento de mobilizações em prol da superação econômica e social da maioria da população que vive em condições de opressão e alienação social.

Diante de todo o contexto apresentado pode-se afirmar que o conhecimento tratado neste estudo vai além do apresentado nas escolas e similares, trata-se do conhecimento que ao contrario, tende a colocar a comunidade em contato com sua cultura e espaço, é o conhecimento que advém da história de um povo, do seu dia-a-dia, do aprendizado que obtêm ao interagir entre si e com o ambiente em sua volta, sendo este o “reconhecimento” que gera mobilização social em prol da preservação cultural e ambiental à medida que as pessoas compreendem-se como ser fundamental ao desenvolvimento local e sua preservação torna-se indispensável.

O conhecimento socioambiental na concepção desta pesquisadora vai além de uma compreensão social e espacial, estendendo-se às mobilizações sociais que o mesmo provoca na comunidade no momento de sua percepção de “ser cidadão”; mobilizações estas motivadas pela superação da condição de oprimido existente na maioria da população brasileira e voltadas ao desenvolvimento do verdadeiro significado da palavra democracia que compreende a realização de ações por todos/maioria em prol desta maioria, conforme ilustrado no fluxograma 1 demonstrado na próxima folha.

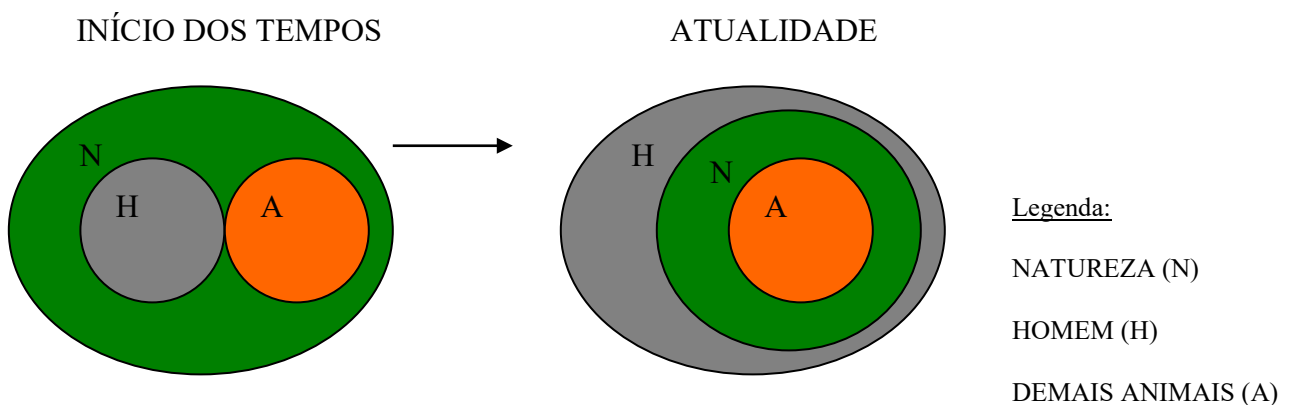


Fluxograma 1: A COMPREENSÃO DO CONHECIMENTO SOCIOAMBIENTAL

Elaboração própria.

2.2 MEIO AMBIENTE: rico, frágil e turístico

Fazendo uso dos conhecimentos obtidos em sua evolução o homem tornou-se o ser dominante da vida na terra sobrepondo-se as demais espécies e desenvolvendo técnicas que lhe permitem modificar o espaço em que vive. Assim, devido ao desenvolvimento obtido, o homem deixa a posição de igualdade com as demais espécies integrantes do planeta, e de submissão à natureza, passando a assumir o papel de interventor, abusando intensamente dos recursos naturais e deteriorando a qualidade do meio ambiente, como demonstrado através do fluxograma 2 localizado abaixo.



Fluxograma 2: A EVOLUÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE DO HOMEM AO LONGO DA HISTÓRIA.
 Elaboração própria.

Junção dos termos “médium” e “ambire” em latim, respectivamente na tradução de “lugar” e “ambiente”, compreende-se o meio ambiente como o espaço onde o ser vivo encontra-se e onde este interage com os demais seres e tudo o mais a sua volta; é a abrangência das relações que partem do espaço físico às dimensões econômicas, culturais e sociais, desenvolvidas pelo homem ao longo de sua história; onde, segundo Ferreti e Lotz (2002, p.13), “a inter-relação sociedade/natureza é indissolúvel e independente do grau de cultura ou desenvolvimento da sociedade”.

Detentor de constantes mudanças, naturais e induzidas, o meio ambiente passa naturalmente por transformações que ocorrem vagarosamente; e por modificações rápidas, impostas pelo homem, por meio de ações antrópicas que visam frequentemente a um benefício imediato e evidente; ações estas inicialmente relacionadas às atividades agrícolas nas quais se concentravam nos recursos naturais e conseqüentemente na natureza como fonte de riqueza e sabedoria; e posteriormente vinculadas à Revolução Industrial e tecnológica, ocorrida no século XIX, por meio da qual ideologicamente separa-se, quase que totalmente, a relação existente entre o ambiente e a espécie humana, cabendo ao primeiro apenas a condição de ser apropriado e funcional ao segundo; de modo a intensificar tais ações exploradoras.

Analisando as modificações desempenhadas pelo homem no meio ambiente compreende-se a relação homem e meio como fruto de momentos históricos e contraditórios na humanidade, sendo a concepção de “preservação ambiental”, tão difundida nos dias atuais, apresentada no pós Revolução Industrial e advinda da descaracterização sofrida pelo meio ambiente ao longo de todo este período; a necessidade de preservar surge da percepção de fragilidade do espaço ao redor, fragilidade esta adquirida e/ou intensificada pelas ações do próprio homem sobre o meio. Como afirmam Ferretti e Lotz (2002, p.27) “o homem ‘desenvolveu’, ao longo de sua busca ao progresso, a habilidade de alterar os ecossistemas, e o faz sem calcular racionalmente o impacto da perturbação”; ainda segundo estas autoras, “nenhuma atividade desenvolvida no ambiente possui ‘zero’ de degradação, tendo em vista a complexidade da troca de energia entre os subsistemas” (FERRETI; LOTZ, 2002, p.29). É no momento em que o homem obtém a percepção da importância do meio ambiente para sua vida, e compreende o quanto este é frágil que dar-se início as primeiras manifestações de conscientização sobre os problemas ambientais.

Segundo Lemos (2009, não paginado) “embora a Ecologia seja uma ciência nova, o raciocínio ecológico não foi criado pelos homens há pouco tempo”, já em 1908, em uma conferência sobre a conservação dos recursos naturais nos Estados Unidos, ainda segundo este autor, o então atual presidente, Theodoro Rosevelt, por meio de suas declarações, chamava as pessoas para refletirem sobre a preservação da natureza e os futuros riscos de sua depreciação. No entanto a organização de uma consciência social e política em torno dos problemas ambientais só começou a manifestar-se de forma vigorosa a partir da segunda metade dos anos 60, o que salienta Lemos (2009), deu-se, principalmente, nos países desenvolvidos, sendo estes os primeiros a sofrerem com a poluição industrial entre outras coisas advinda do grande número de fábricas pós Revolução Industrial.

Foi através do livro *Primavera silenciosa*, publicado em 1962, da escritora Rachel Carson, que as pessoas tomaram conhecimento das formas pelas quais a sociedade estava destruindo os sistemas de apoio à vida no planeta, sendo este o momento considerado como ponto de partida para a conscientização social e política sobre as questões ambientais. Segundo Lemos (2009) é neste momento que surgem as organizações não-governamentais – ONGs – ambientalistas, preocupando-se principalmente com a preservação da natureza e a poluição industrial, e tendo no desenvolvimento sustentável o modelo para estas resoluções.

Para Dallemole (2009, não paginado) “o uso dos diversos ecossistemas de maneira sustentável, usufruindo dos recursos naturais de forma a não extingui-los, gera vantagens econômicas que podem proporcionar ganhos a toda uma nação”; trata-se do consumo consciente do meio ambiente no qual, de forma simultânea, proporciona-se sua preservação e o crescimento econômico, o que atualmente compreende-se como desenvolvimento sustentável e defini-se por “um modelo econômico, capaz de gerar riqueza e bem-estar e, ao mesmo tempo, promover a coesão social e impedir a destruição da natureza”, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento -ECO92³ (apud DALLEMOLE, 2009, não paginado).

O turismo provocará impactos positivos e negativos no ambiente, tendo em vista a complexidade das relações de interdependência entre os elementos naturais. Os efeitos destes impactos ocorrerão no tempo e no espaço, envolvendo o homem, a

³ Evento realizado no Rio de Janeiro, ano de 1992, durante o qual os países presentes revisaram as propostas de Estocolmo e assinaram cinco documentos, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21; o princípio para a Administração Sustentável das Florestas; a Convenção da Biodiversidade e a Convenção sobre Mudança do Clima.

sociedade e o entorno natural. [...] os impactos positivos reside no fato de que, a partir da força do interesse turístico, pode ser gerado recursos e ações efetivas para a proteção dos recursos naturais; [...] os impactos negativos ocorrerão na formação geológica, vegetação natural, água, ar, vida selvagem, principalmente. (FERRETI; LOTZ, 2002, p.24)

Na compreensão de que todo e qualquer contato entre o meio ambiente e o homem gera modificação e interferência no meio, é o modo de percepção deste encontro que veio, até os dias de hoje, definindo a intensidade e importância desta relação que tende a estender-se do frágil e depreciativo, ao rico e sustentável. Uma atividade econômica que detém nesta relação sua fonte de existência, o turismo interrelaciona-se com o meio ambiente, e por meio de ações dialéticas torna-se mais um fator de modificação do espaço e através deste modifica-se.

2.3 TURISMO: entre a depreciação e a sustentabilidade

Matéria prima para o turismo, o meio ambiente tem cada vez mais direcionado as viagens turísticas em consequência da fuga das grandes cidades; o afastamento da poluição visual, sonora e do ar; a violência rotineira e os engarrafamentos, dentre outros fatores. Geração de renda para a comunidade receptora desta atividade, o turismo acaba por incentivar em sua maioria o aparecimento de preocupações mais relacionadas com o número de turistas atraídos à localidade do que com a efetiva capacidade do espaço de comportar tais pessoas e ao mesmo tempo manter sua integridade. O fluxo massivo de turistas tende a prejudicar o espaço e a trazer mais prejuízos à população local do que propriamente beneficiá-la, quando o mesmo não é compreendido em sua complexidade e abrangência, assim como ao inexistir uma preparação local para sua execução.

Compreendido na maioria das vezes como simples atividade econômica sem qualquer vínculo social, o turismo tem em sua história, a fonte de tal pensamento engessado pelo tempo, e nos motivos que geraram sua aparição, os grandes dificultadores de uma maior compreensão social desta atividade. Datado a milênios, o turismo apresenta nas andanças dos filósofos, estudiosos, aventureiros e nos Jogos Olímpicos da Grécia, que atraíam pessoas de várias regiões, algumas das suas mais antigas manifestações, ao levar-se em consideração o deslocamento

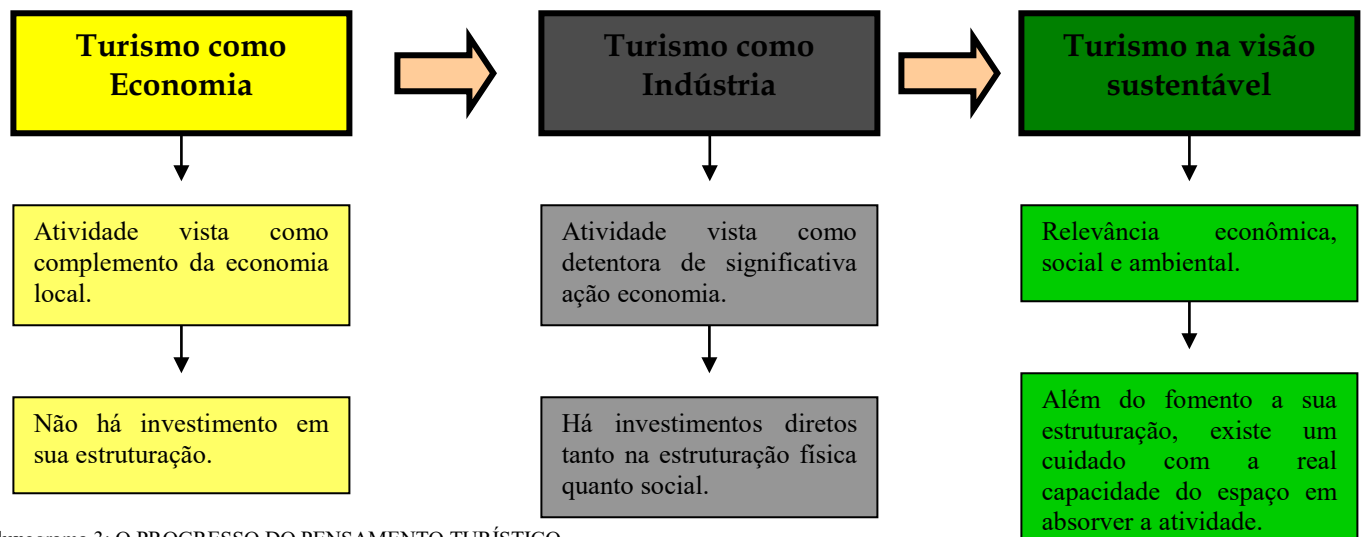
realizado por estas pessoas e a economia que movimentaram. Porém, deve-se às peregrinações e as migrações religiosas à institucionalização desta atividade que juntos aos demais fatores apresentados, deram origem ao aparecimento das pousadas, portos e cidades, onde os forasteiros podiam pernoitar; descansar e dispor de alimentação, bebidas, mulheres e até mantimentos e roupas para continuar a viagem. É a partir de Thomas Cook que o Turismo efetivamente organiza-se como atividade econômica através da composição da primeira agência de viagens, a Agência Cook de Viagem, em 1856, com o propósito inicial de conduzir caravanas de ingleses à cidade de balneário de Nice, na França. E pode-se considerar o período pós II Guerra Mundial como decisivo ao desenvolvimento desta atividade, no qual ocorreram muitos aperfeiçoamentos e inovações nos transportes, nos sistemas viários e na própria estrutura dos núcleos emissores e receptores.

Em perspectivas mais econômicas, percebe-se que para o local receptor da atividade turística, o turismo compreende-se como uma indústria cujos produtos são consumidos no local de sua obtenção, formando exportações invisíveis e cujos benefícios podem ser variados na vida econômica, política, cultural e psicossociológica da comunidade (WAHAB, 1988 apud MIEKE; PEREIRA [entre 2004 e 2009]). Segundo Sampaio (2001) a terminologia indústria do turismo tem total relação com o processo civilizatório industrial-tecnológico adotado mais intensamente a partir da Revolução Industrial, e caracteriza-se com uma maior preocupação com o sujeito chamado turista e sua demanda por necessidades, do que com a população receptiva e sua oferta de bens e serviços.

Em quanto atividade econômica, o turismo vem ao longo dos anos consagrando-se como uma fonte de renda não poluente, rentável e de fácil realização, já que em sua concepção inicial o mesmo era fomentado pelo simples fato da existência em determinados espaços de atrativos que proporcionavam o deslocamento das pessoas para conhecê-lo e movimentavam a renda local sem que houvesse qualquer preparo destes espaços receptores para o desenvolvimento desta atividade. Porém, como salientam as autoras Ferretti e Lotz (2002, p. 19) “a atividade turística não pode ser apenas definida como a mera soma das operações de caráter econômicos que envolvem o transporte, a alimentação, a hospedagem e o entretenimento do sujeito do turismo”. O que só reafirma-se na compreensão de Beni (1998, p.83) ao citar que “quando o fenômeno turístico é conduzido em função de seus benefícios econômicos, entra em uma dinâmica especuladora que sacrifica a paisagem e a ecologia, e pode chegar a arruinar a

identidade das pessoas que pertencem à comunidade autóctone”. Assim, ao obter com o passar do tempo, a percepção do desgaste natural provocado pelo desenvolvimento de uma atividade depreciativa, o homem passa a buscar uma forma de conciliar a atividade turística e a preservação local, a partir da compreensão de sistema frágil e muitas vezes irreversível, criando a concepção do turismo sustentável, melhor visualizada através do fluxograma 3 localizado abaixo. O que confirma Sampaio (2001) ao atrelar o desenvolvimento sustentável ao surgimento de uma consciência planetária sobre as ameaças embutidas no projeto da civilização industrial-tecnológica como a explosão demográfica, a pobreza, o uso predatório dos recursos naturais e a industrialização poluente, no início da década de 70. Ainda segundo este autor

[...] o turismo sustentável tem como premissa estudar os impactos da atividade turística na população receptiva, vista como sujeito, isto é, analisar interdisciplinarmente a comunidade impactada pela atividade turística, [...] repensando as estratégias de um novo estilo de desenvolvimento no contexto da demanda social – regulando os padrões de consumo e os estilos de vida – e da oferta de bens e serviços – regulando um conjunto de funções produtivas (SAMPAIO, 2001, p.30).



Fluxograma 3: O PROGRESSO DO PENSAMENTO TURÍSTICO.
Elaboração própria.

É importante ressaltar que mesmo o turismo sustentável para alguns autores sendo considerado apenas como referencial utópico para esta atividade que se caracteriza como econômica e encontra-se inserida em um contexto capitalista, para o estudo em questão

compreende-se a sustentabilidade assentada sobre o tripé da preservação ambiental, do envolvimento social e do desenvolvimento econômico, busca-se não a total anulação do contato do homem com a natureza - única forma conhecida para evitar toda e qualquer interferência do homem no ambiente - e sim uma melhor forma de diminuir os impactos proporcionados por tal contato, o qual se sabe ser necessário e inevitável para o desenvolvimento da humanidade. Ao falar-se em Turismo Sustentável busca-se na verdade uma forma de conciliar o desenvolvimento econômico, impossível de ignorar sua busca empregada pela humana, à preservação dos recursos naturais e culturais das localidades turísticas, o que consolida a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD (1991 apud RUSCHMANN, 1999) ao caracterizar o desenvolvimento sustentável como sendo um processo de modificação, voltado à realização das necessidades e aspirações humanas, a partir do qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional conciliam-se e reforçam a relação potencial existente entre o presente e futuro.

A percepção do turismo como atividade meramente econômica encontra-se fadada ao erro na medida em que se trata de uma atividade que envolve todos os fatores da sociedade partindo do econômico e adentrando suas relações sociais. Trata-se de uma atividade de caráter multidisciplinar e interdisciplinar, sinérgico e sistêmico⁴, detentora de impactos tanto econômicos, ambientais, energéticos e socioculturais.

[...] o setor do turismo tem participação significativa na economia, impacto sobre o meio ambiente e também sobre a sociedade, além de ser grande consumidor de energia, o que lhe confere, se tomado de modo agregador e articulado, importante papel nas negociações e definições de políticas públicas e mundiais relativas ao desenvolvimento sustentável. (FEKETE, 2004, p.176)

A atividade turística [...] ao mesmo tempo em que pode abrir novas perspectivas sociais em função do desenvolvimento econômico, criar mais consciência e sentido de cidadania, promover a difusão e a preservação da identidade cultural de um povo, pode também destruir os recursos naturais, condenar ao estereótipo toda uma tradição cultural, desencadear disfunções na família com o aumento de tráfico de drogas e de prostituição, dentre outras. (FERRETI; LOTZ, 2002, p.18)

⁴ Turismo como sinérgico na compreensão de ações simultâneas de vários fatores ou agentes; e sistêmico, tendo em vista que tal atividade afeta a localidade onde inserida como um todo.

Como forma de maximizar os efeitos positivos do turismo sobre uma localidade e ao mesmo tempo minimiza os efeitos negativos, segundo Pires (1999 apud FERRETTI; LOTZ, 2002), tem-se na simbiose destes dois fatores, nos quais ambos beneficiam-se, a relação ideal, na qual o desenvolvimento do turismo proporciona meios para a valorização e a preservação do ambiente, e este uma vez protegido, continuará atraindo turistas para a localidade, desenvolvendo sua economia e conseqüentemente beneficiando toda a comunidade.

No entanto, para que esta relação consolide-se se faz necessário o uso de medidas preventivas e minimizadoras dos impactos negativos do turismo como: investimentos em pesquisa; em educação ambiental – ferramenta poderosa que faz com que as pessoas tornem-se mais conscientes e se sintam mais comprometidas com relação ao ambiente e sua preservação; cuidado com a estruturação física dos destinos naturais; e acima de tudo o incentivo a participação popular tanto nas ações de preservação socioambiental quanto nas decisões políticas voltadas a caracterização, produção e ao desenvolvimento da atividade turística na localidade. Segundo Ferreti e Lotz (2002, p.20), “o turismo não cumpre sua função se não agrega valor a sociedade e se não pode ser utilizado como veículo de preservação do patrimônio natural, cultural ou social de um povo”.

2.4 AÇÕES SUSTENTÁVEIS, UMA RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E COMUNIDADE

Atividade de alto teor contraditório, o turismo pode, ao mesmo, proporcionar o desenvolvimento econômico local e a depreciação de toda sua estrutura atrativa por meio dos impactos negativos por ele provocados sobre o espaço, tais como, os de caráter ambiental, econômico e sociocultural. Compreende-se como impacto ambiental negativo advindo da atividade turística, dentre outras coisas, a depreciação dos recursos naturais, muitas vezes os responsáveis pela atratividade local, por meio do uso inadequado destes recursos, assim como pelo não controle do volume de pessoas no local em um mesmo intervalo de tempo. Quanto ao reflexo negativo na economia, pode-se identificar a substituição de atividades anteriormente realizadas - como as vinculadas à agropecuária - por subempregos mais diretamente relacionados ao turismo que surge na localidade; assim como, a inesperada elevação do custo de vida em

detrimento do alto nível econômico dos turistas que buscam a localidade. Já no que se tange a negatividade dos impactos socioculturais da atividade turística, denota-se sua total relação à marginalização⁵ sofrida, em grande parte, pela população local, onde a atividade inseriu-se; e muitas vezes a sua completa ignorância⁶ sobre os reais efeitos que podem advir desta atividade; o que Doxey ilustra claramente na obra de Mathieson e Wall (1988 apud RUSCHMANN, 1999) por meio dos 05 estágios da crescente desilusão de uma comunidade receptora com a atividade turística (observar quadro 1 localizado abaixo).

OS ESTÁGIOS	SEUS EFEITOS
01 EUFORIA	Crescimento das oportunidades de emprego, negócios e lucros com a chegada dos turistas.
02 APATIA	Obtêm-se a sensação de lucro garantido por meio do crescimento e da rentabilidade do turismo; e a visão do TURISTA como veículo para a obtenção do lucro fácil.
03 IRRITAÇÃO	Saturação da atividade e/ou incapacidade de atendimento da demanda exigente.
04 ANTAGONISMO	A população encontra-se descontente com a atividade turística e deposita no turista a responsabilidade para com todos os seus males e os da localidade, entre os quais, crescimento da violência, dos impostos, os desajustes da juventude, etc.; e desta forma passa a hostilizá-lo.
05 CONSCIÊNCIA TARDIA	Trata-se do momento de compreensão pela comunidade local dos bens perdidos na busca pelo lucro advindo da atividade turística, do seu ecossistema modificado e deteriorado, e acima de tudo, da incapacidade de ação perante a situação percebida tardiamente.

Quadro 1: ESTÁGIOS DA DESILUSÃO SOCIAL PROVOCADA PELO TURISMO SOBRE A COMUNIDADE RECEPTORA

Fonte: Doxey, [198?]

Elaboração própria.

socialis;

⁵ Termo utilizado em compreensão mais literária, onde se compreende o ser encontrado fora de determinada situação, neste caso o população muitas vezes não se faz parte integrante do desenvolvimento da atividade turística.

⁶ Palavra apresentada na compreensão de uma população ausente de determinado conhecimento.

- b) maior controle dos aspectos cruciais ao processo de desenvolvimento por meio de ações da sociedade civil organizada de modo a proporcionar a valorização da autonomia;
- c) maior interação entre homem e natureza;
- d) a internacionalização efetiva da problemática dos custos socioambientais do processo de desenvolvimento de modo a obtenção de uma eficácia econômica.

Segundo Hall ([1999?]) a dualidade da atividade turística, na qual por um lado apresenta-se enorme potencial de alavancar o desenvolvimento de uma região e por outro pode promover a degradação ambiental aliada ao agravamento das injustiças sociais, tem no poder público o agente da condução de seu planejamento na medida em que este é o único agente capaz de amenizar conflitos de interesses inerentes a um modelo global de livre mercado. Neste contexto é necessário que ambos, meio ambiente e turismo, equilibrem-se de modo a evitar o desgaste de um por meio do desenvolvimento excessivo do outro. Para Ruschmann (1999, p.29)

[...] o Estado deve cumprir seu papel, principalmente no que se refere á aplicação das leis ambientais e ao zelo pelo seu cumprimento, porém, é essencial que as coletividades dos locais turísticos, assim como os outros agentes de seu desenvolvimento contribuam igualmente para a proteção dos atrativos naturais que estimulam o fluxo dos turistas.

Reflexo da desigualdade inerente ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil ao longo dos anos, o qual se encontra alicerçado em crescimento econômico e exclusão social, o turismo, como já apresentado, tem cada vez mais se apropriado do espaço atrativo, desenvolvido sua função econômica e posteriormente depreciado tais localidades, descaracterizando-as, e desaparecendo e/ou diminuído sua presença sobre a mesma. E sendo apresentado como válvula de salvação para tais negatividades, o turismo sustentável detêm na preservação ambiental atrelada ao desenvolvimento econômico e a participação popular os fundamentos necessários para seu desenvolvimento. No entanto, para a estruturação de tais fundamentos faz-se necessário a ação direta das instituições administradoras e fomentadoras dos espaços, como modo de adequar tais ações a um benefício geral e linear, sem qualquer interferência dos interesses particulares tão presentes.

Não é possível produzir turismo sem que haja direta ou indiretamente uma participação do poder público, isso porque a atividade requer uma infra-estrutura base para seu

funcionamento adequado – além da infra-estrutura turística - que visa atender as necessidades básicas tanto do turista quanto da população receptora, a qual abrange os serviços de abastecimento de água, eletricidade, combustíveis, coleta de lixo, tratamento de esgotos, e ainda os serviços médicos de urgência ou especializados, que são coletados, avaliados e analisados (RUSCHMANN, 1999). Segundo Bucci (2006, p. 241) “políticas públicas são programas de ação governamental visando a coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”. O que Hall ([1999?], p.26) completa ao afirmar que “a elaboração de políticas públicas é, antes de tudo, uma atividade política e essas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas formais dos governos e outros aspectos do sistema político”.

Existem políticas governamentais próprias da área turística, denominadas gestão turística ou políticas públicas de turismo, que Goeldner, Ritchie e McIntosh caracterizam como sendo

[...] um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação. (2002 apud DIAS, 2003, p. 121).

Segundo Hall ([1999?]) são sete as principais ações públicas estaduais na gestão da atividade turística que compreende desde sua coordenação, ao desenvolvimento de um turismo social, passando por ações como o planejamento da atividade, sua legislação e regulamentação, empreendimentos, incentivos e a proteção dos interesses públicos.

Enquanto que para Bezerra (2006) tais ações resumem-se a um conjunto de três atuação governamentais, são elas:

- a) a concessão de empréstimos, a taxa de juros baixas, e de incentivos fiscais, para os investimentos turísticos privados como forma de financiá-los;
- b) investimento em infra-estrutura que compreende a construção de estradas, aeroportos, abastecimento de água, sistema de esgotos e saneamento, eletricidade e telecomunicação;
- c) promoção da imagem turística da localidade.

Já para Ignarra (1999) a participação pública no desenvolvimento da atividade turística ganha funções mais amplas e detalhistas na medida em que esta é compreendida como instituição fundamental para tal crescimento de modo sustentável; entre as quais;

- a) o planejamento ao fomento à atividade;
- b) controle da qualidade do produto;
- c) a promoção institucional do destino;
- d) o financiamento aos investimentos da iniciativa privada;
- e) capacitação dos recursos humanos;
- f) controle do uso e da conservação do patrimônio turístico;
- g) captação, tratamento e distribuição da informação turística;
- h) implantação e manutenção da infra-estrutura urbana básica;
- i) prestação de serviços de segurança pública;
- j) captação de investimentos privados para o setor;
- k) desenvolvimento de campanhas de conscientização turística;
- l) apoio ao desenvolvimento de atividades culturais locais, tais como o artesanato, o folclore, a gastronomia típica, etc;
- m) implantação e manutenção de infra-estrutura turística voltada para a população de baixa renda;
- n) implantação e operação de sistemas estatísticos de acompanhamento mercadológico.

No entanto, sejam quais forem as ações governamentais, as mesmas só poderão beneficiar as localidades estando estas em comum acordo as necessidades do espaço e sua efetiva capacidade de absorção das mesmas; inseridas em sua maioria sobre ambientes frágeis, as ações públicas direcionadas a atividade turística devem voltar-se ao conciliamento entre a preservação destes espaços e o desenvolvimento desta atividade de modo a cada vez mais proporcionar o incremento da localidade como um todo.

O pensamento que planeja o turismo não pode ser linear, não deve ser regido pelo mecanicismo ou pela visão atomística⁷ ou reducionista cuja percepção repousa centrada nas partes isoladas, mas o pensamento do planejador de

⁷ Relacionada ao atomismo, sistema segundo o qual a formação do universo se deu pela combinação espontânea dos átomos. Logo, relaciona-se no texto ao não tratamento da atividade turística por meio da simplicidade das ações espontâneas.

turismo deve ser sistêmico, compreendendo todas as ações e reações que as tomadas de decisão poderão gerar a um núcleo receptor e a seu povo. (FERRETTI; LOTZ, 2002, p. 20)

Para Ruschmann (1999) tendo como finalidade o ordenamento das atuações do homem sobre o território, o planejamento turístico visa o direcionamento da construção de equipamentos e facilidades, apropriadamente, de modo a impedir a diminuição ou a destruição dos seus recursos. Ainda segundo o autor, “o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir” (RUSCHMANN, 1999, p.10). Aprofundando-se um pouco mais, pode-se caracterizar o planejamento como sendo o pensar humano e suas conseqüentes ações, voltados ao relacionamento passado, presente e futuro de dadas circunstâncias. No entanto o planejamento turístico não deve ser compreendido como a salvação para a execução de uma atividade turística sustentável, e muito menos se deve depositar no ato de sua realização a concretização desta atividade; mas pode e deve ser reconhecido como ferramenta facilitadora e fomentadora de sua realização quando bem desenvolvido, o que Hall confirma ao citar que “o planejamento turístico não é uma panacéia⁸ capaz de resolver todos os problemas, mas quando realizado de forma colaborativa pode contribuir substancialmente na construção de localidades sustentáveis” (HALL, [1999?], p.04).

Deste modo, um dos fatores que conduzem ao desenvolvimento turístico ideal engloba não apenas o planejamento desta atividade e sim a integração e participação dos agentes locais, governamentais, privados e principalmente populares, na estruturação e crescimento desta atividade.

2.5 ENTRE O TURISMO E A POLÍTICA, UMA GESTÃO PARTICIPATIVA

A integração das estruturas políticas de um espaço, e a forma como esta ocorre é o que influencia no dinamismo dos processos desenvolvidos na localidade, deste modo, quanto mais interligados o poder público, o setor privado e a população, mais chances haverá na

⁸ Compreende-se como sendo os recursos empregados para remediar dificuldades.

ocorrência de um desenvolvimento conciso e constante em qualquer área que se almeja o crescimento. O que confirmam os autores Mieke e Pereira ([entre 2004 e 2009], não paginado) ao apresentarem dois aspectos fundamentais ao sucesso ou insucesso de qualquer tentativa de proposta de desenvolvimento local “[...] o envolvimento dos atores locais (protagonistas do processo) e as questões organizativas, sociais e políticas (instituições públicas ou privadas)”. A atividade turística será ou não ferramenta de exclusão social a depender do nível de integração destes dois aspectos anteriormente citados e a depender dos motivos que proporcionarem tais ações.

Ponto vital para o desenvolvimento do turismo sustentável, a participação popular necessita, acima de tudo, da integração dos agentes locais em busca da obtenção de uma compreensão homogeneia de suas necessidades e interesses comuns, de modo a conter as divergências existentes e fortalecer tal união, ação esta de difícil execução por tratar-se de um grupo composto por pessoas de diferentes níveis sociais, diferentes compreensões políticas e culturais, mas unidas por propósitos comuns, o que só afirma Swarbrooke (2000, p.70) ao confirmar a existência das

[...] dificuldades de se buscar a integração social devido à heterogeneidade de interesses existentes no interior das sociedades locais. Dessa forma, o problema da integração em eventuais benefícios econômicos gerados pela atividade turística dependerá, consideravelmente, da capacidade de organização social e política dos diferentes segmentos da sociedade local, orientados por interesses divergentes.

O que, segundo os autores Mieke e Pereira ([entre 2004 e 2009], não paginado) pode-se observar no cooperativismo ou movimento cooperativo, que se compreende como “um tipo de organização econômica fundamentada na ajuda mútua, reservando aos destinatários da atividade econômica, importante papel na sua organização, desenvolvimento e gestão”.

Para Sampaio (2001) o planejamento participativo recupera a participação social da sociedade, de modo que o cidadão contribua na elaboração das ecoestratégias, desde a informação até a execução da ação proposta, transformando a sociedade civil em um terceiro sistema, à medida que toma consciência de si mesma e começa a interpelar-se e a conhecer-se de modo a atuar de forma participativa na gestão pública de sua localidade tornando-se um “ator social”. Ainda segundo este autor, é direito do homem ganhar consciência e autonomia na

compreensão do que é ator social, de modo a assumir funções na sociedade, o que segundo Franco (2002) denomina-se como a democratização do acesso à riqueza, ao conhecimento e ao poder, ou seja, trata-se do empoderamento popular.

Até a formação da compreensão de gestão participativa, utilizada por este estudo, muitos séculos passaram-se; a primeira ação efetivamente constatada pela história data da antiguidade, nas civilizações gregas e sua iniciação democrática, no entanto foi a partir da II Guerra Mundial que tal ação concretiza-se nos países europeus por meio de legislações ou contratos empresariais. Ao longo da história o que se iniciou como um ato público perde destaque na arena política e ganha importância no setor privado, principalmente no século XIX, Revolução Industrial, a partir das doutrinas sociais e da busca pelo crescimento produtivo. Segundo os autores Ferreira, Reis e Pereira (2002, p.128)

[...] o interesse pela administração participativa foi reforçado no mundo ocidental, principalmente a partir do declínio da hegemonia econômica dos Estados Unidos [...] durante a década de 70, gerando perda de competitividade dos seus produtos em quase todos os mercados do mundo, inclusive em suas próprias fronteiras.

É a partir deste momento que a administração participativa – que desperta nas pessoas o aprimoramento de sua satisfação e a elevação da motivação no trabalho - ganha destaque, empresarialmente falando, e confirma-se como diferencial para o crescimento produtivo e catalisador do desenvolvimento tecnológico dos produtos orientais.

Sobre uma vertente mais política, e tendo como base Pedrosa ([entre 1996 e 2010], não paginado), a participação consiste na

[...] atuação da sociedade civil do campo democrático (movimento sociais, organizações) nos espaços públicos de decisão. Deve ocorrer preferencialmente, por meio da institucionalização de mecanismos de democracia participativa e direta, inclusive na elaboração, deliberação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. É também um processo de aprendizagem, na medida em que qualifica a intervenção dos cidadãos/cidadãs para atuação nesses espaços.

Considerada como meio para o desenvolvimento da gestão participativa, a democracia apresentada nos dias atuais demonstra grandes diferenças da democracia grega, o que

pode ser compreendido tendo como referência as modificações históricas sofridas pela civilização humana de quem resulta sua existência. Obtendo formas diversas, a democracia da atualidade manifesta-se sobre o regime representativo a partir do qual, de acordo as autoras Guaraná e Fleury (2008, p. 95) “[...] a população, através do sistema eleitoral, realiza a escolha de um representante ao qual delegará o poder de decisão”; no entanto segundo Hirst (1992, apud GUARANÁ; FLEURY, 2008), tal regime não realiza plenamente sua função na medida em que os eleitores mantêm-se dependentes aos partidos e políticos, decidindo os mesmo e não as políticas ou decisões.

Para poder-se considerar a democracia como ação participativa necessita-se além dos votos realizados pela população, uma integração entre as decisões e ações tomadas pelos gestores públicos e os desejos e necessidades de toda a população local ou ao menos de sua maioria. No que se refere à atividade turística segundo os autores Mieke e Pereira ([entre 2004 e 2009], não paginado)

[...] o turismo só será interessante para a região se agradar a seus atores locais, ou seja, o interesse da atividade turística deve, fundamentalmente, imergir das relações e ajuda mútua dos seus próprios promotores locais em consonância com o mercado, pois eles, por si só, são os grandes promotores dos atrativos turísticos locais.

Segundo os autores Lohmann e Panosso Netto (2008, p. 121) política pública de turismo é o “direcionamento dado pelo governo federal, estadual, municipal ou regional para o desenvolvimento da atividade turística, após ter consultado os representantes do setor turístico e da sociedade”, estando tal direcionamento expresso na Lei Geral do Turismo e nos demais documentos das esferas governamentais.

É preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa de sua degradação. O Estado deve cumprir seu papel, principalmente no que se refere à aplicação das leis ambientais e ao zelo pelo seu cumprimento, porém, é essencial que as coletividades dos locais turísticos, assim como os outros agentes de seu desenvolvimento contribuam igualmente para a proteção dos atrativos naturais que estimulam o fluxo dos turistas. (RUSCHMANN, 1999, p. 27).

2.5.1 A política baiana e federal de turismo e sua relação dialética com a gestão participativa

Compreendidas como a junção dos poderes municipais, estaduais e federais, as ações públicas voltadas ao turismo tem como responsabilidade o preparo dos cidadãos para a participação na elaboração, execução e desenvolvimento da atividade por meio de conscientizações populares; a elaboração de legislações específicas com vistas à proteção do meio ambiente salvaguardando-o e protegendo; e ainda assegurar o desenvolvimento sociocultural por meio desta atividade juntamente com seu crescimento econômico. No entanto, é na análise de sua evolução histórica que o Estado baiano pode ser caracterizado como detentor de uma forte ação pública na atividade turística, porém sem qualquer significativa participação popular ao longo de sua elaboração, execução e desenvolvimento por meio de um não preparo e/ou da falta de incentivo para tal participação; o que caracteriza tais ações públicas como não cumpridoras das responsabilidades anteriormente apresentadas.

Detentor de inúmeros atrativos culturais e ambientais, o Estado baiano, há muito tempo, tem na atividade turística uma fonte de desenvolvimento econômico e efetivo destaque no turismo nacional, atrelados as ações públicas, mesmo que de forma mais branda, como a ocorrida na década de 1930, à formas mais efetivas, como as ocorridas a partir da década de 1970 por meio de um modelo amplamente interventor; e a um crescente envolvimento participativo do setor privado em sua elaboração, execução e desenvolvimento.

Com base em Queiroz (2002) o envolvimento público na atividade turística da Bahia pode ser segmentado em quatro fases, cronologicamente designadas, como forma de melhor compreender as ações públicas sem qualquer interferência da temporalidade existente nas gestões públicas ocorridas ao longo da história baiana. A primeira fase, iniciada em 1930 e estendida até o ano de 1962, pode ser considerada como a fase de implementação da atividade turística no Estado. A segunda, que vai do ano de 1963 ao ano de 1970, configura-se na constituição dos elementos essenciais para a mudança do modelo de desenvolvimento turístico. Já o período entre os anos 1971 e 1990, a terceira fase, compreende o incremento da efetiva ação institucional. E a partir dos anos 90, a quarta e atual fase, o turismo ganha destaque como atividade econômica prioritária, ocorrendo à evolução da gestão turística desta atividade.

Ao longo de toda a primeira fase da institucionalização pública do turismo na Bahia, de 1930 a 1962, o sistema turístico foi conduzido através do poder municipal, onde a cidade de

Salvador, capital deste Estado, foi detentora de toda e qualquer ação voltada para este segmento o que pode ser compreendido pela visão limitada dos poderes atrativos existentes em todo o Estado e principalmente por ainda tratar-se de uma atividade incipiente na Bahia, assim como no país.

Em período de descapitalização e sem qualquer prestígio político, o Estado baiano, na década de 30, encontra-se sem qualquer condição para a implementação de qualquer ação pública o que explica sua ausência desde os setores tradicionais como a agropecuária, à setores considerados modernos como o turismo. Conceitualizado de forma amadora, o turismo nesta fase não passava de uma atividade sem grandes interesses, que ocorria em Salvador principalmente devido às festividades carnavalescas existentes na cidade e aos limitados, mas presentes, equipamentos e serviços turísticos por ela apresentados- hotéis, restaurantes e bares, dentre outros. Nesta fase, para Queiroz (2002), cabia ao setor público a função de disponibilizar informações e dar suporte a realização de manifestações populares, como o carnaval; somente a partir dos anos 50 é que surgem as primeiras preocupações como o desenvolvimento efetivo desta atividade, por meio do fomento à indústria hoteleira. O envolvimento popular surge apenas na preocupação dos gestores municipais da atividade em qualificar a mão-de-obra necessária a sua existência, o que ocorre por meio da confecção do primeiro mapa turístico da cidade de Salvador e a execução do curso de Tradição e História da Bahia, direcionado para as senhoras da alta sociedade, sem qualquer interferência pública ou popular na estruturação, execução ou desenvolvimento desta atividade.

Apenas no final da década de 50 o poder estatal baiano realiza suas primeiras ações públicas voltadas ao setor turístico incluindo-o no planejamento estadual, e criando uma subcomissão para tratar dessa atividade, na Fundação Comissão de Planejamento Econômico - CPE que tinha como função “o planejamento, à coordenação e ordenamento dos empreendimentos econômicos do Estado” (QUEIROZ, 2002, p.52). No entanto tais ações não se desenvolvem diante das dificuldades de crescimento desta atividade, realizada em um espaço ainda ausente de infra-estrutura de base e de caráter urbano, assim como de superestrutura turística⁹, suportes amplamente necessários; e pela falta do interesse nacional, o que impossibilita ações integradas e facilitadoras ao seu ampliamto. As primeiras ações federais voltadas para a

⁹ Compreende-se como Infra-estrutura de base as estradas, ferrovias, aeroportos, rodovias, hidrovias, etc. Denomina-se Infra-estrutura urbana os serviços de abastecimento de água, eletricidade, combustíveis, coleta de lixo, tratamento de esgotos, assim como os serviços de saúde e segurança. E apresenta-se como superestrutura turística o conjunto de elementos que possibilitam a estada dos visitantes em determinado local como hospedagem, alimentação, comércio, diversões, agências de viagens, lazer, dentre outros.

atividade turística datam da década de 1930, onde já em 1932 com o Decreto de nº 3.616 é instituída a temporada de turismo do Distrito Federal; e em 1937, com a Lei nº25, de 30/11/37 é legalizada a ação de proteção aos monumentos históricos e artísticos do país (DONALD, 1978 apud QUEIROZ, 2002), assim como a fundação em 1924 da Sociedade Brasileira de Turismo – composta pelos governadores e presidentes dos Estados da Federação e tendo no presidente da república seu presidente de honra – que visava desenvolver na população do país um maior interesse pelo próprio país de modo a fomentar o interesse destes pelo patrimônio nacional (MIRANDA, 1934 apud QUEIROZ, 2002); porém tais ações não significam uma maior compreensão, no âmbito federal, da importância econômica desta atividade, mas caracterizam um pensamento embrionário e frutífero para o setor turístico que a partir daí passa a desenvolver-se cada vez mais.

No período que compreende o intervalo entre os anos de 1963 e 1970 caracteriza-se a segunda fase da Institucionalização pública do turismo estadual que leva em consideração o desenvolvimento dos elementos imprescindíveis ao desenvolvimento desta atividade na Bahia. É neste período que a infra-estrutura estatal desenvolve-se, seguindo o modelo de crescimento apresentado em todo o país, o que favorece e incentiva o desenvolvimento do turismo no Estado e sua descentralização da capital soteropolitana. A partir da construção e do asfaltamento da malha rodoviária que integra o Estado ao eixo São Paulo/ Rio de Janeiro a Bahia passa a interagir de forma mais constante na economia do país e sofre o surgimento/expansão de alguns núcleos urbanos, o que expande a capacidade turística do Estado para outras regiões, principalmente litorâneas, como as cidades de Ilhéus e Porto Seguro que passam a deter representatividade na economia turística da Bahia através do aumento do fluxo de turistas nacionais por vias rodoviárias; e possibilita o reconhecimento turístico da atividade estadual a nível nacional. É neste momento que se desenvolve a BR- 242 ligando a capital baiana a Brasília, inaugurada em 1968; e a BR- 101 ligando o norte ao sul do país, concluída em 1972; assim como se reestrutura a BR-116, denominada Rio-Bahia, em 1963. Segundo Queiroz (2002, p.73) “[...] o modelo de planejamento implementado no País a partir dos anos 50, criando uma nova acessibilidade com a implantação de grandes troncos viários, foi fundamental para o turismo baiano”, e é também ao ter como referência a institucionalização nacional da atividade turística que o Estado baiano, a partir de 1963, dá início a uma gestão contínua do turismo estadual.

Também é nesta segunda fase que tem início a chegada dos investimentos externos no Estado, advindos em busca de rentabilidade, e concentrados, em sua maioria, no serviço de hospedagem; porém ainda de forma insatisfatória, sendo apenas a partir da terceira fase sua consolidação como modelo de desenvolvimento, como salienta Queiroz (2002). Altamente compatível com a visão restritamente econômica presente até então, toda e qualquer ação pública estatal desenvolvida nesta fase teve como foco o fortalecimento desta atividade no Estado e conseqüentemente seu crescimento econômico sem qualquer preocupação dos impactos negativos futuramente advindos desta atividade nas localidades onde inseridos, nem tão pouco se percebe o interesse em atrair a população local para atuar diretamente em sua estruturação, realização e fomento

A partir do final da década de 60 e início da década de 1970, já na terceira fase da Institucionalização pública do turismo estadual, que vai de 1971 à 1990, o turismo baiano passa a direcionar seus olhares, investimentos e preocupações ao Recôncavo do Estado onde em 1971 cria-se o Plano de Turismo do Recôncavo, que tinha como função auxiliar os setores público e privado na tentativa de preparar o interior do Estado para atrair, principalmente, o turista doméstico, voltado ao fomento dos segmentos de lazer, cultura e de negócios. De acordo a Queiroz (2002) a construção do aeroporto em Salvador, a elaboração de um planejamento físico-espacial para o desenvolvimento das praias, a preocupação com a preservação das atividades culturais existentes e o fomento ao surgimento de novas atividades, a ampliação do setor hoteleiro, a formação profissional de mão-de-obra empregada no turismo, a preservação e valorização do patrimônio histórico, o fomento ao turismo de negócios por meio da criação de espaços favoráveis a realização de eventos no Estado como congressos, convenções e similares, assim como uma maior divulgação da Bahia por meio de ações promocionais de marketing; são algumas das ações integradas sugeridas pelo Plano de Turismo do Recôncavo que ainda segundo Bahia (1971 apud QUEIROZ, 2002, p. 107),

[...] não se restringiu, entretanto, a propostas para os setores público e privado, tendo recomendado a participação de outros segmentos da sociedade civil. Entre esses estariam incluídas instituições como a igreja, as sociedades de cultura, as organizações sindicais, e outras associações de profissionais que, de alguma forma, poderiam colaborar com o desenvolvimento turístico da região. Todo este aparato era justificado pela visão de que era necessário trabalhar o turismo de forma integrada, envolvendo os segmentos políticos, econômicos, sociais e culturais, inter-relacionados com a atividade.

Pode-se considerar, a nível estadual, o Plano de Turismo do Recôncavo como um dos primeiros documentos público e turístico que traz a população de algum modo em discussão e detentora do direito de atuar na estruturação da atividade turística. Pode-se considerar esta ação pública como o início da visão integrada do turismo, mesmo com suas ações muitas vezes apenas documental, sem ter havido uma efetiva concretização das mesmas. O Plano detém importância histórica na medida em que através deste dar-se início a modificação da centralização política do turismo, apresentada até o momento, dando oportunidade para uma maior participação dos demais setores ao longo de sua atividade. Porém no que tange a visão engessada do turismo como atividade Industrial e puramente econômica, não há qualquer indício de modificação; o turismo ainda encontra-se direcionado ao crescimento econômico e só para seu maior desenvolvimento é que se busca tal integração, não havendo qualquer indício de preocupação ambiental ou social a nível sustentável; para Queiroz (2002, p.108, grifo nosso) “[...] o Plano de Turismo do Recôncavo efetivamente contribuiu para a mudança da visão do turismo como indústria, visão que, entretanto, só viria de fato a ser consolidada em meados da década de 90”.

A nível nacional o período caracteriza-se pelo uso federal da atividade turística como veículo descentralizador da produção econômica existente no país. Conforme salienta Bahia (1971 apud QUEIROZ, 2002, p.103)

[...] as diretrizes da política nacional de turismo desse período, contidas no Decreto-Lei nº 55, de 18.11.1966, [...] eram claras: o Poder Público deveria, mediante financiamentos e incentivos fiscais, canalizar para as diferentes regiões do País as iniciativas capazes de propiciar condições favoráveis ao desenvolvimento de empreendimentos turísticos.

É importante destacar que ao longo desta terceira fase o país, e consequentemente a Bahia, passa por grandes oscilações econômicas que vão da recessão ocorrida no início dos anos 80 com a crise fiscal, a elevação dos juros internacionais, a crise do petróleo, o crescimento da dívida externa dentre outros; à volta ao desenvolvimento da economia com a implementação do Plano Cruzado e seus reajustes salariais, o que inevitavelmente leva a um redirecionamento dos esforços públicos. Neste final da terceira fase, o turismo baiano inicialmente destaca-se por crescer mesmo vivenciando a ampla oscilação do país, no entanto, logo em seguida, tal atividade

passa a retrair-se de modo a ter seus investimentos inibidos, assim como o fluxo de turistas em circulação.

É a partir da quarta, e atual fase, que o Estado volta a direcionar esforços para o desenvolvimento da atividade turística de modo a cada vez mais atrair empreendedores, nacionais e internacionais, para o setor. É neste momento que o turismo passa a profissionalizar-se, em nível Estadual, levando a uma subdivisão do território baiano, denominada de Zonas Turísticas e recortadas em subespaços, cuja finalidade é o reconhecimento das peculiaridades e necessidades de cada Zona de modo a elaborar uma gestão turística mais focada em suas respectivas necessidades, e de um modo mais característico, promover a diversidade existente em todo o Estado baiano. Nota-se que até o momento, pouco, efetivamente, discuti-se à integração da população nas coordenadas turísticas da Bahia, além do Plano de Turismo do Recôncavo outros documentos estaduais foram elaborados como forma de oficializar a atividade turística, mas, no entanto, mesmo os que reafirmam a necessidade da integração público, privado e popular conseguiram sair do papel e concretizarem as ações propostas; o que não se restringe a Bahia.

O governo federal ao longo de sua trajetória em reconhecimento da atividade turística tem desempenhado papel semelhante ao apresentado pelo Estado baiano, onde até mesmo em sua maior instância legal sobre o assunto, a Lei Geral do Turismo nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, a integração popular no gerenciamento da atividade turística é citada como fundamental para o desenvolvimento sustentável da atividade, e recomendam-se ações dos poderes estaduais e municipais que propiciem tal execução, porém quase nada, efetivamente, pôde ser constatado como ação federal que venha a favorecer, propiciar, ou cobrar tais realizações dos estados e municípios.

Para Brasil (2008) cabe a política federal, através do Ministério do Turismo, todas as ações relacionadas ao planejamento, fomento, regulamentação, coordenação e fiscalização da atividade turística por meio do estabelecimento da Política Nacional de Turismo; assim como efetuar a divulgação e promoção desta atividade tanto nacional quanto internacionalmente. Ainda segundo este autor, em parágrafo único, o turismo, na atualidade, é caracterizado como relevante fator de desenvolvimento sustentável, gerador de emprego, distribuidor de renda, assim como ator direto da conservação do patrimônio natural, cultural e dos atrativos turísticos deste país. Nota-se desde o início da apresentação do documento em questão uma direta exposição da atividade turística como propícia ao desenvolvimento sustentável o que se pode considerar como

algo peculiar à historicidade do turismo nacional, que vinha até o momento caracterizando esta atividade como essencialmente econômica e industrial sem qualquer preocupação com os reflexos deste conceito depreciativo junto ao meio e interferindo na sobrevivência futura da atividade.

Dando prosseguimento à análise do documento em questão, a Lei Geral do Turismo, nº 11.771; Capítulo II Da Política, Do Plano e Do Sistema Nacional De Turismo; Seção I Da Política Nacional de Turismo; Subseção II Dos Objetivos; Art. 5º, traz como objetivos da Política Nacional:

VI – promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica;

VIII – propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;

XVI – promover a integração do setor privado como agente complementar de financiamento em infra-estrutura e serviços públicos necessários ao desenvolvimento turístico; (BRASIL, 2008, não paginado)

Tais objetivos demonstram a já latente preocupação pública em, além da promoção econômica desta atividade, inserir a população em todas as etapas de seu desenvolvimento; assim como desenvolver na comunidade o conhecimento necessário a prática do turismo sustentável; sem deixar à margem o setor privado, fundamental para o crescimento e aprimoramento turístico local. Contudo, na prática, tais ações encontram-se mais em situação documental do que efetivamente em execução, o que leva ao questionamento da efetiva intenção pública junto à atividade do Turismo em todo território nacional.

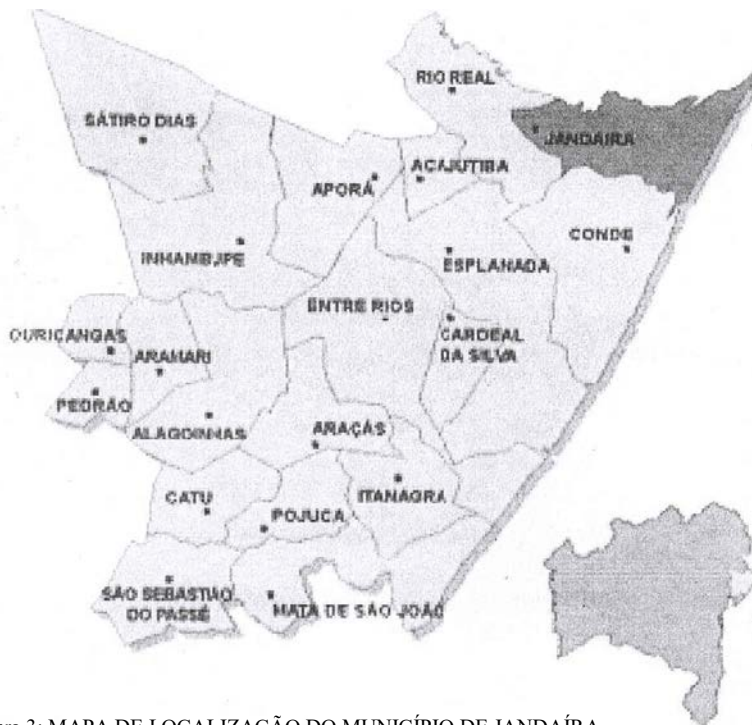
3 A COMPREENSÃO DO PARAÍSO: na passagem por Jandaíra à apresentação de Mangue Seco

Na busca pelo reconhecimento espacial, econômico, social e cultural do distrito de Mangue Seco, faz-se necessário, inicialmente, a caracterização do município de Jandaíra, como um todo, e a partir deste apresentar a localidade estudada.

3.1 O MUNICÍPIO DE JANDAÍRA

Localizado na região leste do litoral da Bahia, Brasil, e na microrregião de Entre Rios, o Município de Jandaíra é detentor de uma área territorial de 646,80 km² o equivalente a 0,1138% do território estadual; 0,0413% da Região e 0,0076% de todo o território brasileiro (IBGE apud JANDAÍRA, 2008b).

A comarca que hoje constitui o município de Jandaíra fazia parte da sesmária doada por Carta Régia de 23 de janeiro de 1573, ao Governador-Geral, D. Luís de Brito e Almeida. No século XVII, foi construída pelos jesuítas no povoado uma capela, sob a invocação de Nossa Senhora de Abadia, originando a primeira sede municipal com o nome de Cachoeira de Abadia,



sendo elevada à categoria de freguesia pelo Alvará régio de 11 de abril de 1718 e de vila, com o nome de Abadia, em 28 de abril de 1728. Apenas em 1º de julho de 1944, pelo Decreto nº 12.978, foi criado o município de Jandaíra que em tupi significa “abelha de mel” (JANDAÍRA, 2008b).

Município constituído pelos distritos de Cachoeira de

Figura 3: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA
Fonte: Jandaíra, 2008a

Itanhi, Abadia, Mangue Seco, Coqueiro e a Sede, de clima úmido e subúmido, e uma temperatura média que varia entre 20°C e 25°C, Jandaíra situa-se na divisa entre os Estados Bahia e Sergipe, mantendo como limites - melhor visualizados na figura 3- a cidade de Conde, ao sul, o Rio Real, a oeste, o Oceano Atlântico, a leste, e o Estado de Sergipe, ao norte (JANDAÍRA, 2008b).

As duas principais vinculações de Jandaíra com os municípios do entorno e com o restante do Estado e do país são a BR-101 e a BA-099 – observar mapa 1 ao lado - a primeira na direção norte e sul com traçado paralelo ao litoral, enquanto a segunda, uma Rodovia



Mapa 1: LOCALIZAÇÃO, LIMITES E ACESSOS À JANDAÍRA
 Fonte: Jandaíra et al, 2004
 Modificação: Lula, 2010

Litorânea, comumente denominada Linha Verde (JANDAÍRA, 2008b), trata-se de uma extensão da Estrada do Coco, criada em 1990, que proporcionou além de uma maior interligação da região com o Estado de Sergipe, uma aceleração do processo de ocupação e urbanização de Jandaíra.

Uma população residente de 9.758 habitantes, que se encontra distribuída de forma rarefeita através de pequenos povoados situados predominantemente em uma faixa litorânea de até 4km por meio de ocupações desordenadas, em sua maioria, que desrespeitam limitações naturais e as legislações incidentes; e com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M² de 0,574%, Jandaíra localiza-se no *ranking* municipal em

378º, trecentésimo septuagésimo oitavo, lugar (UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA, 2007).

3.1.1 Fatores de ordem social

Vários são os fatores da Ordem Social necessários a toda e qualquer pessoa independente de seu nível ou classe igualitária como: saúde; educação; esporte; lazer e recreação; abastecimento de água; coleta e disposição adequada aos esgotos e lixo; e drenagem urbana de águas pluviais, fatores estes representativos e apresentados na Lei Orgânica Municipal de Jandaíra.

3.1.1.1 Saúde pública

Segundo Jandaíra (1990) a saúde, um direito de todos, deve ser assegurada pelo Poder Público, com participação da comunidade, entretanto, este fator de ordem social apresenta-se no município, conforme o INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE ([2007?]), por meio de seis postos de saúde, 01 estadual e 05 municipais, sendo necessário o deslocamento da população local para outros municípios em busca de um atendimento mais especializado.

3.1.1.2 Abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo

Como salienta Jandaíra (1990) é responsabilidade do Município provisionar sua população com os serviços básicos de abastecimento de água, coleta e disposição adequada aos esgotos e lixo, assim como a drenagem urbana de águas pluviais, por meio das diretrizes fixadas

pela União e Estado. No entanto, segundo dados do Censo de 2000 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [2007?]) no que refere-se ao saneamento básico as principais variáveis de Jandaíra são: 37% de cobertura de abastecimento de água; 0,1% cobertura de esgotamento sanitário (domicílios); e 29% cobertura de coleta de lixo (domicílios).

Conforme Jandaíra (2008b, p.120) nota-se que

[...] a limpeza pública e a coleta do lixo e dos resíduos sólidos são realizados pela prefeitura municipal, sendo também de sua responsabilidade o transporte e a disposição final. Não existe no município a prática da reciclagem do lixo ou da coleta seletiva. A disposição final de todos os resíduos é a lixeira (lixão, sem compactação, arrastado por trator).

3.1.1.3 Economia

Segundo produtor de coco da Baía, 14º produtor baiano de maracujá e detentor de uma produção expressiva de camarão, o município de Jandaíra possui na agropecuária sua segunda maior fonte financeira o que equivale a um Produto Interno Bruto - PIB (valor adicional) de 9.152. Segundo dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE ([2007?]) é no setor de serviços que se encontra a maior receita de Jandaíra, tendo o PIB (valor adicional) de 18.750, cuja maior participação é resultado do turismo desenvolvido nos Povoados Mangue Seco, Costa do Sol e Cachoeira do Itanhi (JANDAÍRA, 2008b). No que se refere à área industrial o município possui sete indústrias e apresenta um PIB, em valores adicionais, de 4.293, utilizando o mesmo banco de dados.

Sendo a estrutura setorial dos valores adicionais de Jandaíra, PIB municipal de 2006, equivalente a 13,33% no setor industrial, 28,43% na agropecuária e 58,24% no setor de serviços.(SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, [2006?]).

3.1.1.4 Lazer

O lazer, cujas funções são recrear, repousar, divertir, e entreter as pessoas, é um direito do cidadão que cabe aos gestores públicos fomentar e apoiar por meio de ações que promovam tal realização. Enquanto município carente, Jandaíra tem em suas leis o direito ao lazer preservado, no entanto sua prática efetiva encontra-se limitada a dois espaços, dois equipamentos de lazer, os campos de futebol e a costa litorânea presentes no município, mas não em todos os seus distritos.

Segundo Jandaíra (1990, p.92)

É dever do Município apoiar e incentivar, com base nos fundamentos da educação física, o esporte, a recreação, o lazer, a expressão corporal e a dança como formas de educação e promoção social e como prática social cultural e de preservação da saúde física e mental dos cidadãos de todas as idades e aos portadores de deficiência.

Ainda, é considerado competência do Município pela Lei Orgânica, Art. 18, Capítulo III, da Seção I, o fomento ao desporto através de práticas desportivas e incentivar o lazer como forma de promoção social (JANDAÍRA, 1990).

A existência em Jandaíra de Leis que tratem tal assunto é um fator relevante quanto à amplidão dos direitos da população local, porém constar à ausência de mais espaço para a efetiva realização de tal direito é fundamental para confirmar o desrespeito a sua execução.

3.1.1.5 Educação

A educação, um direito de todos, é apresentada na Lei Orgânica Municipal de Jandaíra, Art.93-E, Título VIII, Capítulo III, como sendo uma responsabilidade municipal “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício consciente da cidadania e para o trabalho” (JANDAÍRA, 1990, p.86). Contudo, o INSTITUTO BRASILEIRO DE

GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE ([2007?]), informações estatísticas de 2007, apresenta o município como detentor de 39 escolas sendo 16 direcionadas à pré-escola (todas municipais), 22 ao ensino fundamental (02 estaduais e 20 municipais), 01 ao nível médio (estadual) e nenhuma direcionada ao ensino superior. Paralelamente a estas informações, segundo a SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI (2003), censo de 2000, sabe-se que o município possui uma taxa de analfabetismo funcional de 63%, da população de 15 anos ou mais de idade, o nível estadual é de 42,5%; e uma taxa de analfabetismo da população residente de 10 anos ou mais de idade por situação do domicílio igual a 37,9% sendo distribuído em 32,6% zona urbana e 44,6% zona rural, o que equivale na Bahia 21,6%, distribuído em 14,8% para a zona urbana e 36,3% para a zona rural.

Ainda segundo dados da SEI, censo 2000, a taxa de frequência à escola ou creche por faixa etária está apresentada da seguinte maneira: 0 a 3 anos 6,6% (o índice baiano é de 8,1%); 4 a 6 anos 66,8% (na Bahia 63,7%); 7 a 14 anos (no Estado 93,1%); 15 a 17 anos 75,8% (Bahia 79,3%); 18 a 22 anos 41,2% (no Estado baiano 44,6%); e mais de 22 anos 5,6%; o que a nível nacional é de 6,8%; dados estes que comprovam a ineficácia do sistema educacional deste Município e sua relação com a quase total omissão da participação popular na gestão pública do município indo em contradição com a Lei Orgânica Local.

3.1.2 Lei Orgânica Municipal

As Leis Orgânicas servem de alicerce a um instituto ou ente jurídico, de direito público ou privado, e são para os municípios como as constituições estaduais para os Estados. Norteadora das obrigações e ações públicas, e detentora dos direitos da população, a Lei Orgânica Municipal de Jandaíra data de 02 de abril de 1990 e atualmente mantém uma edição revisada, já aprovada, mas não em vigor.

É como direito social que a participação popular na gestão pública apresenta-se no município de Jandaíra por meio da Lei Orgânica Municipal, em inúmeros artigos de tal documento a população não apenas é apresentada como detentora de tal poder, mas também demonstra a obrigação Pública em fomentar as ações da comunidade que visem esta participação.

A Lei Orgânica do Município, Título I, Artigo 2º, trata da legitimidade dos poderes constituídos emanada do povo que o exerce diretamente ou indiretamente, através de seus representantes, investidos na forma estabelecida em Lei. Neste mesmo Artigo, § 2º, define-se como exercício indireto do poder pelo povo no município, os representantes eleitos pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto; e os representantes indicados pela comunidade. Enquanto o § 1º apresenta as formas diretas do exercício do poder pelo povo no Município de Jandaíra como sendo mediante plebiscito, referendo, iniciativa popular no processo legislativo, participação em decisão da administração pública e a ação fiscalizadora sobre a administração pública. (JANDAÍRA, 1990).

Ainda ao relacionar povo e poder público, a Lei Orgânica do Município, Título I, Artigo 2º, § 5º, diz que “o Poder Público Municipal, incentivará e apoiará a organização popular, através de trabalhos integrados juntos a entidades comunitárias, classistas, beneficentes, preservacionistas e outras que representem setores da comunidade” (JANDAÍRA, 1990, p.4).

Em defesa dos direitos da população a Lei Orgânica em seu Art. 32, Título IV, do Capítulo III, coloca como responsabilidade da Câmara Municipal, através de suas comissões permanentes e temporárias, “receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas” (JANDAÍRA, 1990, p.33).

A participação popular junto à administração pública é tratada na Lei Orgânica de Jandaíra não apenas quanto a Legitimação do poder público, mas também junto ao Planejamento Municipal, quando no Art.83-A, Título I do planejamento municipal, Capítulo VII cita-se que

[...] o município organizará sua administração e exercerá suas atividades com base num projeto de planejamento, de caráter permanente, descentralizado e participativo, como instrumento de democratização da gestão da cidade, de estruturação da ação executiva e orientação da ação dos particulares. (JANDAÍRA, 1990, p.76)

Outra citação que garante a participação do povo no planejamento municipal apresenta-se neste mesmo Art.83-A, § 3º, que detêm o seguinte dizer: “É assegurada a participação direta dos cidadãos, em todas as fases do planejamento municipal, na forma da lei, através das suas instâncias de representação, entidades e instrumentos de participação popular” (JANDAÍRA, 1990, p.77).

3.1.3 Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal

Um instrumento da Política Urbana, orientado pela gestão democrática e organizado de forma participativa, o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal encontra-se estabelecido pela Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 10.257/2001 para os municípios brasileiros, de modo a apresentar um levantamento de suas precariedades e necessidades, e por meio destas orientá-los nas decisões e ações administrativas.

É por meio do Plano Diretor de Jandaíra que se pode identificar alguns dos grandes problemas apresentados em todo o município e assim melhor compreender sua população e as carências nela verificadas, como as informações apresentadas posteriormente.

Segundo Jandaíra (2008a, p.15) a centralização urbana existente no município de Jandaíra concentra-se em sua sede devido à “precariedade das relações trabalhistas, a degradação ambiental, a ocupação extensiva da produção e a forte concentração da terra, provocadas pela monocultura; a limitada cadeia produtiva da atividade de extração mineral bem como as frágeis condições estruturais e econômicas municipais”. No entanto este, o grande problema municipal, ocorre tendo em vista que a cidade de Jandaíra não possui capacidade de promover oportunidades econômicas nem os meios necessários para oferecer condições de sobrevivência à população do município, mantendo segundo o INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE ([2007?]) um índice de incidência de pobreza da população de 61,36%.

O Plano Diretor de Jandaíra através da sua Matriz de diagnóstico reconhece tecnicamente como problema, a organização social e política da população pulverizada e desarticulada com baixa-estima e sentimento de cidadania, assim como “a exclusão da maioria da população dos benefícios do desenvolvimento e crescimento urbano”. (JANDAÍRA, 2008a, p.25).

A atividade turística sofre com problemas relacionados à estrutura municipal, o que segundo Jandaíra (2008a) no município citado relaciona-se a falta de segurança em todo seu território, principalmente, nas áreas de praias, vilas e povoados; a existência de graves problemas ambientais, decorrente da monocultura, de grandes empreendimentos econômicos de risco ao ambiente, desmatamento, ocupação de áreas de fragilidade e interesse ambiental (especialmente

áreas de manguezais); assim como a falta de regulamentação e fiscalização do parcelamento, uso e ocupação do solo urbano. No entanto, a atividade turística também provoca problemas nas localidades onde inserida quando mal gerenciada e não planejada. Segundo Jandaíra (2008a), no município estudado falta um plano específico de apoio à atividade turística, promovendo a ocupação adequada e a desobstrução de áreas públicas; assim como um controle e restrição às atividades turísticas predatórias ocorrentes.

Outra característica municipal apresentada pelo Plano Diretor de Jandaíra é a falta de cuidados com os patrimônios Históricos e Artísticos do município, por exemplo, segundo Jandaíra (2008b, p.34) “a igreja da Vila de Mangue Seco, Igreja de Bom Jesus dos Navegantes construída no século XIX não está protegida pelo IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou pelo IPAC- Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia”.

3.2 ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

É por abrigar diversos ecossistemas litorâneos como as dunas e os manguezais, dentre outros; e devido a fragilidade e beleza destes ecossistemas que o município de Jandaíra detém em seu território e arredores duas Áreas de Proteção Ambiental - APA, a Área de Proteção Ambiental Litoral Norte e a Área de Proteção Ambiental Mangue Seco.

3.2.1 APA Mangue Seco

Criada pelo Governo do Estado, sobre o Decreto de nº 650, gerida pelo Centro de Recursos Ambientais – CRA, e instituída em 6 de novembro de 1991, a APA Mangue Seco, caracterizada na foto 1 localizada na próxima página, detentora de uma área de 34Km² e localizada no extremo litoral norte da Bahia - dentro do limite da APA Litoral Norte - tem como objetivo, segundo Jandaíra (2008b, p.59 - 60),

[...] preservar o ecossistema estuarino e proteger espécies da flora e fauna regionais, muitas das quais estão ameaçadas de extinção. Além da preservação,

esta Unidade de Conservação – UC busca controlar o desmatamento e a exploração irracional dos recursos naturais, especialmente em áreas de restinga, dunas e manguezais.



Foto 1: PLACA DE SINALIZAÇÃO DA APA MANGUE SECO LOCALIZADA NO DISTRITO DE COQUEIROS.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Aprovado em 23 de setembro de 1994 sobre a Resolução de nº 983 pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM o Plano de Manejo tem como uma de suas partes o zoneamento ecológico-econômico que divide o espaço em seis zonas, com características específicas de uso e ocupação respeitando os seus aspectos: Zona de Proteção Rigorosa - ZPR, Zona de Proteção a Vida Silvestre - ZPVS, Zona de Orla Marítima – ZOM, Zona de Ocupação Rarefeita – ZOR, Zona de Expansão Prioritária – ZEP, e o Núcleo Urbano Consolidado – NUC.

3.2.2 APA Litoral Norte

Criada após a APA Mangue Seco, pelo Decreto Estadual 1.046, de 17 de março de 1992; administrada pela Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – CONDER; e localizada nos municípios de Jandaíra, Esplanada, Conde, Entre Rios e Mata de São João – uma área de 1.384Km²; a APA Litoral Norte teve, segundo Jandaíra (2008b, p.59), sua formação “[...] fundamentada na necessidade de conservar e preservar os remanescentes da Mata Atlântica, associados à manguezais, áreas estuarinas, restingas, dunas e lagoas, especialmente após a abertura da ‘Linha Verde’ (BA – 099), que é conhecida como uma estrada ‘ecológica’.

Aprovado em 21 de fevereiro de 1995, Resolução 1.040 do CEPRAM, o Plano de Manejo da APA Litoral Norte detém como propósito a dedução dos impactos ambientais e a instituição de diretrizes para uma ocupação compatível com a diversidade e a fragilidade dos ecossistemas existentes.

Como constatado ao longo do estudo e verificado na pesquisa de campo, todas as APAs necessitam de leis e decretos que determinem as ações a serem seguidas e os limites de atuação das mesmas, no entanto, percebe-se que estas regiões, tanto a APA Mangue Seco quanto a APA Litoral Norte, já são detentoras de tais legislações através dos seus respectivos Planos de Manejo. Porém, ao avaliar junto à população local de Mangue Seco sobre a relação de tais instrumentos preservadores e a efetiva ação dos mesmos na localidade percebe-se que, segundo gráficos 1 abaixo, quase que todas as pessoas presentes demonstraram conhecer a existência das APAs.

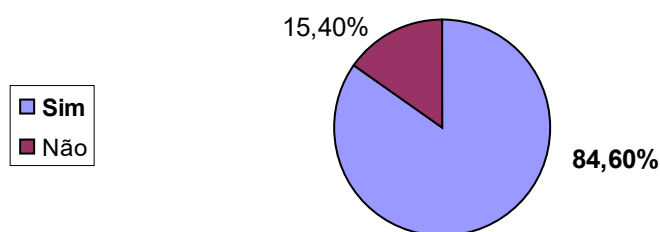


Gráfico 1: AVALIANDO JUNTO A POPULAÇÃO SEU CONHECIMENTO A RESPEITO DA EXISTÊNCIA DAS APAs.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

No entanto, mesmo sendo a minoria, existe um grande número de pessoas que acreditam na irrelevância destas instituições para a preservação local como se não houvesse uma relação direta entre as leis e as ações destas instituições, conforme apresentado no gráfico 2 abaixo.

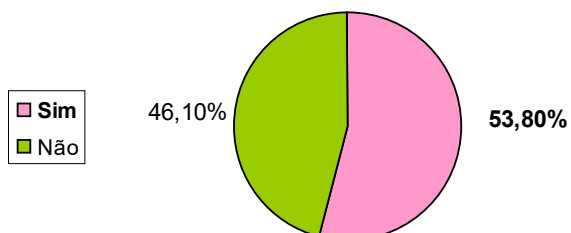


Gráfico 2: A IMPORTÂNCIA DAS APAs PARA MANGUE SECO
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

3.3 PROJETOS AMBIENTAIS E OUTRAS FORMAS DE DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO LOCAL

Por tratar-se de um estudo voltado à compreensão do conhecimento socioambiental e sua atuação como ferramenta de propulsão na gestão participativa de uma localidade, faz-se necessário o levantamento dos projetos e das ações desenvolvidas em Jandaíra, e conseqüentemente em Mangue Seco, que acabam de algum modo proporcionado o fomento de tal conhecimento na comunidade. Assim, pode-se considerar tanto o Projeto TAMAR quanto o empreendimento hoteleiro Costa Azul Bahia Golf Resort e Condomínio Invisa, em suas respectivas funções, órgãos de divulgação e promoção do conhecimento socioambiental na população de Mangue Seco.

3.3.1 Projeto TAMAR

Há 21 anos nas proximidades de Mangue Seco, desde 1988, o Projeto TAMAR na região, dividiu-se em uma sede, localizada no distrito de Conde, e a sub-base, em Coqueiro – próximo a Mangue Seco – que atende ao distrito estudado. Em sua sub-base trabalham 01 estagiário, o coordenador, 01 agente local e 05 funcionários distribuídos na região; que são amparados pelo alojamento em Coqueiros, um jipe e os instrumentos de trabalho. (observar foto 2 ao lado).



Foto 2: O PROJETO TAMAR NAS PRAIAS DE MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Atuação voltada à preservação ambiental e a promoção da cidadania, em Mangue Seco o Projeto TAMAR detém como ações a realização de palestras e exposições; mantém um contato direto com os pescadores buscando conscientizá-los; assim como a realização do Cinetamar que se trata da apresentação de filmes educacionais para as crianças dos distritos onde o projeto atua. Ações estas voltadas às ações do projeto TAMAR e conseqüentemente as ações de preservação espacial do meio ambiente.

Reflexo das ações desenvolvidas pelo TAMAR em Mangue Seco, através da pesquisa de campo constatou-se que as tartarugas que antes eram mortas pelos moradores e as desovas que não chegavam a concluir seu período devido às ações humanas de depredação, passaram quase que totalmente a sobreviver e desenvolverem-se, o que se constata no grande número de filhotes liberados ao mar atualmente. Junto às tartarugas, o projeto identifica-as e acompanha seu desenvolvimento; com os ninhos eles contabilizam os ovos e criam uma rede protetora para impedir a ação de animais caçadores, como as raposas; e já aos filhotes, busca-se acompanhar o momento de liberação para garantir que todos cheguem ao mar. E para tais realizações o TAMAR teve que contar com a colaboração dos moradores locais o que só foi possível mediante um processo inicial de inserção na comunidade dos ideais de preservação ambiental, o que ocorre até os dias atuais.

Uma das dificuldades maiores superadas pelo TAMAR refere-se a conscientização do bugreiros quanto aos cuidados necessário junto as áreas de desova que muitas vezes eram destruídas pelos veículos, para mostrar aos bugreiros a importância de se ter cuidado com estes espaços foi necessária uma ação mais direcionada a estas pessoas o que reflete-se hoje em dia em um número significativo de protetores; tal dificuldade dar-se a falta de estradas no distrito e ao grande número de bugres por eles circulando.

As tartarugas quando encontradas são marcadas para identificação e melhor acompanhamento de seu deslocamento, em Mangue Seco existem tartarugas que este ano foram para lá pela primeira, algumas que costumam retornar a cada ano, e até as tartarugas que só este ano (refere-se a 2009 o ano desta pesquisa de campo) já foram identificadas mais de uma vez. No distrito a espécie mais frequente é a Oliva, uma tartaruga mediana, a qual foi encontrada na pesquisa de campo ao acompanhar o Projeto TAMAR em seu trabalho noturno no dia 05 de dezembro de 2009, conforme foto 3 na próxima folha.



Foto 3: TARTARUGA MARINHA EMCONTRADA NA PRAIA DE MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

É curioso que o Projeto TAMAR desenvolve um trabalho gratuito junto às pousadas e os hotéis locais levando os hóspedes para conhecer o seu trabalho e obter informações sobre a preservação principalmente das tartarugas marinhas; o interessante é que poucos empreendedores tem interesse em procurar o Projeto para solicitar tal serviço, assim como os bugreiros que muitas vezes estão com os turistas no momento da liberação das tartarugas ao mar e não tem interesse de parar para deixá-los conhecer o trabalho da instituição, visando reduzir o tempo do passeio de modo a pegar o maior número de turistas possíveis. (ver foto 4 abaixo)



Foto 4: PROJETO TAMAR EM AÇÃO NAS PRAIAS DE MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

3.3.2 Costa Azul Bahia Golf Resort e Condomínio Invisa

Um projeto hoteleiro e residencial que visa conciliar a obtenção de lucro pelos empreendedores com o enriquecimento econômico e cultural da população circunvizinha, o Costa Azul Bahia Golf Resort e Condomínio, empreendimento da Invisa Internacional Hoteis Ltda, localizado no Município de Jandaíra, povoado de Costa Azul, encontra-se em processo de implantação e prever a construção de 05 unidades hoteleiras, 04 unidades residências vinculadas aos hotéis, 03 campos de golfe, unidades residenciais integradas, zonas comerciais, de serviços, mistas, desportivas e zonas verdes em uma área total de 868,79ha.

Detentor de cuidados socioambientais para com o município de Jandaíra, o Costa Azul Resort e Condomínio, apresenta, desde sua elaboração, preocupações com este território e seus moradores visando uma melhor integração com os mesmos, preocupações estas constatadas através dos passos norteadores do empreendimento, dentre os quais se destacam: conhecer como funciona a região, a comunidade; identificar potencialidades da implantação do empreendimento; identificar fragilidades; criar um conceito do projeto que visasse minimizar impactos; ouvir a comunidade e adaptar, mudar o projeto; acreditar na possibilidade de se criar o empreendimento com o menor número de impacto físico e/ou cultural para a comunidade; e por fim aplicar o conceito criado.

Como reflexo das preocupações ambientais presentes no Costa Azul Resort e Condomínio, empreendimento que será composto por 4853 unidades, suas ações sobre o espaço restringir-se-ão a uma porcentagem menor que a permitida pela legislação do país (10% do território), ocupando apenas de 2% a 3,22% da área do empreendimento com construções e 2,4% com vias e circulações, visando à contenção da depreciação ambiental na localidade. Suas unidades estarão distribuídas em:

- a) 1711 habitações;
- b) 2250 unidades hoteleiras/quartos;
- c) 373 unidades hoteleiras/quartos de pousadas;
- d) 5 áreas de esporte e lazer;
- e) 02 golfes residenciais;

- f) 01 hípica;
- g) 397 unidades mistas;
- h) 115 unidades de serviço para o empreendimento.

Localizado em um território já transpassado por três vias, outra forma de pensar a contenção dos impactos desenvolvida pelos coordenadores do empreendimento - vinculada ao seu conceito urbanístico - relaciona-se ao aproveitamento destas estradas (02 vias de viverncias e 01 estadual, BA786) - mesmo estas dividindo o espaço em sub áreas e gerando um agravante para a elaboração do projeto - de modo a evitar uma depreciação maior do espaço. Além disso, será por meio da BA, também denominada pelos coordenadores de Via de Integração, que o empreendimento dará continuidade a sua ação social permitindo a todos, turistas, funcionários e/ou moradores locais, acesso à extensão do empreendimento.

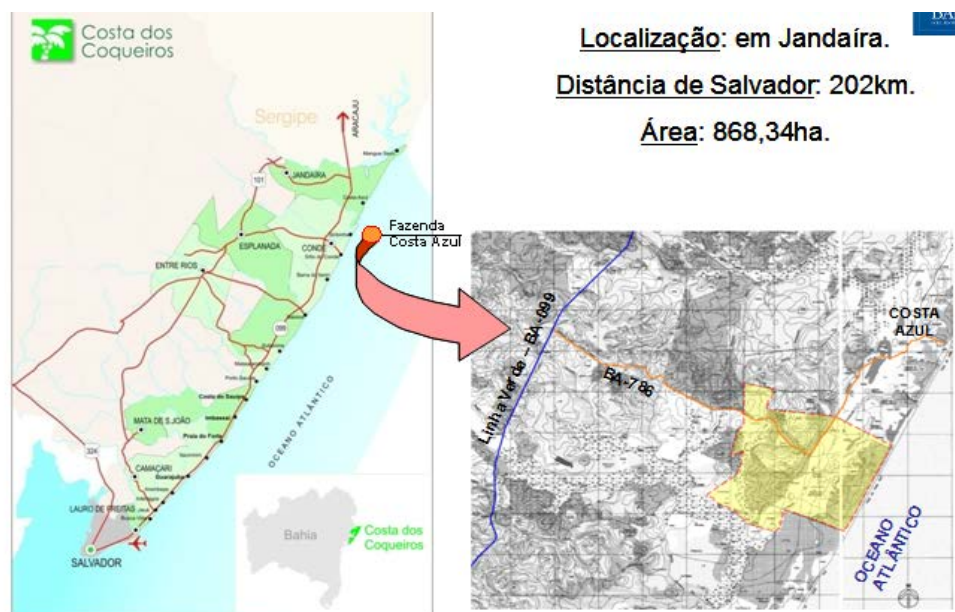


Figura 4: LOCALIZAÇÃO DO RESORT.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Uma preocupação social e ao mesmo tempo econômica, como afirmam seus coordenadores, o projeto preocupa-se em ouvir e conhecer a comunidade verificando o que o empreendimento pode levar-lhe de benefício e quais os impactos negativos a serem administrados, como forma de interagir cada vez mais com a localidade, modificando e adaptando o projeto as suas reais necessidades e potencialidades.

Uma forma de desenvolver a pessoa cidadã que proporciona o surgimento da alta confiança e a crença na melhora de vida, o aparecimento de emprego, forma de gerar renda para toda uma comunidade, é uma prioridade do empreendimento. No entanto, não apenas os empregos vinculados diretamente ao empreendimento como camareiras, gerentes, jardineiros, etc., nem tão pouco os proporcionados nas vilas construídas ou nos residenciais, a oferta de trabalho gerada por este projeto amplia-se ao pescador, artesão, agricultor, dentre outras atividades, que serão qualificadas e preparadas para atuar juntamente com os empreendedores de modo a fazerem parte desta oportunidade local. Segundo coordenadores do empreendimento para participar do mesmo as pessoas não necessitarão largar suas funções se assim desejarem, elas serão instruídas para qualificar seus serviços deixando-os ao nível do empreendimento podendo este absorver-los e auxiliá-los em uma forma de atuação conjunta.

Como forma de melhor conhecer as necessidades da população de Jandaíra os coordenadores do projeto, por meio de uma empresa contratada para avaliar os impactos provocados pelo empreendimento na localidade, realizaram pesquisas em janeiro de 2009 que constataram o interesse da população em trabalhar no empreendimento. Das pessoas que responderam as perguntas 82% demonstraram ter vontade ou tempo para trabalhar em atividades que variam de camareira a construção civil. É por meio destas informações que o Costa Azul Resort e Condomínio busca conciliar o fim das construções com o início das operações como forma de manter um bom número de empregados atuando no empreendimento, o que tende a oscilar conforme suas necessidades, e segundo coordenadores, variará, no decorrer de 15 anos, iniciando aos poucos e chegando no período das obras a um pico de 1400 empregados como verificado no quadro abaixo:

No entanto, para que a população possa atuar conjunto com o Costa Azul Resort e Condomínio será necessário muito mais do que apenas a existência da oportunidade ou o interesse das pessoas na atividade, será necessário um nível de conhecimento e qualificação obtidos com estudo e tempo, por isso desde o momento atual de seu planejamento o empreendimento vem realizando atividades de capacitação para a população de Jandaíra, como a realização de cursos de idiomas e construção civil, dentre outras visando e incentivando sua preparação para os empregos a serem gerados como forma de intensificar e garantir tal participação.

É por meio do conceito de urbanismo social que a comunidade é levada a interagir com o projeto, atuação esta que ocorrerá em duas vertentes: a primeira será por meio das vilas, áreas livres, com atividade comercial (padaria, farmácia, lojas de suvenir, roupas, etc) onde todos terão acesso; e a segunda, devido às áreas de capacitação permanentemente voltadas a ensinar e desenvolver a população do município, trabalhadores ou não do empreendimento, que obterão nestes espaços um enriquecimento pessoas por meio de atividades esportivas e culturais além do contato frequente com turistas e funcionários do espaço, de modo a permitir a troca de experiências e o desenvolvimento socioambiental destes moradores.

O empreendimento visa conciliar sua forma física com a conceitual de modo a tornar prática a interação entre população e empreendimento em um mesmo espaço geográfico. Segundo os coordenadores do Costa Azul, seu programa de responsabilidade social propõe-se a:

- a) geração de emprego e renda;
- b) iniciativas concretas e práticas;
- c) envolvimento da comunidade: decisão que visa ouvir a população;
- d) preservação do meio ambiente;
- e) valorização da mulher;
- f) priorização das crianças e dos jovens;
- g) busca de parcerias como forma de agregar valor ao negócio e a localidade.

Estrutura geográfica distribuída em glebas com funções específicas, o empreendimento visa através destas divisões um melhor desenvolvimento pensando em preservar o espaço ambiental e facilitar o convívio entre moradores, funcionários e turistas ali presentes; algo percebível no quadro 2 que segue:

US1	US2	UMS
<p>Localizada na parte norte do projeto e onde estarão implementados os serviços de água, esgoto (que será tratado na propriedade com o reaproveitamento da água em áreas externas e a produção de fertilizante), energia, estacionamentos, telefonia.</p> <p>Como forma de conter os impactos, esta área inicialmente concentrará os canteiros de aço, concreto e fôrma, obras para posteriormente serem utilizadas nos serviços acima citados.</p>	<p>Espaço no começo da propriedade voltado a relacionar a comunidade com todo o empreendimento. Trata-se de um espaço destinado a integração entre a sociedade local e a sociedade de fora. Localidade voltada ao esporte e lazer, a educação e a capacitação, realização de eventos abertos à comunidade e fechados, assim como moradia para estudantes.</p>	<p>Ficam ao longo das vias de integração como forma de manter o empreendimento vivo, como uma pequena cidade de vida própria mantida além dos turistas, pela comunidade local e trabalhadores do empreendimento que lá desenvolverão suas atividades comerciais.</p>

Quadro 2: DIVISÃO ESPACIAL DO COSTA AZUL RESORT E CONDOMÍNIO ATRAVÉS DAS UNIDADES DE SERVIÇOS, SOCIAIS E MISTAS.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2010.

Uma constatação da responsabilidade socioambiental apresentada pelo empreendimento, algo inovador ou não rotineiro no competitivo mercado econômico e capitalista presente nos dias atuais, apresenta-se por meio da US2, espaço destinado a relacionar população,

turistas e trabalhadores através de atividades econômicas, culturais, esportivas e de lazer. E assim, juntamente com a geração de renda e a capacitação, o incentivo a cultura e ao esporte fazem parte deste projeto.

Segundo coordenadores do empreendimento o propósito é que os alunos da região, após acordo com as instituições e cujos critérios serão frequência, boas notas e comportamento; tenham este espaço para desenvolver esporte, realizar atividades culturais e possam interagir juntamente com os funcionários e turistas presentes no empreendimento de modo a crescerem nesta localidade visualizando-a como possibilidade de futuro e crescimento. Serão também nestes espaços, direcionados aos alunos das escolas públicas do município, que a população terá a oportunidade de almejar um futuro para seus filhos; e é assim que se pretende ofertar o desenvolvimento da cidadania, do respeito próprio, desde a infância.

Sabe-se que o desenvolvimento sustentável, uma das formas mais garantidas de se prolongar o tempo de atuação dos empreendimentos econômicos nos dias atuais, de forma bem direta, pode ser caracterizado como a conciliação entre o crescimento econômico; a preservação cultural ou seu resgate, o que muitos consideram como desenvolvimento social; com a preocupação ambiental e a contenção dos impactos negativos por este sofrido. Logo para que tal desenvolvimento efetivamente ocorra a participação local é fundamental e sua consciência de toda a atividade torna-se inerente a este crescimento. É por visar tal desenvolvimento que o Costa Azul detém suas ações voltadas a participação e ao crescimento popular, segundo seus coordenadores, a proximidade com a população e a efetiva geração de oportunidade para esta, tenderá a retornar para o empreendimento em forma de segurança local, o que em suas concepções, ocorrerá à medida que as pessoas acabarão por afastar da localidade qualquer coisa que de algum modo vise conter ou prejudicar os benefícios obtidos com a implantação do empreendimento, como a violência e as drogas, dentre outros fatores.

3.3.2.1 Reunião pública e oficina preparatória para audiência pública.

Para que possa dar início a suas atividades o Costa Azul Bahia Golf Resort e Condomínio necessita da obtenção de uma licença ambiental aprovada pela comunidade local, através de uma Audiência Pública, em parceria com o Instituto do Meio Ambiente – IMA.

É por meio de reuniões públicas que o IMA coloca a população em contato com o empreendimento visando promover a participação social no processo de análise do licenciamento ambiental, discutir sobre o estudo de Impacto Ambiental e acima de tudo agregar contribuições dos participantes para esta análise de modo a oferecer a comunidade conhecimento sobre os impactos e benefícios trazido com a aprovação/licenciamento do empreendimento na localidade.

Reuniões fundamentais para a comunidade é nestes espaços que as pessoas têm o direito de questionar, assim como propor modificações ao empreendimento como melhor forma de adaptá-lo as suas necessidades e acima de tudo, atrair oportunidades para o espaço.

Uma das reuniões realizadas, no dia 03 de dezembro de 2009, distrito de Costa Azul,



Foto 5: REUNIÃO PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO RESORT
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

município de Jandaíra, teve como proposta a apresentação à comunidade dos impactos, positivos e negativos, advindos da implementação do empreendimento na localidade de Jandaíra, sendo esta mais uma forma de incentivar a participação popular, e onde se verifica o verdadeiro nível de conhecimento socioambiental presente na população constatado pelo nível de questionamentos efetuados como: a preocupação com o meio ambiente, a

segurança, o verdadeiro interesse do empreendimento, dentre outros; e também pelo próprio interesse da comunidade em participar de tais reuniões. (conferir foto 5 ao lado)

Assim sendo, pode-se levantar desde já um questionamento quanto à população do distrito de Mangue Seco e seu nível de conhecimento socioambiental sendo esta, mesmo que indiretamente, uma das localidades que sofrerão interferências como a implementação do resort na região.

Conforme pesquisa de campo, desenvolvida no distrito de Bela Vista, mesmo encontrando-se no centro do distrito uma faixa convocando a popul

ação

para a Reunião já citada anteriormente, do dia 03 de dezembro, das pessoas presentes na localidade menos de 10 correspondiam aos moradores do referido distrito e destes, apenas dois efetivamente estiveram presentes no espaço da reunião ficando os demais no lado externo de tal espaço, e alheios às informações ali comunicadas, e por fim quando questionados sobre a importância de tal empreendimento para Mangue Seco, grande parte dos entrevistados no distrito nem ao menos ouviram falar de tal empreendimento, mesmo havendo a faixa já referida no centro do distrito citado, conforme foto 6 na próxima página.



Foto 6: FAIXA CONVIDANDO A POPULAÇÃO LOCAL PARA A REUNIÃO PÚBLICA DO RESORT.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Como questionar posteriormente se não se sabe o que se pode fazer ou reivindicar? Neste caso, perde o município não apenas pela falta de conhecimento do empreendimento, mas principalmente com a perda das oportunidades ofertadas pelo mesmo ao longo de todo seu processo de implementação.

4 DA COMUNIDADE AO PESQUISADOR: a percepção de mangue seco

Fator preponderante ao estudo do conhecimento socioambiental presente na comunidade de Mangue Seco, efetuar o levantamento de sua estrutura física, cultural e social faz-se necessário não apenas na percepção científica advinda do pesquisador, mas também através de um levantamento panorâmico a respeito do modo como a população visualiza seu território; em virtude da criação de uma melhor compreensão acerca de toda a temática estudada.

Utilizada para captar, entre outras coisas, a percepção comunitária do local que habita, a pesquisa de campo foi realizada no período de 30 de novembro de 2009 a 06 de dezembro do mesmo ano e no dia 01 de fevereiro de 2010, onde, entre os dias 30/11 e 03/12 foram realizadas entrevistas, despadronizadas ou não estruturadas, junto aos gestores públicos, o prefeito e a secretária de educação e cultura, realizadas na sede do município, Jandaíra, e voltadas à busca da compreensão local através dos seus gestores, assim como a percepção que estes possuem da participação popular, quanto existente, importante e/ou necessária ao crescimento local; os dias 04, 05 e 06 de dezembro, já na localidade de Mangue Seco, foram direcionados a aplicação dos formulários junto à população, e entrevista a representantes do Projeto TAMAR, com o intuito de, através destes, acompanhar a efetiva participação popular nas ações públicas e o uso que os mesmos fazem dos conhecimentos por este grupo disseminados; e por fim o dia 01 de fevereiro de 2010, em Salvador-Ba, que foi utilizado para a realização de entrevista com o coordenador local do grupo INVISA, responsável pela implantação de um resort nas proximidades a Mangue Seco, com o intuito de verificar a participação popular nas decisões de sua implementação, assim como conhecer as ações de inserção popular presentes no projeto deste empreendimento.

A aplicação dos formulários foi realizada com os moradores circulantes no distrito, entre os 03 dias de sua aplicação, nos dois momentos de maior movimento, manhã (das 9h às 12h) e tarde (das 14 às 18h) a um total de vinte formulários aplicados, Mangue Seco possui atualmente uma população de aproximadamente 200 pessoas, conforme informação obtida na pesquisa de campo. Os modelos das entrevistas e formulários encontram-se dispostos como apêndices.

O formulário aplicado é composto por seis partes: sobre a pessoa entrevistada; avaliando o distrito de Mangue Seco; gestão participativa; turismo; a população e os novos empreendimentos turísticos; e a comunidade e o conhecimento socioambiental; em um total de 28 questões que visam obter uma visão geral através dos olhos da comunidade, assim como a noção que os mesmos têm da importância da atividade turística para o distrito, a discussão sobre a implantação do novo empreendimento hoteleiro, e por fim uma dimensão do conhecimento socioambiental por eles apresentado.

Ao avaliar o gráfico 3 abaixo nota-se que, as pessoas entrevistadas, em maior número, encontram-se na faixa dos 16 a 30 anos.

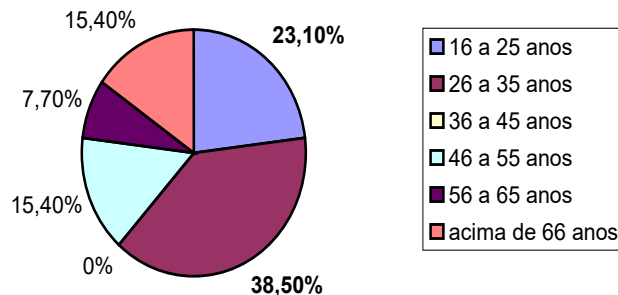


Gráfico 3 – FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO CONSULTADA NOS FORMULÁRIOS/ENTREVISTAS
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Nascidos em Sergipe, o maior número de entrevistados representa em sua naturalidade a relação de dependência existente entre o distrito de Mangue Seco e o Estado sergipano como referência ao afastamento que o mesmo detém da sede municipal e demais distritos baianos. (ver gráfico 4 abaixo)

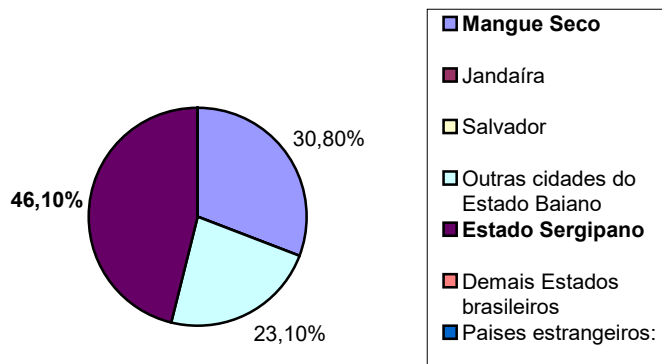


Gráfico 4: NATURALIDADE DA COMUNIDADE CONTACTADA
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Dando continuidade a avaliação popular, grande parte dos entrevistados encontra-se atuando no comércio local com atividades relacionadas à área de turismo, conforme gráfico 5 abaixo, o que futuramente notar-se-á diretamente representativo à economia local.

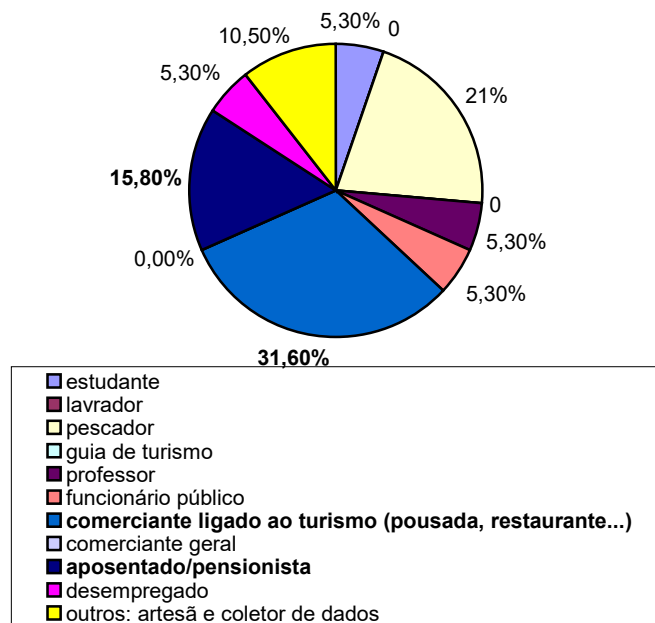
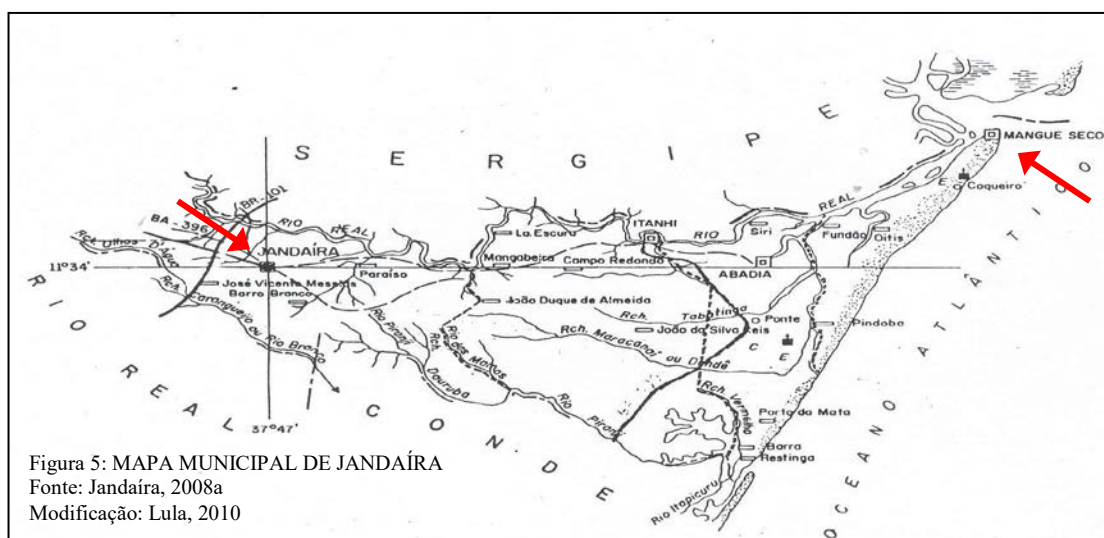


Gráfico 5: CONHECENDO A POPULAÇÃO POR MEIO DAS SUAS PROFISSÕES
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

4.1 CHEGANDO AS DUNAS: limites e acesso

Localizada no extremo norte da Bahia, divisa com o Estado de Sergipe, entre o estuário do Rio Real e o Oceano Atlântico, o distrito de Mangue Seco encontra-se, quase que totalmente, isolado, tanto a nível físico, econômico e social do município de origem, Jandaíra, assim como dos demais municípios baianos, o que segundo informação obtida em pesquisa de campo, pode-se responsabilizar tal distanciamento à falta de estrutura viária que venha a facilitar tal vinculação espacial e a partir desta, fomentar os demais envolvimento anteriormente citados.

É como forma de compensar as necessidades advindas do distanciamento apresentado que o distrito de Mangue Seco busca no Estado de Sergipe, as ações necessárias para uma maior viabilidade da vida local, e detêm com o município de Indiaroba uma maior relação de dependência pública, social e econômica. (ver figura 4 abaixo)



No Estado Baiano as localidades mais próximas são: o povoado de Coqueiro, a 6Km de distância do distrito, o povoado de Costa Azul, distante 33Km, e o distrito de Itanhi, 26Km afastado de Mangue Seco.

Para chegar à localidade de Mangue Seco, ou sair desta, faz-se necessário a travessia do Rio Real, que lhe divisa ao Estado sergipano, distrito de Pontal, ou por meio do distrito de Costa Azul, no Estado baiano, cuja viabilidade faz-se possível apenas com a utilização de veículos específicos para a via citada, por tratar-se de uma estrada municipal, nada asfaltada, e de grande dificuldade locomotora.

4.2 CONHECENDO A HISTÓRIA

Um vilarejo de pescadores, registros históricos contam seu surgimento a partir de um naufrágio ocorrido em 1548, cujos sobreviventes, alguns padres, denominaram a localidade de

Vila de Santa Cruz da Bela Vista, nome oficial do distrito. Mas é a partir das gravações de cenas da novela *Tieta*, em 1989, pela Rede Globo de Televisão, baseada no romance *Tieta do Agreste*, do escritor Jorge Amado, que a localidade ganha destaque e conhecimento internacional.

Segundo Bahia ([entre 2006 e 2009]) é do século XIX a Igreja do Bom Jesus dos Navegantes, quando o distrito de Santa Cruz da Bela Vista gozava de posição privilegiada no comércio nordestino. Muitos navios atravessavam a barra em direção a portos nos rios Real e Piauí. Nessa época, o comércio era próspero, em grandes armazéns e sobrados. Produzia-se óleo de coco e artesanato à base de tucum, palmeiras de cujas folhas se extraía a fibra. Os senhores de engenho frequentavam o lugar com suas famílias. Ainda segundo o mesmo autor, em 1930 a maré alta na baía de Estância provocou o desaparecimento, de uma só vez, de toda uma rua de armazéns e sobrados. A partir de então, a vila distanciou-se do progresso e parou no tempo, caracterizando-se como uma vila de pescadores que tem na pesca uma das principais atividades econômicas. (confira as fotos 7, 8 e 9 dispostas abaixo e na próxima página)



Foto 7: FACHADA DA IGREJA DO BOM JESUS DOS NAVEGANTES EM MANGUE SECO.

Fonte: Pesquisa de Campo. 2009.



Foto 8: PARTE INTERNA DA IGREJA DO BOM JESUS DOS NAVEGANTES EM MANGUE SECO.

Fonte: Pesquisa de Campo. 2009.



Foto 9: PESCADOR AS MARGENS DO RIO REAL.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Segundo Bahia ([entre 2006 e 2009], grifo nosso) o nome Mangue Seco surge no momento em que a pesca torna-se a atividade econômica principal desta vila de pescadores, o que ocorre após o incidente de 1930; por tratar-se de uma área muito piscosa, os pescadores quando retornavam do trabalho diziam vir dos mangues secos já que a margem direita, na foz do rio Real, não havia vegetação de mangue, sendo formada por praia de areia.

4.3 PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS

Localizado junto às dunas, Mangue Seco apresenta nas ruas revestidas de areia um dos seus atrativos turísticos, o que conforme pesquisa de campo, olhar gráfico 6 abaixo, também agrada aos moradores locais.

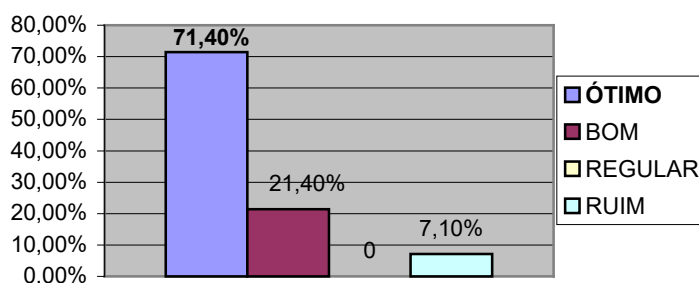


Gráfico 6: A PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS LOCAIS.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

A população local acredita que a pavimentação destes espaços acabaria por prejudicar a localidade e por isso mesmo sentem-se responsáveis pelo mantimento destas ruas em seu estado tradicional. (ver gráfico 7 abaixo)

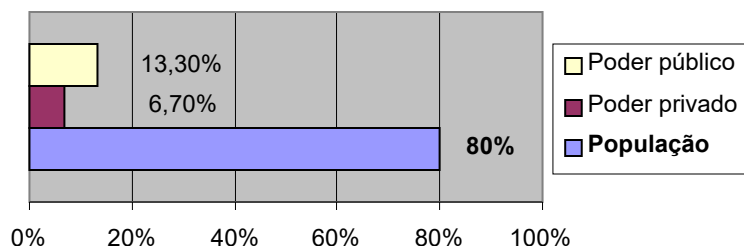


Gráfico 7: RESPONSABILIDADE POR MANTER AS RUAS INASFALTADAS OU CALÇADAS.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

É difícil analisar uma estrutura tradicional do espaço como é o caso das ruas não



Foto 10: CHÃO DE AREIA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

pavimentadas principalmente quando se trata de algo que atrai os turistas e agrada a população, pode-se apenas esperar que tal estrutura mantenha-se cada vez mais no gosto popular para que o espaço não perca tal peculiaridade, como visto na foto 10 ao lado. Sinônimo de desenvolvimento, o asfalto ou até mesmo o calçamento das ruas tende a interferir no ecossistema e clima dos espaços na medida em que substitui o natural, a terra, habitat de

algumas espécies de animais, mas também acaba por auxiliar na diminuição das doenças provocadas em períodos de chuva pelo acúmulo d'água, ou pela lama formada neste tipo de solo.

4.4 SANEAMENTO BÁSICO

Responsável por toda e qualquer ação que tenha como finalidade precaver o aparecimento de doenças para a localidade, o saneamento básico de Mangue Seco pode ser avaliado quanto ao sistema de esgoto inexistente e a coleta de lixo realizada na localidade.

O sistema de esgoto local é formado por fossas sépticas nas residências sem qualquer rede de esgoto ou sistema de tratamento do mesmo, o que a população avalia segundo o gráfico abaixo, como sendo muito ruim para a localidade, 78% das respostas obtidas, porém nota-se, na pesquisa de campo, que o grande índice negativo obtido com tal pergunta relaciona-se muito mais a avaliação que a população faz das ações do setor privado de lançar seus esgotos no rio do que propriamente falando a falta de uma rede de esgoto por todo o distrito.

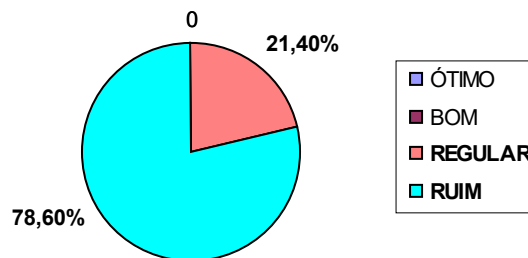


Gráfico 8: O SISTEMA DE ESGOTO EM MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Porém, mesmo ao apresentar uma determinada compreensão social a respeito dos problemas advindos da falta de sistema de esgoto, ao analisá-lo como ruim, a mesma população que levantou tal questionamento designa ao setor público grande parte da responsabilidade e iguala sua própria responsabilidade com a do setor privado, o que contradiz o fato deles responsabilizarem o mercado comercial turístico pelos dejetos lançados ao Rio Real e consequentemente por sujá-lo, conforme gráfico 9 na próxima página.

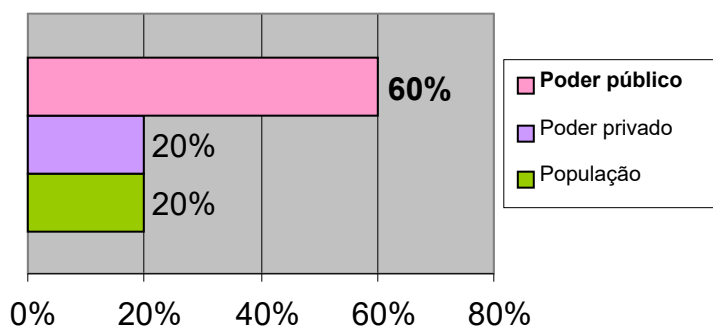


Gráfico 9: OS RESPONSÁVEIS PELA REDE DE ESGOTO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Quanto à coleta de lixo local pode-se acarretar a alta avaliação que obteve, ficando entre bom e ótimo um total de 71%, constatado no gráfico 10 abaixo, reflexo das mudanças locais advindas da troca de gestão pública sofrida pelo município, no início de 2009. Segundo pesquisa de campo, antes da troca de gestores o lixo acumulava-se nas portas e ao longo do distrito sem um recolhimento frequente, muitas vezes cabendo aos próprios moradores dar encaminhamento ao lixo acumulado, no entanto, na administração atual, mesmo que apenas 01 vez por semana, existe um transporte que circula o distrito recolhendo o lixo acumulado de modo a evitar um maior acúmulo e assim, precaver a ocorrência de doenças em Mangue Seco, advindas do contato frequente entre a população e o lixo, antes exposto.

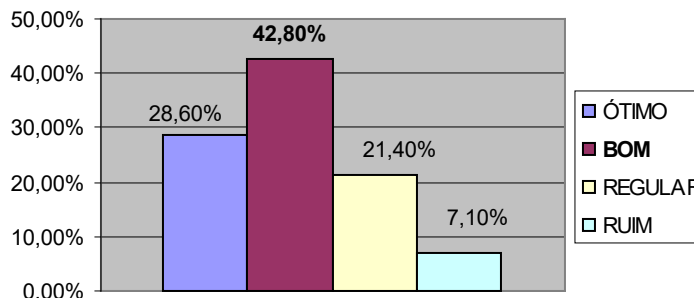


Gráfico 10: COLETA DE LIXO LOCAL.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Diante do anteriormente exposto, pode-se compreender a metade da responsabilidade pela atividade sendo direcionada ao setor público e outra parte a própria população, principalmente por estes compreenderem-se como formadores do material em questão o comprova-se no gráfico 11 localizado abaixo.

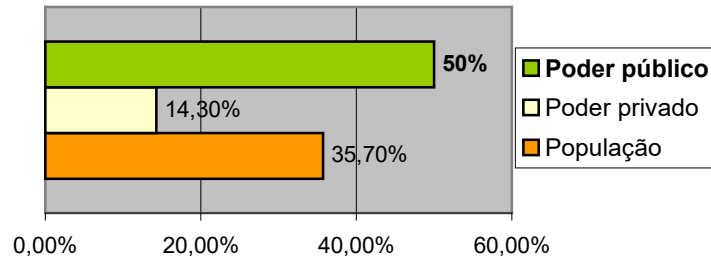


Gráfico 11: A COLETA DE LIXO E SEUS RESPONSÁVEIS.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Outro fator preocupante advindo da falta de sistema de esgoto e principalmente relacionado com o aumento do número de equipamentos turísticos retrata não apenas o crescimento do número de resíduos a serem, de algum modo, descartados, mas principalmente a



Foto 11: FONTE DE ÁGUA QUE ABASTECE O DISTRITO
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

forma como o são; segundo pesquisa de campo o esgoto dos empreendimentos tem sido lançado ao Rio Real, e muitas fossas são próximas aos mananciais, o que prejudicou a qualidade da água consumida nas residências. Desde o início a água que chega ao município advém dos mananciais que sob ele passam, observar foto 11 ao lado, porém a pesquisa de campo mostra que cada vez mais os moradores apresentam-se conscientes dos problemas causados pelo

crescimento do número de empreendimentos na localidade sem a existência de um tratamento necessário dos resíduos por estes produzidos.

4.5 SISTEMA DE SAÚDE

Segundo Brasil (1988, p.112) Título VIII Da Ordem Social; Capítulo II Da Seguridade Social; Seção II Da Saúde; em seu Art. 196 a saúde é tratada como “[...] direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Porém pode-se dizer que à comunidade de Mangue Seco, muitas vezes, tem seu direito a saúde vetado.

Detentora de um único posto de saúde, com médico apenas uma vez por semana, o distrito de Mangue Seco cada vez mais necessita de outras localidades, principalmente Indiaroba e Estância, localizadas no Estado Sergipano, para suprir a carência local. Abaixo a foto 12 do posto de saúde em Mangue Seco.



Foto 12: POSTO DE SAÚDE EM MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Ao questionar a população quanto ao sistema de saúde do qual faz uso nota-se que em grande maioria, 78% das respostas obtidas, foram entre ruim e regular o que se confirma no gráfico 12 abaixo.

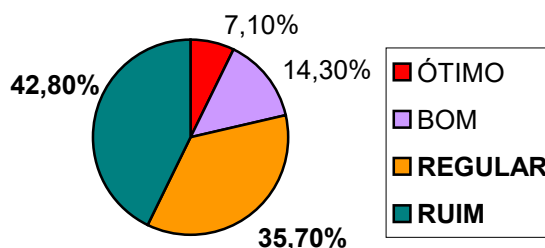


Gráfico 12: AVALIANDO O SISTEMA DE SAÚDE
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

E dando continuidade a análise em questão, percebe-se que grande parte das pessoas entrevistadas acarreta à responsabilidade sobre a precariedade do sistema ao setor público, como verificado no gráfico 13 exposto abaixo.

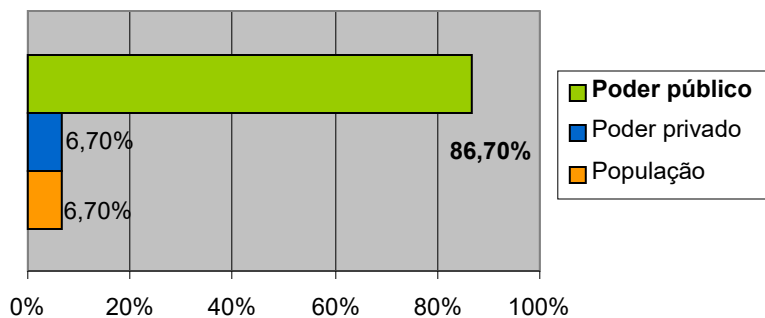


Gráfico 13: O SISTEMA DE SAÚDE E SEUS RESPONSÁVEIS.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

É essencial acrescentar que o fato do distrito encontrar-se praticamente isolado, o acesso mais rápido de locomoção é através do Rio Real e existe uma grande dificuldade de transporte, o que será mais bem debatido posteriormente, acaba por dificultar ainda mais o serviço de assistência a saúde - em caso de emergência a probabilidade de um resultado trágico torna-se mais possível de ocorrer.

4.6 EDUCAÇÃO

Detentora de apenas uma escola municipal, a Escola Municipal Garcia D'Ávila, que



Foto 13: ESCOLA MUNICIPAL GARCIA D'ÁVILA.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

atende a comunidade da pré-escola até a oitava série do ensino fundamental, Mangue Seco atualmente possui um total de 63 alunos distribuídos nos três turnos, sendo 37 alunos pela manhã, 11 alunos a tarde e 15 alunos a noite. (ver ao lado a foto 13 da escola municipal). No entanto, para os alunos que concluem o ensino fundamental o que existe é um total abandono dos gestores públicos quanto a viabilizar a continuação dos estudos pelos moradores que assim interessarem-se; não há uma turma

disponibilizada na escola local, ou a viabilização de transporte que possa encaminhar os alunos do ensino médio a estudarem nos municípios próximos. O que segundo gestores locais pode-se explicar pela dificuldade de locomoção – seria necessário viabilizar um transporte para locomover os alunos do ensino médio aos distritos detentores de tal estudo; pela dificuldade de efetuar convênios entre o município e outras localidades do Estado Sergipano, principalmente Indiaroba; assim como a recusa das famílias em permitirem que seus filhos desloquem-se todos os dias para estudar fora do distrito.

Brasil (1988, p.118) Título VIII Da Ordem Social; Capítulo III Da Educação, Da Cultura e do Desporto; Seção I Da Educação; em seu Art. 208 - redação dada pela Emenda Constitucional nº59, de 2009 - traz como um dos deveres do Estado o “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didáticoescolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”. Diante disso, pode-se considerar o ensino apresentado em Mangue Seco como sendo inconstitucional o que só afirma a necessidade de interferência pública na gestão local.

Quanto à avaliação efetuada pelos moradores da qualidade do sistema educacional de Mangue Seco, pode-se observar, no gráfico 14 abaixo, que das avaliações efetuadas, 64,3% consideraram-no entre ruim e regular o que condiz a precariedade apresentada anteriormente.

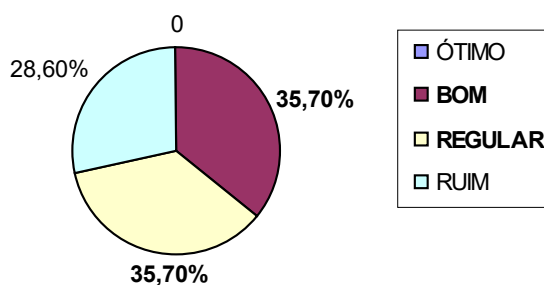


Gráfico 14: AVALIANDO O SISTEMA EDUCACIONAL DE MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

É importante destacar que por tratar-se de um direito social a Educação passa a ser de responsabilidade não apenas dos gestores públicos, mas também cabe a família desempenhar tal papel como afirma Brasil (1988, p.117) Título VIII Da Ordem Social; Capítulo III Da Educação, Da Cultura e do Desporto; Seção I Da Educação; em seu Art. 205 ao citar que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração as sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. É curioso constatar que é de conhecimento da população de Mangue Seco a responsabilidade que a mesma detém sobre o desenvolvimento da educação local, e não apenas dos gestores públicos, como demonstra o gráfico 15 exposto abaixo. Porém ao avaliar-se o ensino local e a consciência apresentada pela população pode-se considerar que a falta de conhecimento dos seus direitos é que impede a população de atuar de modo mais efetivo na melhoria do ensino local.

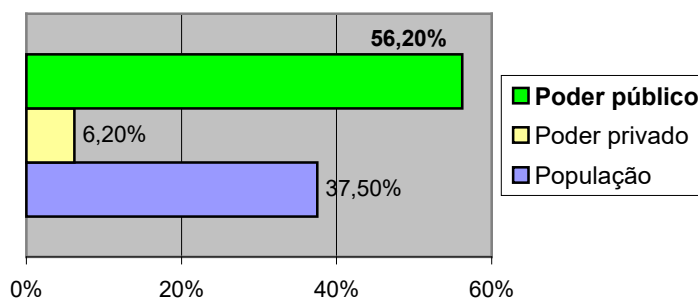


Gráfico 15: OS RESPONSÁVEIS PELA EDUCAÇÃO LOCAL.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

4.7 SEGURANÇA PÚBLICA

Detentor de um Posto Policial que em grande parte do ano encontra-se fechado, o



Foto 14: POSTO POLICIAL EM MANGUE SECO
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

distrito de Mangue Seco vem cada vez mais demonstrando preocupações com o crescimento da violência advinda do aumento do número de visitantes à localidade. (observar foto 14 ao lado).

Segundo consta na Constituição Federal, Título V Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas; Capítulo II Da Segurança Pública; Art. 144; “a segurança pública, dever do Estado, direito e

responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988, p.85, grifo nosso). Porém ao realizar a pesquisa de campo em Mangue Seco nota-se que tal Artigo apenas é seguido no período da alta estação¹⁰ devido à presença de um maior número de turistas a frequentarem a localidade, como se a

¹⁰ Denomina-se alta estação aos períodos do ano com maior fluxo turístico em uma determinada localidade, o que no caso de Mangue Seco, devido a preponderância do seguimento turístico denominado “Sol e Praia” em seu território, considera-se alta estação todo o verão Brasileiro.

população local por si só não fosse suficiente para a existência no distrito de policiamento em tempo integral, algo muito questionado pelos moradores através da pesquisa de campo e que se confirma no gráfico 16 da próxima página que traz a avaliação dos moradores locais quanto ao oferecimento do serviço em questão.

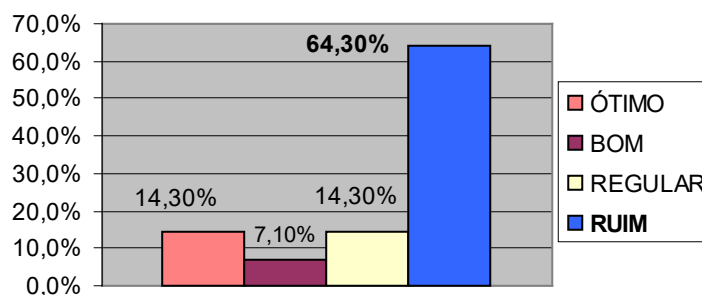


Gráfico 16: A SEGURANÇA PÚBLICA SOBRE OS OLHOS DA POPULAÇÃO LOCAL
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Através da pesquisa de campo percebe-se uma população insatisfeita com a falta de segurança constante na localidade, e responsabilizam o setor público como os principais responsáveis por tal insegurança, sem deixar de demonstrar a sua parcela de responsabilidade assim como a do setor privado. (observar gráfico 17 abaixo)

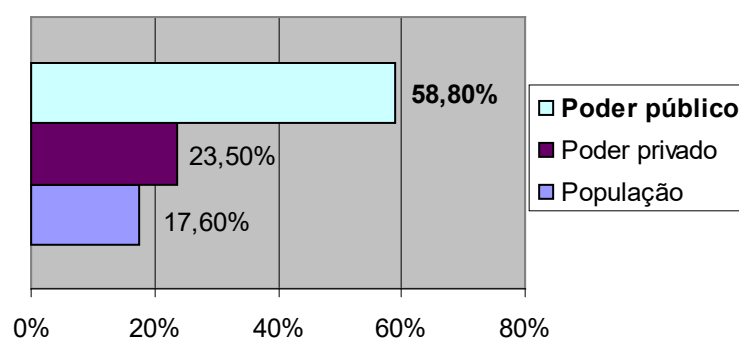


Gráfico 17: A FALTA DE SEGURANÇA E SEUS RESPONSÁVEIS.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Mais uma vez é curioso perceber o quanto a população encontra-se consciente de suas necessidades, mas apresenta-se sem qualquer discernimento dos verdadeiros direitos e deveres

que detêm quanto população, algo fundamental para exercerem ações mais reivindicatórias e assim, mais participativas.

4.8 SISTEMA DE TRANSPORTE

Provavelmente um dos maiores problemas da localidade, o sistema de transporte em Mangue Seco mantém relação direta com a maioria dos problemas apresentados até o momento e com os que seguirão a este tópico.

Localizado entre um rio e o oceano, Mangue Seco necessita de um intenso investimento para ter sua acessibilidade facilitada atualmente; como já citado, quem necessita chegar ou sair de seu território tem apenas duas opções: efetuar a travessia do Rio Real ou fazer uso de um transporte adequado, 4x4, em momentos onde a maré encontra-se baixa, via beira mar.

É impressionante como qualquer coisa que os moradores locais necessitem acaba por sair mais caro do que o esperado exatamente devido à dificuldade de transporte para o distrito; segundo pesquisa de campo, para os moradores efetuarem suas compras é disponibilizado apenas nas segundas-feiras um barco ao custo de R\$4,00 (quatro reais) por viagem para atravessar o rio e depois ainda necessitam de um ônibus para transportá-los a cidade onde realizarão suas compras; caso alguém queira efetuar qualquer compra ou saída do distrito em outro dia que não as segundas, fica a travessia por volta dos R\$40,00 (quarenta reais) o que é inviável ao pensar-se em uma população carente como a desta localidade.

Ainda assim, o problema de Mangue Seco com o transporte vai além do anteriormente apresentado ao compreender-se que até para um atendimento de saúde mais emergencial faz-se necessário o deslocamento do paciente para fora do distrito; deste modo a população acaba por considerar a localidade como sendo detentora de um sistema de transporte ruim, que como já justificado, não atende nem um pouco as necessidades da comunidade local. (observar gráfico 18 na próxima página).

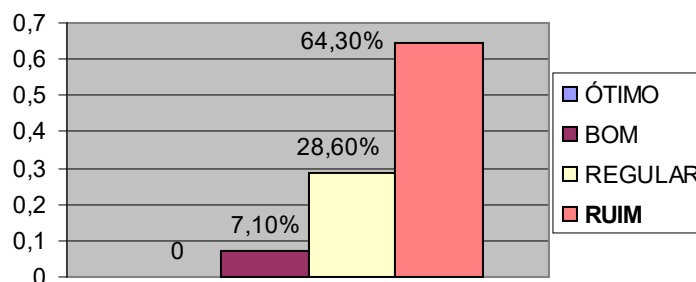


Gráfico 18: O SISTEMA DE TRANSPORTE EM MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Diante do exposto é de se esperar que a população local veja nos setores público e privado os grandes responsáveis pela situação apresentada, porém como pode-se notar no gráfico 19 abaixo, 44% da responsabilidade pela precariedade do sistema de transporte efetivamente é direcionada aos gestores públicos da localidade, no entanto os moradores acabam por responsabilizar-se mais até do que aos representantes do setor privado, quem na verdade poderia estar a desenvolver tal atividade junto com o setor público.

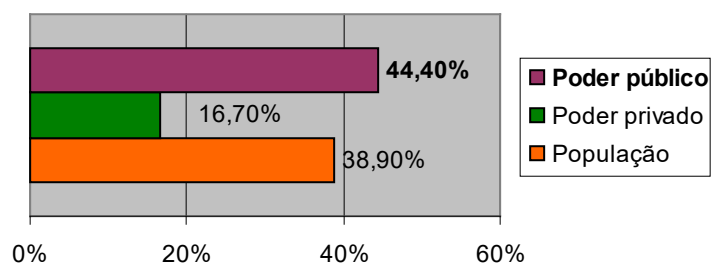


Gráfico 19: OS VERDADEIROS RESPONSÁVEIS PELO SISTEMA DE TRANSPORTE LOCAL.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Existe entre os gestores locais a discussão da viabilidade de construção de uma estrada que facilite o acesso até próximo a localidade de Mangue Seco de modo a diminuir os transtornos anteriormente citados, porém trata-se ainda de uma discussão política que detém na população local uma divisão de opiniões onde, para alguns, será o fim da calma vivida pela localidade, e para outros, será a oportunidade de maior desenvolvimento econômico e de maior facilidade nas necessidades do dia-a-dia.

4.9 ECONOMIA

Detentor de uma economia que quase em sua totalidade encontra-se centrada na atividade turística, o distrito de Mangue Seco, ao longo de sua história teve a substituição de outras atividades antes fundamental para a localidade, como a pesca, e passou a concentrar-se no turismo. Ainda um espaço de pescadores, mesmo com o grande número de abandono sofrido pela atividade, Mangue Seco divide-se entre o “conforto” da atividade turística e a luta pela sobrevivência dos seus pescadores.

O desenvolvimento desordenado da atividade turística na localidade fez com que a grande parte da população local que vive dela o faça através de subempregos, como os bugreiros – a grande maioria dos trabalhadores locais, os barqueiros – que fazem a travessia do Rio Real com os turistas, ou as faxineiras e cozinheiras, dentre outros. Grande parte dos donos dos restaurantes e pousadas é de outras cidades, Estados, muitos até estrangeiros, que vieram para Mangue Seco, compraram seus terrenos ou residências e agora se encontram ganhando dinheiro com a localidade sem demonstrar muita preocupação com o desenvolvimento social de sua população; segundo pesquisa de campo foram detectados alguns moradores locais donos de algumas pousadas ou bares no distrito, porém estes eram a grande minoria. (observar fotos 15, 16 e 17 dispostas abaixo e na próxima página)



Foto 15: A CHEGADA DOS TURISTAS EM MANGUE SECO E AS EMBARCAÇÕES.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.



Foto 16: OS BUGREIROS AGUARDANDO A CHEGADA DOS TURISTAS.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.



Foto 17: O COMÉRCIO LOCAL DIRECIONADO AOS TURISTAS.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Conhecendo a relevância da atividade turística para a localidade, o que será posteriormente melhor debatido, fez-se necessário através da pesquisa de campo conhecer a forma como os moradores em Mangue Seco avaliam o comércio que a localidade oferece aos turistas, sua maior fonte de renda. Conforme gráfico 20 na próxima página, se pode notar que tal comércio é considerado em sua maioria como Bom, 43% das respostas, estando tal resultado mais vinculado ao grande número de estabelecimentos que apresenta, do que a sua qualidade especificamente falando.

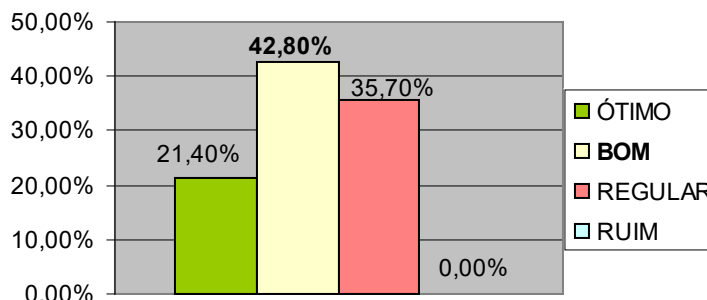


Gráfico 20: COMÉRCIO TURÍSTICO EM MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

É interessante constatar que mesmo exercendo subempregos na atividade turística, para a população local o alto índice apresentado na avaliação do comércio turístico em Mangue Seco tem neles mesmo os mais responsáveis, 42% das respostas, verificou-se através dos formulários aplicados que todos se sentem importantes para o desenvolvimento da atividade no espaço e mesmo não sendo os donos dos empreendimentos acabam por sentirem-se responsáveis por sua existência na localidade. (ver gráfico 21 abaixo)

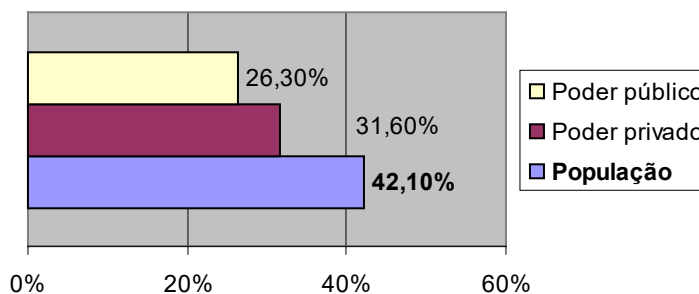


Gráfico 21: O COMÉRCIO TURÍSTICO E SEUS RESPONSÁVEIS
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Diferente do constatado na avaliação do comércio turístico, o comércio geral, que em tese seria composto por mercados, farmácias, lojas de roupas e calçados, dentre outros, em Mangue Seco praticamente não existe e por isso mesmo a população necessita sair do distrito para obter fora os mantimentos necessários a sua sobrevivência; os poucos estabelecimentos existentes podem ser considerados amadores - são os moradores que nas suas próprias residências dispõem de um espaço para vender alguns itens comerciais e farmacêuticos, simulando um mercado. Diante do exposto, a avaliação realizada pelos moradores do comércio geral no distrito,

teve como resultado 77% das respostas o considerando ruim, o que se observa no gráfico 22 exposto abaixo.

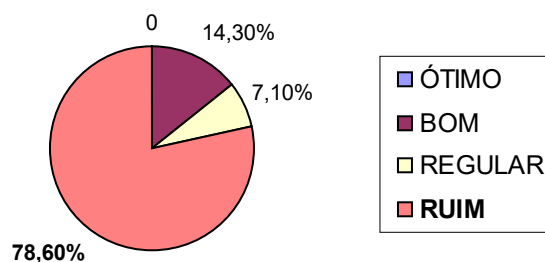


Gráfico 22: COMÉRCIO GERAL DE MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

O mais interessante é constatar a quem a população de Mangue Seco atribui à precariedade do comércio local, por meio da pesquisa de campo nota-se que para eles são os gestores públicos os verdadeiros responsáveis, e a estes cabe promover ações para seu reparo. (ver gráfico 23 abaixo).

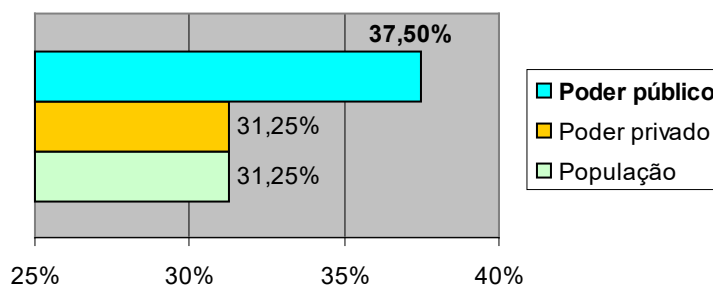


Gráfico 23: ANÁLISE DOS RESPONSÁVEIS PELO COMÉRCIO GERAL DE MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

4.10 RECURSOS AMBIENTAIS E CULTURAIS

Internacionalmente conhecido por suas belezas e riquezas naturais, Mangue Seco é detentor de dunas, restingas, foz e manguezais, além de margeado pelo Rio Real e o oceano Atlântico, o que favorece a existência local de um ecossistema rico e diversificado. Neste contexto, a população local classifica seu ecossistema como sendo Ótimo, 43% das respostas obtidas, o que tem total relevância com a atratividade que o mesmo exerce sobre a atividade turística desenvolvida na localidade. (observar gráfico 24 abaixo)

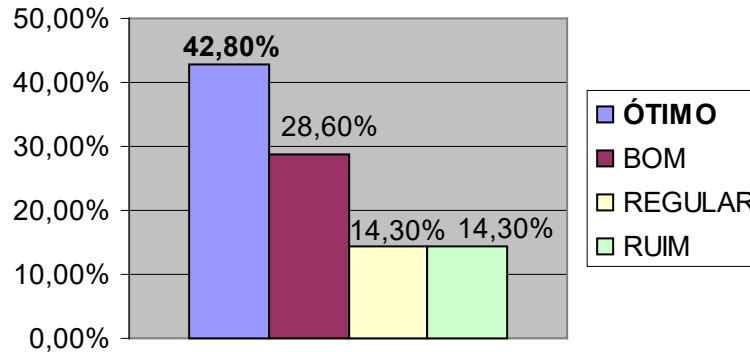


Gráfico 24: O ECOSSISTEMA EM MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Ao ser questionada sobre os verdadeiros responsáveis pelo ecossistema local, sobre sua preservação, a população de Mangue Seco, em maioria (62% das respostas obtidas), considera-se a grande responsável e quase que isenta o setor privado de tal questionamento, apenas 12% das respostas obtidas, conforme demonstra o gráfico 25 na próxima página. É importante lembrar que a própria população anteriormente responsabilizava o setor público pela precariedade da rede de esgoto local, mas culpava o setor privado pelo esgoto lançado no rio; de mesmo modo, agora a população deixa de responsabilizar tal setor, o que ocorre, talvez, devido à composição de tal seguimento - formado por pessoas de fora da localidade - o que para a população coloca-o à margem das necessidades e responsabilidades junto ao distrito.

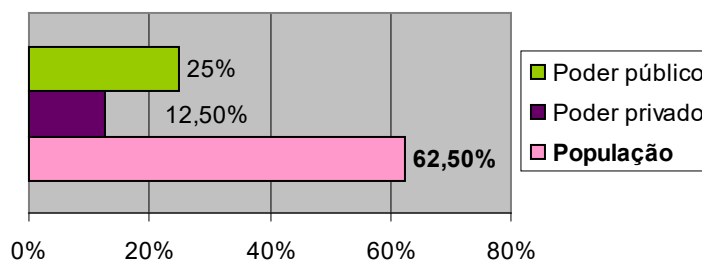


Gráfico 25: OS RESPONSÁVEIS PELO ECOSISTEMA LOCAL.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Totalmente diferente dos recursos ambientais, a cultura de Mangue Seco foi perdendo-se com o tempo sem que houvesse qualquer incentivo ao seu resgate, tornando-se difícil até mesmo identificar o que vem a ser característico da localidade. É curioso que ao avaliar a própria cultura a população a considere em grande maioria como Regular (36%) e Ruim (29%), mas ela mesma quase não consegue caracterizar a cultura local. (ver gráfico 26 abaixo).

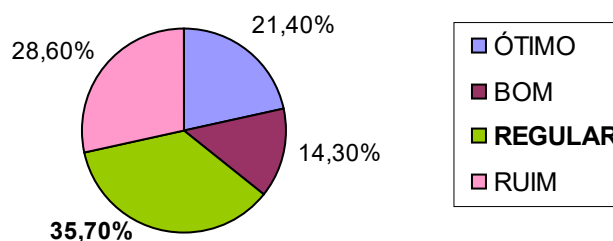


Gráfico 26: A CULTURA EM MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Constatado através da pesquisa de campo, para alguns moradores entrevistados, principalmente os de mais idade, considera-se cultural de Mangue Seco os bordados, que atualmente não mais são encontrados; algumas danças de roda, já extintas; e as festas religiosas, única expressão cultural detectada na atualidade. Porém, ao longo de todo o distrito é comum a visualização de lojas e/ou barracas de objetos artesanais, alguns comprados em outros municípios e outros confeccionados em Mangue Seco, mas de origem e características externa a localidade. (observar foto 18 na folha que segue)



Foto 18: ARTESANATOS VENDIDOS EM MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

No que se refere à avaliação dos responsáveis pela forma como se apresenta a cultura em Mangue Seco, é curioso constatar que a própria população apresenta-se como responsável, ela mesma avalia negativamente a cultura presente no distrito, mal sabe identificar os fatores culturais da localidade, e ainda se responsabiliza pela precariedade apresentada, o que se pode confirmar no gráfico 27 que segue.

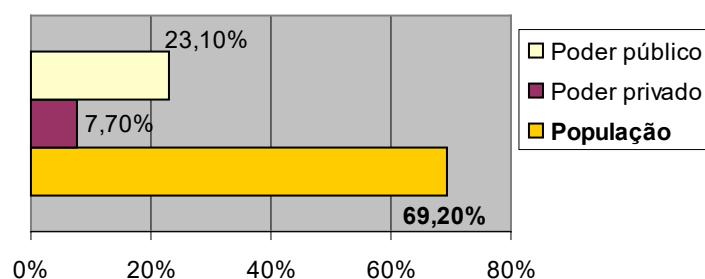


Gráfico 27: OS RESPONSÁVEIS PELA CULTURA EM MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

4.11 GRUPOS E ASSOCIAÇÕES LOCAIS

Ao longo da pesquisa de campo pôde-se constatar a existência no distrito de Mangue Seco de uma associação, a Associação dos Moradores, que conforme constatado, atualmente encontra-se em processo de reavivamento após longo prazo de estagnação.

Segundo o representante da associação acima citada, existe uma grande dificuldade em desempenhar qualquer ação em prol de melhorias para a localidade porque seus moradores encontram-se já desiludidos de promessas sem efetiva concretização, o que eles muito obtiveram ao longo dos anos. Para a presidente desta associação, faz-se necessário a realização de ações mais concretas na comunidade de modo a demonstrar para seus moradores a real importância de determinadas ações, sejam elas para preservar o ambiente, resgatar sua cultura, promover um crescimento econômico ou até organizar-se de forma mais efetiva para atuar junto aos gestores locais.

Outro grupo localizado foi a Associação do Bugreiros que mesmo sediada no distrito de Coqueiros, tem em Mangue Seco a maioria de seus associados; neste caso trata-se, quase que em totalidade, de um grupo formado em prol de benefícios econômicos e como forma de estruturar o grande número de bugreiros existente na região; não há uma preocupação do grupo voltada a preservação ambiental, o que se notou, ao longo da pesquisa realizada, são ações pontuais de bugreiros visando uma menor agressão ao ecossistema local. Nesta questão faz-se importante destacar que são exatamente os bugreiros quem - talvez até involuntariamente ou por falta de um maior conhecimento a respeito das efetivas fragilidades espaciais ali presentes - mais deprecia a paisagem local, principalmente as dunas, ecossistema de grande fragilidade. O elevado número de bugres nas dunas acaba, além da agressão em sua estrutura, sujando e poluindo-as constantemente, sem falar na interferência que os mesmos provocam na desova das tartarugas marinhas, algo acompanhado de perto pelo Projeto TAMAR.

4.12 DA PARTICIPAÇÃO POPULAR A SUA OMISSÃO: Mangue Seco, um paraíso turístico

Localizada na Zona Turística denominada Costa dos Coqueiros, da qual faz parte juntamente com os municípios de Conde, Esplanada, Entre Rios, Mata de São João, Camaçari e Lauro de Freitas, Mangue Seco tem sua inclusão na divisão espacial anteriormente apresentada, atrelada, principalmente, a uma busca Estadual para demarcar território do que propriamente



Foto 19: BELEZAS NATURAIS DA TERRA DE TIETA.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

falando devido aos seus atrativos turísticos, isso por que antes deste interesse apresentar-se, Mangue Seco já era detentora dos atrativos propagados e nada havia sido feito para sua estruturação turística (observar foto 19 ao lado). Tal localidade encontra-se muito mais vinculada ao Estado Sergipano do que a Bahia, devido, sobretudo, a dificuldade de acesso existente, estando Mangue Seco mais próximo de Sergipe – e deste obtém grande parte dos recursos de que necessita – do que da Bahia, seja por meio da sede do seu município, Jandaíra, ou de qualquer outro do mesmo Estado. Assim, nota-se que os motivos políticos de sua promoção pouco têm relação com as belezas locais – dunas, praias, mangues, dentre outras - e muito mais haver com os desígnios políticos ali envolvidos.

Última praia do extremo norte do litoral baiano, Mangue Seco tornou-se mais visível para os turistas, especialmente, após as gravações da novela *Tieta* da Rede Globo de Televisão, fator já anteriormente citado, no entanto é importante enfatizar que foi após este ocorrido que o distrito, até então uma vila de pescadores, passa a vislumbrar um maior crescimento econômico através desta atividade que surge como “a nova oportunidade para os moradores locais”; infelizmente, só após muito tempo, e já em uma quase que total invasão “estrangeira”¹¹, é que a população local passa a atuar na atividade turística, porém o distrito já se encontrava em grande parte vendido e modificado, segundo pesquisa de campo, Mangue Seco não é o mesmo de antes

¹¹ Compreende-se como “estrangeiro” todas as pessoas que passaram a morar em Mangue Seco após o crescimento da atividade turística, não ficando o termo restrito aos moradores vindos de outros países.

do turismo, isso porque muitas construções foram realizadas em prol da atividade como a construção de hotéis e pousadas, restaurantes, lojas de souvenir, dentre outras.

Atualmente percebe-se que a população já detém um maior conhecimento das dimensões econômicas da atividade turística na localidade e sua real relevância, o que se confirma no gráfico 28 que segue, onde, das pessoas entrevistadas, a grande maioria (71%) apresenta o turismo como atividade muito importante para Mangue Seco e os outros 29% como importante.

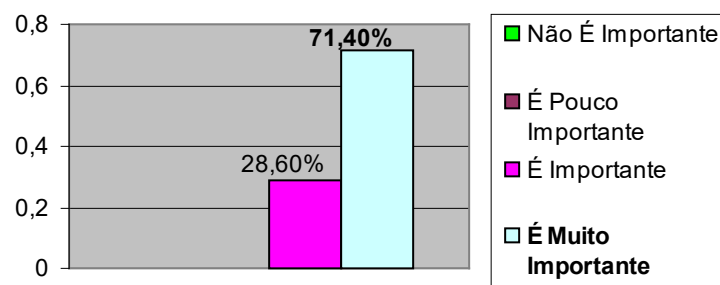


Gráfico 28: A RELEVÂNCIA DO TURISMO PARA MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Ao aprofundar os questionamentos junto à população local, e buscando compreender a visão que os moradores detêm sobre o turismo em Mangue Seco, percebe-se que quanto aos fatores negativos da atividade, em número pequeno, mas de resposta relevante, alguns moradores até acreditam que a atividade não gere qualquer negatividade no distrito – saber-se o quanto tal afirmação é ingênua na medida em que qualquer atividade por menor que seja tendo contato com o espaço acabará por interferir e depreciar o mesmo. Dando continuidade a avaliação das ações negativas do turismo sobre o local, percebe-se que das quatro questões mais abordadas, a maioria, 16% das respostas obtidas, acreditam ser o aumento no custo de vida a grande interferência local, seguido da especulação imobiliária, 14% das respostas, depreciação ambiental, 12%, e a poluição, 11%. (ver gráfico 29 na próxima página)

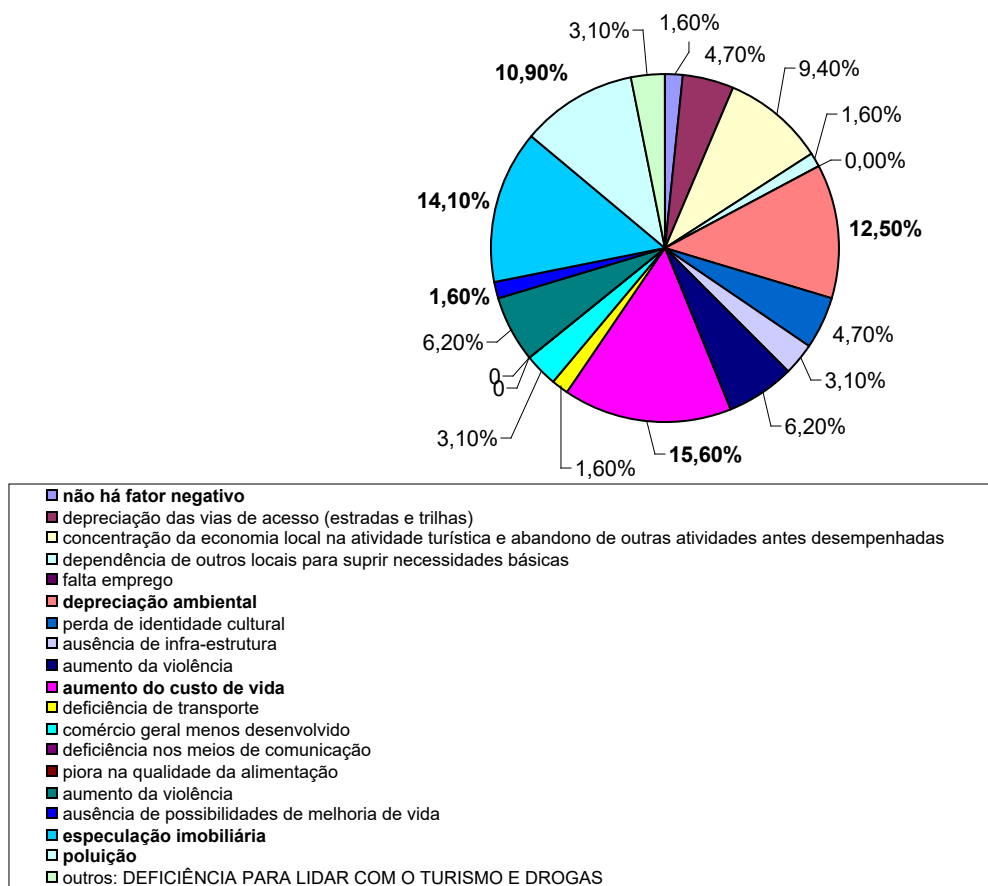


Gráfico 29: FATORES NEGATIVOS DO TURISMO EM MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

É interessante constatar que apenas 12% dos moradores de Mangue Seco veem no turismo uma forma de depreciação do meio ambiente e fala-se de um espaço onde os bugres sobem as dunas em grande número sem qualquer cuidado com a capacidade da mesma, onde o lixo muitas vezes é encontrado nos manguezais e nas praias do distrito, e onde o esgoto dos empreendimentos hoteleiros é liberado no Rio Real de modo a poluí-lo, dentre outros fatores. Conforme verificado no gráfico 30 da próxima página, a população do distrito demonstra compreender a importância, ao menos a nível econômico, de manter-se o ecossistema local preservado, mas nota-se que existe uma ausência efetiva de ações direcionadas a tal preservação.

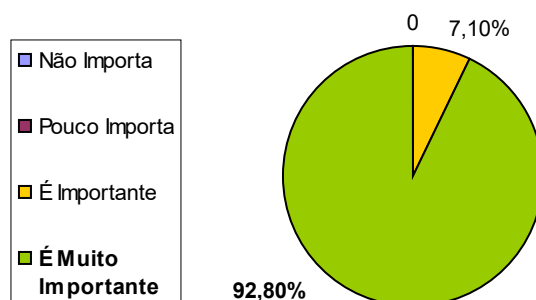


Gráfico 30: A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Por tratar-se de uma localidade que teve sua cultura suplantada, enquanto o meio ambiente ganhava destaque junto aos moradores locais - o que já se sabe está totalmente relacionado à rentabilidade apresentada pelo ecossistema de Mangue Seco e não pela cultura local – é interessante constatar também a visão popular sobre a interferência do turismo na cultura, assim como a importância de se preservá-la; no que se refere ao primeiro questionamento, constata-se que apenas 5% das pessoas entrevistadas consideraram o turismo como fator atuante na perda da identidade cultural; mas é curioso verificar que um total de 79% acredita ser muito importante preservar sua cultura. (ver gráfico 31 abaixo)

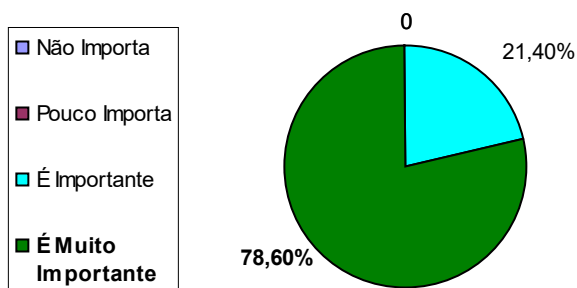


Gráfico 31: A PRESERVAÇÃO CULTURAL.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Ao longo de toda a pesquisa de campo um dos fatores que mais chama a atenção é a visão que os moradores detêm da atividade turística desenvolvida em Mangue Seco, e por isso mesmo, buscou-se avaliar os reais fatores positivos que a comunidade denota ao turismo ao longo de todo seu desenvolvimento local; deste modo, verifica-se que dos quatro itens mais enfatizados, a geração de emprego ganha destaque com 11% das respostas obtidas – a maioria foi constatada como subempregos - seguido pelos 10% da melhora ocorrida na condição de vida dos moradores, os mesmo 10% no aperfeiçoamento dos meios de comunicação, e por fim o turismo também obteve como fator positivo sua interferência no desenvolvimento do comércio geral – o mesmo comércio que anteriormente foi verificado como insuficiente, quase inexistente, até para suprir as necessidades dos moradores. (ver gráfico 32 abaixo)



Gráfico 32: FATORES POSITIVOS DO TURISMO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Sabe-se que além das interferências econômica e física, o turismo acaba por atuar em uma localidade de modo a agir sobre seus sentimento e valores, o que pode ser feito de modo positivo ou negativo a depender de com a atividade estrutura-se no espaço. Em Mangue Seco pode-se considerar, diante das respostas obtidas na pesquisa de campo, que em maior número a interferência desta atividade sobre sua população é vista como positiva na medida em que 17% dos entrevistados acreditam que o turismo lhes propiciou uma elevação em sua alta estima, 12% acreditam na ação desta atividade quanto a tornar a população mais receptiva e 11% denota ao turismo o crescimento da honestidade entre seus moradores; porém entre as pessoas entrevistadas um número significativo, 15%, acreditam que através desta atividade seus moradores tornaram-se mais ambiciosos e gananciosos. (observar gráfico 33 abaixo)

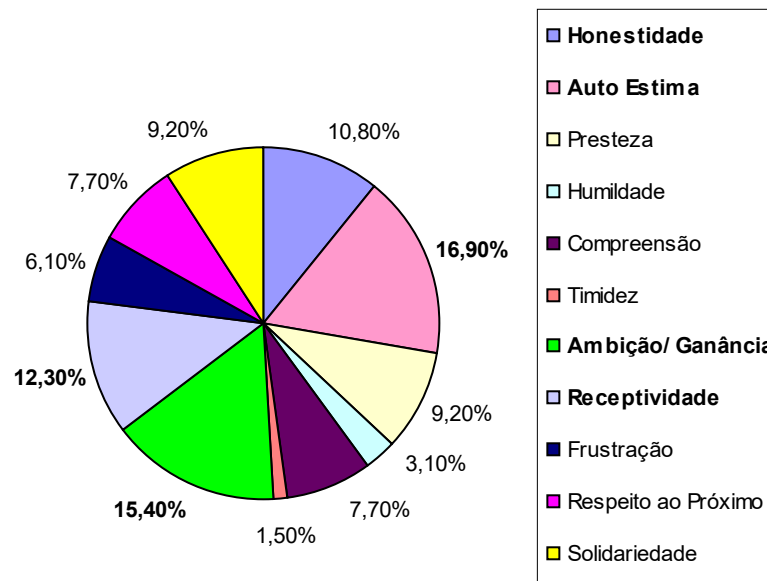


Gráfico 33: VALORES ADVINDOS E/OU REFORÇADOS PELO TURISMO EM MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

É inegável a importância que o turismo detém sobre a comunidade de Mangue Seco, segundo seus gestores o turismo é o que mantém o distrito vivo, algo que a população demonstra concordar, e que a nível legislativo reafirma-se.

Através da Lei Orgânica de Jandaíra, Art. 162, Capítulo VI do turismo, Título IX do desenvolvimento municipal, compreende-se a atividade turística como fator de desenvolvimento social e econômico, e por isso cabe ao Município promover e incentivar o turismo por meio de investimentos turísticos e promocionais como:

- a) implantação de um número suficiente de postos de informações turísticas, aprimorando-se os já existentes;
- b) promoção do produto turístico das áreas urbanas e rurais junto ao mercado;
- c) promoção, preservação e, sendo o caso, recomposição do patrimônio turístico;
- d) elaboração anual do calendário de eventos;
- e) inclusão do município no roteiro integrado do turismo nacional;
- f) programa de conscientização e divulgação do potencial turístico municipal nos veículos de comunicação, em nível nacional, estadual e municipal;
- g) ampliação e manutenção dos equipamentos públicos de lazer;
- h) adaptação dos pontos turísticos, através de melhoramentos que não os descaracterizem, com efetivo retorno financeiro ao Município;
- i) priorização da realização anual de festejos carnavalescos;
- j) criação de um evento de grande porte, geralmente, anual, que enalteça as riquezas do Município, contribuindo para a divulgação da cidade. (JANDAÍRA, 1990, p.113).

Diante do anteriormente exposto, constata-se que Mangue Seco efetivamente vive do turismo, porém sobre um olhar estritamente econômico que vem desde seus gestores à população local, as ações públicas anteriormente citadas são, de forma resumida, ações que visam apenas um crescimento cada vez maior desta atividade, mas nada se fala de seu uso para melhorar a vida da comunidade, ou para inseri-la de forma mais efetiva em sua estruturação, na verdade, pode-se dizer que o turismo desenvolvido em Mangue Seco ocorre de forma desordenada e aleatória sem qualquer planejamento ou organização.

Como considerar o turismo, em Mangue Seco, gerador de melhoras na condição de vidas das pessoas se estas se encontram a margem da atividade, só trabalhando em subempregos e acomodando-se diante da realidade apresentada?

Mesmo demonstrando, em alguns momentos, consciência sobre a necessidade de manter o espaço preservado para continuar atraindo divisas, os moradores nada fazem para efetivamente conduzirem a atividade turística em seu benefício o que demonstra uma falta de conhecimento sobre seus direitos e deveres como cidadãos assim como do real valor de seus bens culturais e ambientais.

Só por meio de uma gestão conjunta com os setores público e privado é que a população local efetivamente terá um real melhora em suas condições de vida. A este respeito buscou-se questionar a comunidade para compreender a dimensão de seu entendimento sobre o

papel que exercem na atividade e por isso foram questionados sobre o que pensam da importância de se ter uma gestão participativa, conforme gráfico 34 abaixo, constatou-se que das pessoas entrevistadas, 61% responderam ser muito importante e os demais responderam ser importante .

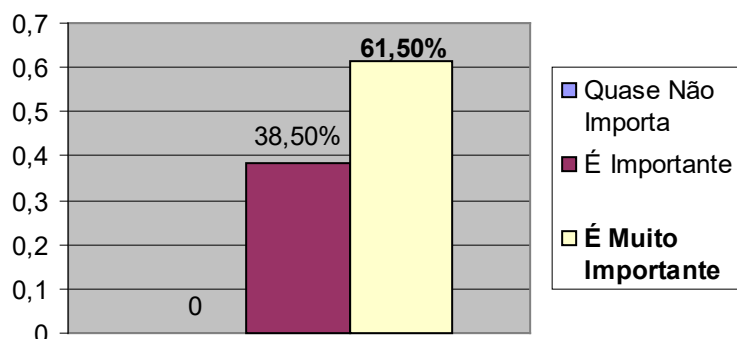


Gráfico 34: A COMPREENSÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Outro questionamento levantado, a compreensão popular sobre os verdadeiros beneficiados com a atividade turística em Mangue Seco, nota-se no quadro 3 abaixo a distribuição realizada pela comunidade. É importante destacar que de modo geral todos os seguimentos foram identificados como beneficiários desta atividade, porém em proporções bem variadas.

Grupos/Avaliação	Não se beneficia	Pouco	Regular	Muito
Gestores públicos	38,50%		23,10%	38,50%
Empresários de outras localidades	15,40%	7,70%	23,10%	53,80%
Comerciantes locais		23,10%	46,10%	30,70%
População local	7,70%	23,10%	30,70%	38,50%

Quadro 3: OS BENEFICIÁRIOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM MANGUE SECO.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Diante do apresentado é normal questionar-se sobre as formas que a comunidade de Mangue Seco utiliza para melhorar a localidade, e assim verificar se há uma intenção de proporcionar uma gestão participativa do turismo local; por isso foi questionado a população, através da pesquisa de campo, sobre as ações por esta desenvolvidas em prol de efetuar melhoras no distrito, assim, dos entrevistados, constatou-se que 19%, o maior número de respostas, afirmaram atuar preservando a paisagem, 13% responderam preservar as dunas e outros 13% preservar o mangue; é curioso que 11% dos entrevistados disse preocupar-se em ouvir a população e identificar suas angústias e necessidades, enquanto 9% respondeu participar das decisões públicas – mas quase ninguém foi para a reunião que decidiria sobre a implementação do resort nas proximidades do distrito. (observar gráfico 35 abaixo)

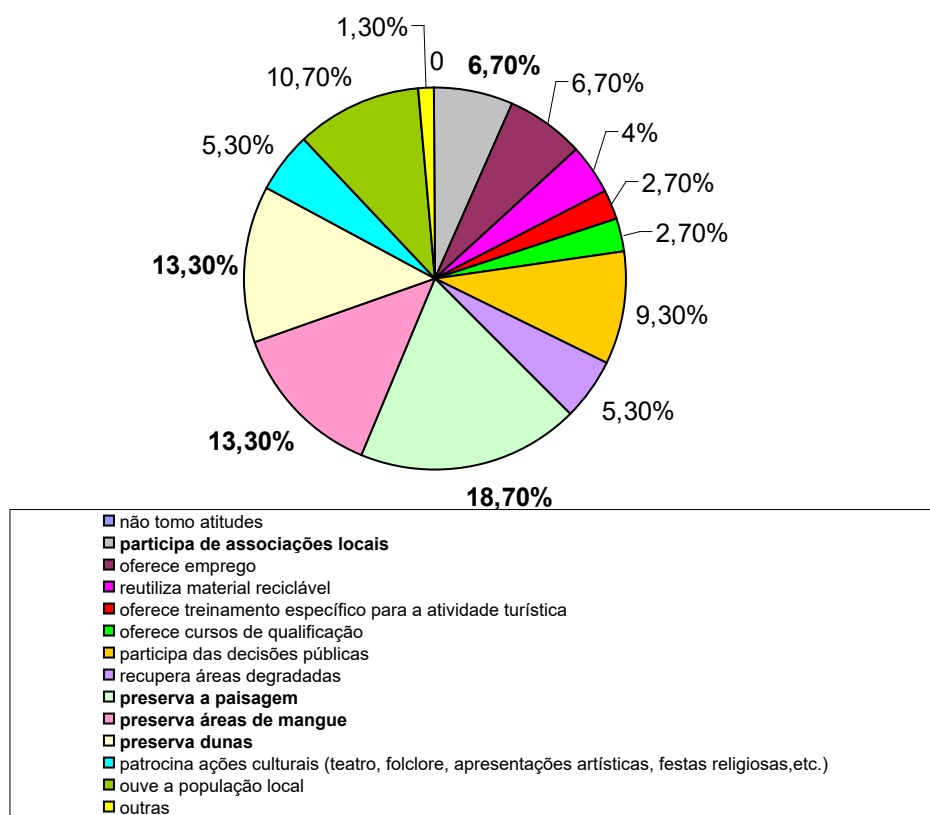


Gráfico 35: AÇÕES POPULARES QUE MELHORAM A LOCALIDADE.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

É fator curioso que a mesma população que acredita ser muito importante para o local existir uma atuação conjunta entre comunidade, gestores públicos e setor privado; a mesma que

fala da necessidade de preservar; diz não atuar por acreditar que não irá resolver, 47% das respostas obtidas, ao ser questionada dos motivos de sua não participação na gestão turística local, conforme gráfico 36 exposto abaixo.

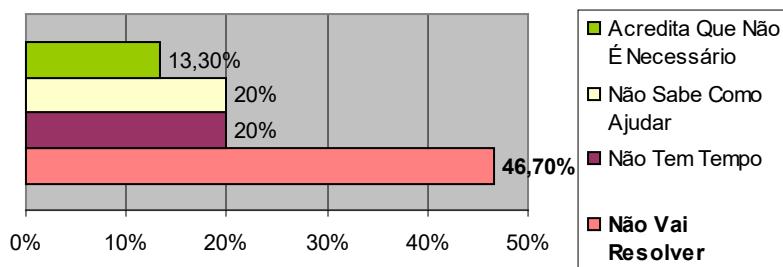


Gráfico 36: ENTENDENDO A FALTA DE INTERESSE POPULAR EM ATUAR CONJUNTAMENTE AOS GESTORES LOCAIS.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009

Ter conhecimento da relevância econômica do turismo para Mangue Seco não significa compreender sua verdadeira participação nesta atividade, nem tão pouco falar que tal atuação é importante exclui a ausência de ações mais concretas em prol do desenvolvimento de um turismo mais planejado e integrador no distrito. A função de uma gestão participativa é exatamente proporcionar uma maior integração entre os membros formadores da comunidade, o que não ocorre em Mangue Seco onde quem mais necessita, a população, é quem menos ganha com a atividade e ainda é quem mais perde com seu desenvolvimento desenfreado.

5 FINALIZANDO O PASSEIO: a conclusão

Ao concluir-se o passeio - que se iniciou desde o primeiro olhar, percorreu dunas, buscou-se compreender o paraíso e acabou por questionar a participação popular em sua trajetória – pôde-se observar, dentre outras coisa, a relevância do turismo para Mangue Seco; a falta de compreensão popular sobre os verdadeiros resultados de tal atividade para sua sobrevivência, na forma como este se apresenta atualmente; a questionável gestão turística local; assim como os reflexos da ausência do conhecimento socioambiental na comunidade do distrito.

Como observado ao longo de todo o estudo, ao turismo em Mangue Seco é dado espaço de honra, assim como a tudo que se relaciona a ele, todos, desde a comunidade, o setor privado, aos gestores públicos, verem a atividade como fundamental para a economia, e por que não dizer, para a sobrevivência local. No entanto, aos primeiros citados, cabem os subempregos; ao setor privado, à grande maioria dos recursos advindos da atividade; e aos gestores locais, a visibilidade política trazida pelo atrativo local, assim como as divisas por este gerado. Não há uma compreensão do turismo como oportunidade de preservação, desenvolvimento local, resgate e fomento a cultural ou qualquer outra ação que se espera da atividade turística sustentável, há puramente um viés econômico, totalmente questionável quando constatadas as atividades onde a população local encontra-se. O turismo de Mangue Seco tem na população seus coadjuvantes, ao menos no que diz respeito aos benefícios por estes obtidos, e por isso mesmo a função econômica que detém deve ser questionada; pode-se dizer que ele apenas auxilia na compra da “cesta básica”, ou pior, no conformismo popular, sem qualquer pretensão atual de proporcionar um efetivo desenvolvimento econômico e social, assim como o resgate cultura – tão necessário, como pôde ser constatado na pesquisa – e a preservação ambiental.

Vale destacar que é por meio do conhecimento que o homem modificou o espaço ao longo de toda sua história, e em Mangue Seco, faz-se necessária a existência do conhecimento socioambiental para a integração comunitária tanto no que diz respeito ao crescimento econômico, quanto nas ações preservacionistas ou de fomento cultural. O conhecimento movimenta por menor que seja sua dimensão, e em Mangue Seco têm-se prova disso na medida em que com o pouco de conhecimento ambiental que possuem - muitas vezes advindo da necessidade ou da ação direta do projeto TAMAR na localidade - os moradores juntaram-se para conter as dunas, ou limpar o mangue, as praias, assim como diminuiram a matança das tartarugas;

no entanto, não se pode considerar tais ações como socioambientais por que este conceito vai muito além destas ações, nem se pode considerar sustentável, por que, em sua maioria, o verdadeiro propósito da ação é conter um problema que está interferindo no agora, nota-se que quase não há preocupação com o amanhã.

É curioso constatar que até mesmo as ações que por ventura demonstraram um pouco de conhecimento ambiental tem na manutenção do turismo seu verdadeiro propósito; é por saber que se o turista encontrar sujo e não voltar eles ficarão sem trabalho que as pessoas mascaram a realidade local, a exemplo disso são as ações dos bugreiros que mesmo sabendo ser prejudicial ao ecossistema local, nada fazem para conter o fluxo dos mesmos nas dunas, isso por que um dos maiores interesses turísticos é o passeio entre elas - poder-se-ia realizar um controle da capacidade espacial apresentada, dentre outras coisa, mas se aparentemente não atrapalha a atividade, percebe-se que os moradores nada fazem, mesmo que seja algo prejudicial a longo prazo.

Em Mangue Seco, ao longo de toda a pesquisa de campo, constatou-se que seus moradores, em tese os mais interessados, conseguem identificar os problemas existentes, tanto a nível físico e econômico, quanto social (falou-se muito da falta de segurança, do sistema de transporte quase inexistente, do precário comércio local – salvo o turístico, da necessidade de preservação ambiental e de sua importância, assim como da importância de se ter uma cultura viva), no entanto não conseguem identificar os verdadeiros responsáveis, muito menos as ações necessárias ao aperfeiçoamento local. Trata-se de uma população carente não apenas dos serviços básicos a qualquer comunidade - saúde, educação, segurança, saneamento básico, dentre outros – como visto na pesquisa de campo; é uma população que necessita da uma reafirmação dos seus valores próprios, algo que vai além das belezas físicas do lugar, mas que interfere até em sua própria preservação; a população de Mangue Seco necessita compreender que são mais do que um lugar bonito, necessitam notar-se como parte fundamental desta beleza tanto para lhe manter, quanto para poder dela desfrutar. É quando o homem sente amor pelo que faz que ele faz por amor.

Vale destacar que a falta de conhecimento socioambiental na comunidade é fator preponderante para o descaso público corrente, constata-se que por meio de todas as legislações levantadas em pesquisa à participação popular é compreendida como legal e necessária ao desenvolvimento vislumbrado, porém nota-se que há uma disparidade entre o que as leis retratam

e o que efetivamente acontece, tendo em vista que a população é colocada à margem de todo o processo; o que ocorre, exatamente, por que a mesma não apresenta conhecimento suficiente sobre seus deveres e direitos, sobre suas necessidades futuras, e principalmente sobre o verdadeiro benefício que podem obter com a atividade turística. Saber que não está bom é bem diferente de fazer melhorar, é um primeiro passo, mas que se não desenvolvido - o que ocorre através de uma alta afirmação - não leva a lugar algum, só provoca desilusão e ressentimento; sensação já existente na população de Mangue Seco, e constatada ao se questionar os moradores sobre o porquê de não haver uma participação conjunta aos gestores locais, obtendo-se como resposta “não adiantar”; nota-se, de imediato, que a mesma desiludiu-se de tanto ouvir e nada modificar, a população está cansada de promessas sem ação, mas não percebe que ela é, muitas vezes, o catalisador que falta para a ação ocorrer.

Pode-se dizer, pelo levantamento efetuado em pesquisa, que não há qualquer ação pública em prol de uma ação conjunta com a população local de Mangue Seco, isso por que não há ações capacitadoras voltadas a integração da comunidade nas decisões da gestão turística local. Convidar a população para um fórum e ela não comparecer pode de início ser entendido como falta de interesse dos moradores, mas será que a estes foi mostrada a verdadeira relevância de sua presença? Sobre a importância do que está acontecendo? Talvez a população não tenha comparecido por acreditar ser apenas mais um espaço criado para promessas serem feitas sem qualquer fundo de verdade - o que através da pesquisa de campo nota-se como inverdade diante dos interesses apresentados pelo empreendimento hoteleiro, dentre os quais o da participação popular; mas não por que se trata de um empreendimento filantrópico, mas por que o mesmo faz parte de um grupo novo de gestores que compreende a necessidade da integração popular para um melhor desenvolvimento; os turistas estão cansando-se de produtos engessado e estão à procura de vivenciar experiências, sem pessoas não há como fazê-lo.

Para que o turismo desenvolva-se sustentável faz-se necessário a participação popular, desde sua base de planejamento à sua efetiva ação gerenciadora e mantenedora; para a população poder atuar de forma conjunta aos demais agentes locais esta necessita compreender sua importância assim como a do ecossistema em todo o processo, o que quer dizer que ela necessita deter o conhecimento socioambiental; assim como, para o conhecimento socioambiental faz-se necessário a realização de ações junto à população, ações mais efetivas, que possam proporcionar um resgate social e um despertar político na comunidade local.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Luiza Klein. Movimentos sociais e cidadania: a contribuição da psicologia social. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez Editora, 1994, p. 75 – 92. 197p.

BADARÓ, Monique. Introdução. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Gestão pública e participação**. 20. ed. Salvador: FLEM, 2005. 192p. (Cadernos FLEM, 8). Disponível em: <<http://www2.flem.org.br/cadernosflem/gestao-publica-e-participacao>>. Acesso em: 03 jun. 2009.

BAHIA. Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. **Jandaíra**. Salvador: [entre 2006 e 2009]. Disponível em: <http://www.setur.ba.gov.br/roteiros/coqueiros/jandaira_atrativos.asp>. Acesso em: 01 out. 2009.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2.ed. São Paulo: SENAC, 1998. 427p

BEZERRA, Márcia Maria de Oliveira. Estratégias de desenvolvimento; em busca de uma tipologia. **Economia e sociedade**, Campinas, v.15, n.2, p. 347-374, ago. 2006. Disponível em; <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicações/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V15-F2-S27/06_Bezerra.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República. **Lei Geral do Turismo**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Brasília, DF, 2008. Não paginado. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm>. Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 05 out. 1988. 162p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 27 maio 2010.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2006. 298p.

BUZZI, Arcângelo R. **Introdução ao pensar:** o ser, o conhecimento, a linguagem. 29.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 260p.

CARDIA, Nancy. Percepção dos direitos humanos: ausência da cidadania e a exclusão moral. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção:** uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez Editora, 1994, p. 15 – 57. 197p.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia:** para uma geração consciente.[São Paulo]:Saraiva, [ca. 1986].224p.

DALLEMOLE, Dilamar. Vantagens comparativas e degradação ambiental. In: Curso de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável – história da questão ambiental. 2009, [S.l.]. **Material do curso...** [S.l.]: FGV online, 2009. Não paginado. Disponível em: <http://ead4.fgv.br/cursos/gestao_amb_desenv_sustentavel_moodle_0807>. Acesso em: 23 set. 2009.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003. 226p

FEKETE, Janos Laszlo. Turismo sustentável e o uso de fontes renováveis de energia. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas (Org.). **Turismo, hotelaria e lazer.** São Paulo:Atlas, 2004. 1v. cap.6. 224p. (ver número de páginas na biblioteca da UNEB 338.4791 T938)

FERREIRA, Ademir Antônio; REIS, Ana Carla Fonseca; PEREIRA, Maria Isabel. **Gestão empresarial:** de Taylor aos nossos dias – a evolução e tendência da moderna administração de empresas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 256p.

FERRETTI, Eliane Regina; LOTZ, Érika Gisele. Turismo e meio ambiente: uma relação dialética. **Tuiuti:** Ciência e Cultura, Curitiba, n.32 e 33, FCSA 04/05, p. 11-32, jul./ago. 2002. Disponível em: < <http://www1.utp.br/proppe/edcient/Site%20TCC/FCSA/FCSA%2032-33/PDF/art1.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2009.

FRANCO, Augusto de. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável.** Brasília: MILLENNIUM – Instituto de Política, 2002. 56p. (Separata do número 3 da revista Século XXI)

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

GODOTTI, Moacir. Prefácio: educação e ordem classista. In: FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 79p.

GUARANÁ, Juliana; FLEURI, Sonia. Gestão participativa como instrumento de inclusão democrática: o caso dos comitês gestores de bairro do programa nova baixada. **ERA**, Rio de Janeiro, vol. 48, nº3, p. 94 – 103, jul./set. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v48n3/a09v48n3.pdf>>. Acesso em 04 jun. 2010.

HALL, C. Michael. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamento**. [S.l.]: Contexto, [1999?]. 297p

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999. 135p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Jandaíra-BA**. [S.l.]: [2007?]. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?Codmun =291790&r=1>>. Acesso em:17 jun. 2009.

JANDAÍRA. Planos Diretores Municipais: Jandaíra-Ba. **Anteprojeto de lei do Plano Diretor de desenvolvimento municipal**. Fundação de apoio à pesquisa e extensão de Sergipe; Transportadora do Nordeste e Sudeste S.A. Aracaju, SE: jun. 2008a. 66p.

_____. Planos Diretores Municipais: Jandaíra-Ba. **Diagnóstico municipal**. Fundação de apoio à pesquisa e extensão de Sergipe; Transportadora do Nordeste e Sudeste S.A. Aracaju, SE: jun. 2008b. 162p.

_____. Câmara Municipal de Jandaíra. Lei Orgânica de Jandaíra. Resolução nº001390, de 02 de abril de 1990.116f.

JANDAÍRA et al. **Localização, limites e acessos à Jandaíra**. Jandaíra: AST, 2004. 1 mapa. Escala 1:2.000.

KLIKSBERG, Bernardo. Como por em prática? Algumas questões estratégicas. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Gestão pública e participação**. 20. ed. Salvador: FLEM, 2005. 192p. (Cadernos FLEM, 8). Disponível em: <<http://www2.flem.org.br/cadernosflem/gestao-publica-e-participacao>>. Acesso em: 03 jun. 2009.

KNELLER, George F. A ciência e outras espécies de conhecimento. In: COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia: para uma geração consciente.** [São Paulo]: Saraiva, [ca. 1986]. p. 55 – 57. 224p.

LEMOS, Haroldo Mattos de. Homem e biosfera. In: Curso de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável – história da questão ambiental. 2009, [S.l.]. **Material do curso...** [S.l.]: FGV online, 2009. Não paginado. Disponível em: http://ead4.fgv.br/cursos/gestao_amb_desenv_sustentavel_moodle_0807. Acesso em: 23.set.2009.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas.** São Paulo: Aleph, 2008. 486p. (Coleção Turismo)

MACHADO, Geraldo. Apresentação. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Gestão pública e participação.** 20. ed. Salvador: FLEM, 2005. 192p. (Cadernos FLEM, 8). Disponível em: <<http://www2.flem.org.br/cadernosflem/gestao-publica-e-participacao>>. Acesso em: 03 jun. 2009.

MIEKE, Eduardo J. da Costa; PEREIRA, Alexsandro Eugenio. **Desenvolvimento econômico e social através do turismo: interações entre atores locais.** [S.l.: s.n.], [entre 2004 e 2009]. Não paginado. Disponível em: <http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/seminario_4/arquivos_4_seminario/GT11-A2.pdf>. Acesso em: 04.ago.2009.

PEDROSA, José Ivo. **Participação social na saúde e gestão participativa.**[S.l.]: Ministério da saúde. Secretaria de gestão estratégica e participativa, ([entre 1996 e 2010]). Slides. Disponível em: <<http://www.conasems.org.br/files/dia27/Of2GestaoParticipativaMSJoseIvo.pdf>>. Acesso em: 18.jun.2010.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. **Turismo na Bahia: estratégias para o desenvolvimento.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2002. 236p. (Coleção Selo Turismo)

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** 4. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1999. 199p. (Coleção Turismo).

SAMPAIO, Carlos Alberto Close. Turismo: sob análise do desenvolvimento sustentável. **Turismo Visão e Ação,** [S.l.], ano 4, n.8, p.29-44, abr./set. 2001. Disponível em: <<http://siaiweb06.univali.Br/seer/index.php/rtva/article/viewFile/1270/984>>. Acesso em: 04 jun. 2009.

SILVA, Aderivaldo Lima da et. al. **A contribuição socioambiental do turismo para a comunidade de Caeté Açu/Capão**: Bahia. 2007.80f. Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Turismo, Faculdade Castro Alves, Salvador, 2007.

SPINK, Peter. Cidadania na organização e cidadania da organização: notas para a desconstrução de “recursos humanos”. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez Editora, 1994, p. 105 – 121. 197p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **PIB Municipal**: estrutura setorial dos valores adicionais Bahia – 2006. [S.l.]: [2006?]. Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/municipal/setorial_pib_2006.xls>. Acesso em: 06 jun. 2009.

_____. **Indicadores municipais, Censo Demográfico 2000**. [S.l.]: 2003. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/municipio/censo2000_result_amostra/xls/educa/anlf_fun.xls. Acesso em 03 jun. 2009.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável**: conceitos e impacto ambiental. Tradução: Margarete Dias Pulido. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2000. 140p.

UNIÃO DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA. **Estimativa da população 2006 e IDH dos municípios**. Salvador: 2007. Disponível em: <<http://www.upb.org.br/pfd/IDH2006.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

APÊNDICE A - Formulário para a população de Mangue Seco

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CURSO DE TURISMO E HOTELARIA DA UNEB
DISCENTE: Luanna Ramos Lula
TEMA DA MONOGRAFIA:

Análise da apropriação do conhecimento socioambiental pela comunidade de Santa Cruz da Bela Vista (Mangue Seco) distrito de Jandaíra, na Bahia, e sua repercussão na gestão local do turismo sustentável.

FORMULÁRIO/ENTREVISTA PARA A POPULAÇÃO

SOBRE A PESSOA ENTREVISTADA

1) Qual a idade?

16 a 25 anos

26 a 35 anos

36 a 45 anos

46 a 55 anos

56 a 65 anos

acima de 66 anos

2) Onde nasceu?

Mangue Seco

Jandaíra

Salvador

Outras cidades do Estado Baiano: _____

Estado Sergipano: _____

Demais Estados brasileiros: _____

Países estrangeiros: _____

3) Qual a profissão atualmente?

estudante

lavrador

pescador

guia de turismo

professor

funcionário público

comerciante ligado ao turismo (pousada, restaurante...)

comerciante geral

aposentado/pensionista

desempregado

outros: _____

AVALIANDO O DISTRITO DE MANGUE SECO

4) Avaliar os itens a seguir em Mangue Seco:

Itens/ Avaliação	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM
Rede de esgoto				
Sistema de saúde				
Pavimentação das ruas				
Coleta de lixo				
Segurança				
Educação				
Sistema de transporte				
Comércio geral				
Comercio turístico				
Ecosistema (paisagem)				
Cultura				

5) Entre 0 e 100% avalie o papel, a parcela de responsabilidade, dos setores envolvidos na comunidade de Mangue Seco:

Itens/ Avaliação	População	Poder privado	Poder público
Rede de esgoto			
Sistema de saúde			
Pavimentação das ruas			
Coleta de lixo			
Segurança			
Educação			
Sistema de transporte			
Comércio geral			
Comercio turístico			
Ecosistema (paisagem)			
Cultura			

6) Qual a importância que a preservação cultural deste distrito tem?

não importa pouco importa é importante é muito importante

POR QUÊ?

7) Qual a importância que a preservação ambiental deste distrito tem?

não importa pouco importa é importante é muito importante

POR QUÊ?

8) Você sabia que o distrito faz parte de uma Área de Proteção Ambiental?

sim não

9) Você acredita que faz alguma diferença para o distrito a existência desta APA?

sim não

POR QUÊ?

GESTÃO PARTICIPATIVA

10) Atitudes tomadas para melhorar a situação de seu distrito? Quais?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> não tomo atitudes | <input type="checkbox"/> preserva a paisagem |
| <input type="checkbox"/> participa de associações locais | <input type="checkbox"/> preserva áreas de mangue |
| <input type="checkbox"/> oferece emprego | <input type="checkbox"/> preserva dunas |
| <input type="checkbox"/> reutiliza material reciclável | <input type="checkbox"/> patrocina ações culturais (teatro, folclore, apresentações artísticas, festas religiosas, etc.) |
| <input type="checkbox"/> oferece treinamento específico para a atividade turística | <input type="checkbox"/> ouve a população local |
| <input type="checkbox"/> oferece cursos de qualificação | <input type="checkbox"/> outras: _____ |
| <input type="checkbox"/> participa das decisões públicas | |
| <input type="checkbox"/> recupera áreas degradadas | |

11) Qual a importância para o distrito ter uma população atuante junto ao poder público?

- quase não importa é importante é muito importante

12) Na opinião do Sr. o que impede as pessoas de atuarem junto aos gestores locais visando melhorar a localidade?

- não vai resolver
 não tem tempo
 não sabe como ajudar
 acredita que não é necessário

TURISMO

13) Qual o nível de importância da atividade turística para o distrito?

- não é importante é pouco importante é importante é muito importante

14) Quais os fatores positivos advindos do turismo em Mangue Seco?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> não há fator positivo | <input type="checkbox"/> aproximação com pessoas de lugares diversos |
| <input type="checkbox"/> mais emprego | <input type="checkbox"/> outros: _____ |
| <input type="checkbox"/> preservação ambiental | |
| <input type="checkbox"/> preservação cultural | |
| <input type="checkbox"/> desenvolvimento da infra-estrutura | |
| <input type="checkbox"/> permanência da população na localidade | |
| <input type="checkbox"/> mais segurança | |
| <input type="checkbox"/> melhor condição de vida | |
| <input type="checkbox"/> melhora no transporte | |
| <input type="checkbox"/> vias de acesso (estradas e trilhas) | |
| <input type="checkbox"/> comércio geral mais desenvolvido | |
| <input type="checkbox"/> meios de comunicação | |
| <input type="checkbox"/> alimentação | |
| <input type="checkbox"/> crescimento demográfico | |
| <input type="checkbox"/> aumento de construções | |

15) Quais os fatores negativos advindo do turismo em Mangue Seco?

- não há fator negativo
- concentração da economia local na atividade turística e abandono de outras atividades antes desempenhadas.
- dependência de outros locais para suprir necessidades básicas
- mais emprego
- depreciação ambiental
- perda de identidade cultural
- ausência de infra-estrutura
- aumento da violência
- aumento do custo de vida
- deficiência de transporte
- depreciação das vias de acesso (estradas e trilhas)
- comércio geral menos desenvolvido
- meios de comunicação
- alimentação
- aumento da violência
- ausência de possibilidades de melhoria de vida
- especulação imobiliária
- poluição
- outros: _____

16) Quais valores a atividade turística trouxe e/ou reforçou para a comunidade local?

- honestidade
- Auto estima
- Presteza
- humildade
- compreensão
- Timidez
- Ambição/ Ganância
- receptividade
- frustração
- respeito ao próximo
- solidariedade
- outros: _____

17) Avalie os beneficiários da atividade turística no distrito:

Grupos/Avaliação	Não se beneficia	Pouco	Regular	Muito
Gestores públicos				
Empresários de outras localidades				
Comerciantes locais				
População local				

APÊNDICE B – Entrevista para os gestores locais

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CURSO DE TURISMO E HOTELARIA DA UNEB
DISCENTE: Luanna Ramos Lula
TEMA DA MONOGRAFIA:

Análise da apropriação do conhecimento socioambiental pela comunidade de Santa Cruz da Bela Vista (Mangue Seco) distrito de Jandaíra, na Bahia, e sua repercussão na gestão local do turismo sustentável.

Entrevista aos Representantes públicos da localidade

TURISMO - JANDAÍRA – MANGUE SECO

- 01) Na visão do Sr., qual a importância do turismo para o município de Jandaíra?
- 02) Qual a importância, a nível cultural, econômico e político, do distrito de Mangue Seco para o município de Jandaíra?
- 03) Como o setor público visualiza a atividade turística no distrito de Mangue Seco?
- 04) Qual a importância da APA de Mangue Seco para a localidade e para a atividade turística desenvolvida?
- 05) Quais são as ações realizadas para o desenvolvimento do turismo no distrito de Mangue Seco? (infra-estrutura, cultura, dentre outras)
- 06) Existem ações voltadas ao preparo da comunidade para atuar junto à atividade turística desenvolvida no distrito?

JANDAÍRA E MANGUE SECO – EMPREENDIMENTO TURÍSTICO

- 07) Qual a importância da atração do novo empreendimento turístico para o município de Jandaíra?
- 08) Como encontra-se este projeto quanto a licença ambiental? Algum segmento comunicado posicionou-se contra? Por quê?
- 09) Qual será o espaço direcionado a comunidade nestes empreendimentos?
- 10) Quais os indicadores que a prefeitura utilizou para averiguar junto a população local sua satisfação quanto a implementação destes empreendimentos turísticos? (fóruns, assembléia pública, processo de sensibilização da população, dentre outros)

TURISMO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

11) Qual a opinião dos gestores a respeito da participação popular na gestão pública do turismo? Em algum momento no distrito ocorreu tal participação? E qual o reflexo desta atuação caso tenha ocorrido?

12) Para que possa atuar junto aos gestores locais a população necessita de maiores conhecimentos a respeito da atividade turística desenvolvida no local, da importância de preservação dos atrativos culturais e ambientais existentes e principalmente um reconhecimento destes atrativos como riqueza local. Existem ações que propiciem a comunidade tal conhecimento? (palestras, educação ambiental, atividades escolares, etc.)

13) Como o Sr. avalia na população de Mangue Seco o conhecimento socioambiental?

APÊNDICE C – Entrevista para o responsável pelo Projeto TAMAR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA
CURSO DE TURISMO E HOTELARIA
DISCENTE: Luanna Ramos Lula
TEMA DA MONOGRAFIA:

Análise da apropriação do conhecimento socioambiental pela comunidade de Santa Cruz da Bela Vista (Mangue Seco) distrito de Jandaíra, na Bahia, e sua repercussão na gestão local do turismo sustentável.

Questionário ao Representante do Projeto TAMAR na localidade de Mangue Seco **Sr. Fernando Dias Pazeto**

PERFIL DO TAMAR

- 1) Quanto tempo o projeto TAMAR atua em **Mangue Seco**?
- 2) Como se encontra estruturado o projeto na localidade?

AÇÕES DO TAMAR

- 3) Sabe-se que a Petrobrás através do projeto TAMAR atua junto à preservação do meio ambiente e promove a cidadania, assim quais são as ações desenvolvidas pelo projeto TAMAR no distrito de **Mangue Seco**?
- 4) Quais os resultados destas ações no distrito de Mangue Seco e de que forma afetam a população local?

A COMUNIDADE DE MANGUE SECO E O TAMAR

- 5) Existem moradores de **Mangue Seco** atuando junto ao projeto TAMAR? Quantos? Quais as atividades desenvolvidas por estas pessoas?
- 6) Como é vista a participação popular neste projeto? Existem ações desenvolvidas pela Instituição voltadas a informar e/ou conscientizar a população local, assim como despertar o interesse da mesma em participar?Quais?
- 7) Para o projeto TAMAR existe na população de Mangue Seco o conhecimento socioambiental?

Ps.: Em caso afirmativo da questão sete deve-se responder apenas a questão oito, para respostas negativas deve-se responder a questão nove.

- 8) Tomando como referência à existência do conhecimento socioambiental em Mangue Seco, para o Sr. de que forma tal conhecimento foi difundido na localidade? Por meio do próprio

projeto TAMAR; através da educação ambiental disseminada nas escolas e em projetos sociais; por ações municipais; após a implementação da APA local; ou por meio das tradições locais de preservação?

9) Caso para o Sr. a comunidade de Mangue Seco não seja detentora do conhecimento socioambiental, qual a melhor forma de implementá-lo nesta comunidade tomando como referência a cultural local?

TURISMO E TAMAR

9) Quais as relações existentes entre o projeto TAMAR e o turismo desenvolvido em Mangue Seco?

GESTÃO AMBIENTAL E TAMAR

10) Qual a participação do projeto TAMAR na gestão ambiental do novo empreendimento turístico implementado no município de Jandaíra? O TAMAR participou de algum fórum popular que discutia esta implementação e sua viabilidade?

11) Qual o posicionamento do projeto TAMAR referente a esta construção na localidade?

12) De que forma a população posicionou-se quanto a construção deste empreendimento turístico?

APÊNDICE D – Entrevista para o responsável pelo empreendimento hoteleiro (INVISA)

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CURSO DE TURISMO E HOTELARIA DA UNEB**

DISCENTE: Luanna Ramos Lula

TEMA DA MONOGRAFIA:

Análise da apropriação do conhecimento socioambiental pela comunidade de Santa Cruz da Bela Vista (Mangue Seco) distrito de Jandaíra, na Bahia, e sua repercussão na gestão local do turismo sustentável.

Entrevista ao Representante do novo empreendimento turístico no município de Jandaíra o Costa Azul Bahia Glf Resort e Condomínio Invisa

1) Na visão do Sr., qual a importância do turismo para o município de Jandaíra?

O INVESTIMENTO

2) Como encontra-se organizado este empreendimento? Existe uma associação formada para facilitar a comunicação entre os responsáveis?

OS EMPREENDIMENTOS E O TURISMO EM MANGUE SECO

3) Qual o tipo de turismo que é buscado pelo empreendimento hoteleiro para Jandaíra com a implementação deste estabelecimento?

4) Qual a opinião do Sr. sobre a atração deste empreendimento para Jandaíra, o que a motivou?

OS EMPREENDIMENTOS E A POPULAÇÃO LOCAL

5) De que forma a população posicionou-se quanto a construção deste empreendimento turístico? Ela demonstrou interesse ou preocupação com o meio ambiente?

6) Qual sua opinião a respeito dos resultados deste empreendimento para a comunidade de Mangue Seco? De que forma ela será inserida? Haverá algum projeto de capacitação?

OS EMPREENDIMENTOS E AS PROPOSTAS PARA A LOCALIDADE

7) Quais as propostas para a implementação dos equipamentos na localidade de Jandaíra a nível de infra-estrutura, comunicação, transporte, saneamento, cultura, segurança, dentre outros fatores? Como o empreendimento pretende suprir estas carências existentes na localidade?